

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Maria Beatriz Vieira Branco Ozorio

**Memórias de uma escola em greve: reminiscências de professoras do Instituto de
Educação General Flores da Cunha – Porto Alegre/RS (1979-1990)**

Porto Alegre

2015

Memórias de uma escola em greve: reminiscências de professoras do Instituto de Educação General Flores da Cunha - Porto Alegre/RS (1979-1990)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para a obtenção de título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof. Dra. Dóris Bittencourt Almeida

Linha de Pesquisa: História, Memória e Educação

Porto Alegre

2015

Memórias de uma escola em greve: reminiscências de professoras do Instituto de Educação General Flores da Cunha – Porto Alegre/RS (1979-1990)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para a obtenção de título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof. Dra. Dóris Bittencourt Almeida

Linha de Pesquisa: História, Memória e Educação

Prof. Dra. Dóris Bittencourt Almeida - orientadora

Prof. Dra. Maria Aparecida Bergamaschi – PPGEDU/UFRGS

Prof. Dra. Beatriz Teresinha Daudt Fischer – PPGEDU/UNISINOS

Prof. Dra. Luciane Sgarbi dos Santos Grazziotin - – PPGEDU/UNISINOS

Porto Alegre

2015

Agradecimentos

Encerrar um estudo é um daqueles momentos difíceis! Às vezes acreditamos ter algo mais a dizer, outras vezes achamos que já dissemos tudo. Esta foi uma pesquisa sobre memórias, memórias compartilhadas, mas também memórias pessoais. Memórias entrelaçadas com pessoas queridas num tempo simultâneo, pleno de vivências que tiveram sentidos diferentes para cada uma das pessoas envolvidas. Houve muitos momentos de rememorar: a partir das narrativas, dos evocadores como as fotos das greves e a foto do Instituto de Educação, das canções e do próprio espaço educativo em que se constitui a escola, lócus desta pesquisa.

Este momento de encerramento também é o momento de agradecer a todas as colegas que partilharam comigo, não apenas da pesquisa, mas os longos vinte anos em que trabalhamos juntas no Instituto de Educação General Flores da Cunha, pelo menos com a maior parte delas, e que foi também tempo de acolhimento e amizade entre nós. Colegas preciosas e tão disponíveis que já formando uma equipe de trabalho quando lá cheguei me acolheram de maneira solidária, como a mais nova integrante da equipe de Estudos Sociais. Minha gratidão especial àquelas que se dispuseram a me emprestar suas memórias e dispor de seu tempo. São elas as vozes consoantes e dissonantes deste tempo de greves Jasmim, Violeta, Dália, Camélia, Margarida, Lilian, Flora, Hortência.

Momento de agradecer à professora doutora Dóris Bittencourt de Almeida que me ensinou o ofício de pesquisadora, o entusiasmo e o prazer da pesquisa. Por ter compreendido esta nova fase de minha vida profissional e contribuído com tua efetiva orientação, dedicação e paciência frente às dificuldades que foram surgindo. Também por ter sempre valorizado minha trajetória docente e considerado esta experiência em muitas oportunidades. Dóris, meu muito obrigada, por tua disponibilidade e generosidade que muito contribuíram para minha experiência acadêmica.

Agradeço aos meus colegas do programa de Pós-Graduação em Educação, que tantas vezes me auxiliaram, colaboraram e foram tão importantes enriquecendo discussões e contribuindo para o desenvolvimento deste estudo.

Ao programa de Pós-Graduação em Educação desta Universidade, seus professores e funcionários, agradeço a possibilidade de poder partilhar deste espaço público de reflexão, estudo e produção acadêmica científica voltado às questões educacionais. Em especial

também agradeço à professora doutora Maria Stephanou que pela sua generosidade e sensibilidade soube me ouvir e estimular.

Também agradeço à minha colega de escola – Instituto de Educação – professora mestra Andréa Fraga pelas inúmeras vezes que acolheu meus pedidos de auxílio nos períodos que compartilhamos as aulas no Programa de Pós Graduação desta faculdade.

À minhas queridas Raisia e Dânia, filhas queridas, companheiras, incentivadoras e auxiliadoras, sempre presentes em minha vida.

Sérgio, bom amigo, companheiro e incentivador solidário nesta minha nova experiência de trabalho, estudo e pesquisa.

Mesmo ainda atuando em sala de aula comecei a me aproximar da academia e por consequência do mundo da pesquisa, foi um difícil começo, um grande desafio. O mundo da pesquisa foi uma experiência totalmente nova, apaixonante e envolvente, principalmente considerando minhas implicações com o objeto de investigação. Foi um período pleno de emoções, de agradáveis surpresas e de construções e desconstruções de tempos, épocas, e de certezas que já não eram mais.

Até aqui nos ajudou o Senhor.
1 Samuel cap. 7 vers. 12

As Histórias Orais acrescentam uma dimensão não oficial inestimável.

Antoniette Errante, 2000

Resumo

O presente artigo aborda as mobilizações de professoras, materializado nas greves do magistério público estadual do Rio Grande do Sul, no período compreendido entre 1979 a 1990. Para isso foi escolhida a Escola Estadual General Flores da Cunha, em Porto Alegre, entre outros motivos pela sua destacada liderança nas greves do período estudado, nas mobilizações da categoria, tendo como horizonte a efetiva participação das professoras no movimento grevista. A partir desse lugar, a pesquisa elege como principal corpus documental narrativas de memória de professoras da escola em questão que aderiram total ou parcialmente às greves dos anos 1979 e 1990. A metodologia da pesquisa é a História Oral, que foi desenvolvida a partir de entrevistas. Importa dizer que a investigação procura contextualizar as narrativas de memória em suas interfaces com o momento político vivido no país, especialmente, no Rio Grande do Sul. Nesta perspectiva, a abordagem da investigação não perde de vista as transformações ocorridas no magistério público diante de políticas públicas vigentes, destacando o papel do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - CPERS, que agregou o nome de sindicato a partir de 1989. No cruzamento de fontes, busca-se um maior entendimento acerca da temática da pesquisa ao ouvir as narrativas dessas mulheres-professoras, que atuando nas salas de aula, tiveram significativas e até decisiva participação nas greves do magistério. A pesquisa se inscreve no campo da História da Educação e tem a História Cultural como vertente teórica. Pretende ouvir as experiências das professoras, a partir de suas memórias e vivências nos momentos de greve, seus silêncios, ou não ditos, procurando entrecruzar suas narrativas com os registros sindicais e notícias da imprensa local. A pesquisa busca conhecer as histórias dessas professoras que, não estando nas lideranças do movimento grevista, atuaram dentro das escolas, nas ruas e acampadas nas praças. Procura compreender seus sentimentos, seu olhar sobre o vivido e o sentido durante as greves. O estudo dialoga com a perspectiva de Michel Foucault sobre os homens infames, aqueles que durante séculos foram esquecidos por uma História que privilegiava as ações de uns, eleitos como merecedores de terem suas vidas narradas, destinando outros a um estado de marginalidade, de anonimato. Através das entrevistas, procuro *trazer à tona* este passado das greves em que foram sujeitos muitas mulheres-professoras. Esse ato de lembrar, afirma Lucilia de Almeida Neves, insere-se entre as possibilidades múltiplas de registro do passado, elaboração das representações e afirmação de identidades construídas na dinâmica da História. Não perdendo de vista a afirmação de Alistair Thomson, compomos nossas memórias para dar sentido à nossa vida passada e presente. Relembrar, visitar as memórias atualizando o tempo passado, tornando-o vivo e cheio de significados no presente.

Palavras-chave: memórias docentes; greves de professoras; História Oral

Abstract

This is a study about the history of education in Rio Grande do Sul materialized in strikes of the state public teaching of Rio Grande do Sul, in the period 1979 to 1997. For this it was chosen the State School General Flores da Cunha, in Porto Alegre, among other reasons for his outstanding leadership in the strikes of the period studied, the mobilizations in the category, having as perspective the effective participation of teachers in the strike movement. From that place, research elected as main corpus documentary narratives school teachers memory in question adhering whole or in part to strikes the years 1979 and 1997. The research methodology is the oral history, which was developed from interviews. It said that the research aims to contextualize the memory narrative in its interface with the political moment lived in the country, especially in Rio Grande do Sul. In this perspective, the research approach to not lose sight of the transformations occurred in the public teaching before prevailing public policies, highlighting the role of the Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - CPERS, which added the union name from 1989. At the intersection of sources, we seek a greater understanding of the theme of research on hearing the stories of these women-teachers, who working in the classrooms had significant and even decisive role in the teaching strikes. The research is inserted in the field of History of Education and Cultural History as the theoretical branch. The experiences of teachers were heard, from their memories and experiences in times of strike, his silences, or not said, looking for to connect their stories with union records and news from local media. The research seeks to know the stories of teachers who for not being as the strike movement leaders they acted within schools, on the streets and camped in the squares. It try to understand her feelings, her gaze on the lived and felt during the strikes. The study relates to the prospect of Michel Foucault about the infamous men, those who for centuries have been forgotten by history that favored the actions of some, elected as worthy of having their lives narrated, leading others to a state of marginalization, anonymity. Through interviews, I try to bring to light this past strikes on the as subject were many women-teachers. This act of remembering, says Lucilia de Almeida Neves, is inserted between the multiple possibilities past record, working out of representations and affirmation of identities constructed in the dynamics of History. Not losing sight of Alistair Thomson statement, we compose our memories to make sense of our past life and present. Remember, revisit the memories, updating the past, making it alive and full of meaning in the present.

Keywords: teachers' memories; teacher strikes; Oral History

Lista de Abreviaturas:

CPERS – Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul.

IE – Instituto de Educação General Flores da Cunha

CUT – Central Única dos Trabalhadores

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

TIPIE – Teatro Infantil Permanente do Instituto de Educação

FACED – Faculdade de Educação

CAPES – Coordenação de Pessoal de Nível Superior

PEC – Programa de Educação Continuada

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RS – Rio Grande do Sul

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

ABC – Santo André, São Bernardo e São Caetano cidades da região metropolitana de São Paulo

PDS – Partido Democrático Social

PFL - Partido da Frente Liberal

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

QPE – Quadro de Pessoal por Escola

CAIE – Centro de alunas do Instituto de Educação

GPIE – Grêmio de Professores do Instituto de Educação

SINPRO – Sindicato dos Professores do Ensino Privado

SUMÁRIO

1. AS MARCAS DAS GREVES NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO FLORES DA CUNHA...	11
2. MEMÓRIAS DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO POR MARIA BEATRIZ.....	26
3. A MEMÓRIA COMO CAMINHO DA PESQUISA.....	36
4. O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO: "uma escola corajosa"	45
4.1. CONTEXTUALIZANDO AS LUTAS DO MAGISTÉRIO GAÚCHO (1960 -1997).....	45
4.2. UM POUCO DA HISTÓRIA: "O IE é um Mundo!"	64
5. "O INSTITUTO EM SI DARIA UMA HISTÓRIA... MARAVILHOSA!": narrativas de memórias de professoras	70
5.1 APRESENTANDO AS PERSONAGENS.....	70
5.2 AS ENTREVISTAS.....	74
5.3 O QUE DIZEM AS PROFESSORAS SOBRE AS GREVES.....	81
5.3.1 Tempos de Parar: "A Gente Não Sabia o Que Fazer, Não Sabia Fazer Greve!"¹	82
5.3.2 "Esse Foi o Maior Ganho, a Vivência Democrática"	90
5.3.3 "Acho que Muita Coisa Valeu à Pena, Mas Outras Não Sei se Valeram"	95
CONCLUSÃO.....	102
REFERÊNCIAS.....	107

1. As marcas das greves no Instituto de Educação Flores da Cunha

“Nada se conhece sem partir” (NÓVOA, 2015 p.37). E assim, nesta pesquisa, parti em busca de compreender um pouco mais de mim e da história da profissão que exerço há mais de 30 anos, sendo 26 deles dentro de uma mesma escola, o Instituto de Educação General Flores da Cunha (IE)². Naquele período, convivi com lutas, prazeres, dissabores e alegrias de se fazer o que se gosta.

Os corredores de uma escola são cheios de vida! As salas de aula com estudantes são sempre uma surpresa e uma permanente atualização do tempo. Aprende-se muito com os alunos, eles carregam o frescor da vida! Ainda mais para uma jovem professora que, na década de 1980, estava vivendo a redemocratização de um país, participando da reconstrução do social, do político, das relações pessoais, um verdadeiro aprendizado de democracia!

Ao olhar e percorrer o não tão longo trajeto entre o prédio do Instituto de Educação, situado na Avenida Osvaldo Aranha e a subida em direção à Praça da Matriz e ao Palácio Piratini, em Porto Alegre, rememoro as inúmeras vezes que acompanhei as caminhadas e os acampamentos das professoras rio-grandenses, inicialmente como estudante do Curso de História, depois como docente. Lá se vão mais de vinte anos e, ainda hoje, a Praça é lembrada por alguns como o *lugar da sineta*, símbolo de resistência do movimento grevista que se inicia em 1979.

As caminhadas iniciavam nas imediações do Parque da Redenção, onde estacionavam os inúmeros ônibus vindos do interior. Sempre havia uma expectativa em relação a como se comportaria o interior do Rio Grande do Sul, quanto às decisões de greve ou não greve. Quantas escolas realmente parariam? E o Julinho³? Iria parar? E a Escola Protásio Alves? E as escolas menores dos diferentes bairros de Porto Alegre? E o Instituto de Educação, até o último minuto discutindo, em três turnos, e votando decisões? Vai parar? Comando de greve? Quem faria parte? As greves do magistério, um difícil aprendizado da democracia, diriam alguns.

Este é um estudo sobre memórias de professoras⁴, acerca de suas experiências nos movimentos grevistas, experiências essas vividas no Instituto General Flores da Cunha, em

² Hoje Centro Estadual de Formação de Professores General Flores da Cunha. Ao longo do trabalho vou chamar de IE - Instituto de Educação - por ser um nome afetivo e que o identifica historicamente.

³ Refere-se à Escola Estadual Júlio de Castilhos, instituição de ensino referência nas mobilizações políticas, como paralisações, greves e outras formas de manifestações.

⁴ O gênero feminino será sempre usado em razão do processo de feminização do magistério, fenômeno que marca a profissão de professor ao longo do século XX.

Porto Alegre/RS, entre os anos de 1979 e 1997. Pela metodologia da História Oral, foram entrevistadas oito professoras, todas elas com mais de 60 anos de idade. A investigação está especialmente interessada nos sentidos e significados atribuídos pelas narradoras às suas diferentes vivências nas greves do magistério público estadual, nos modos como hoje compõem suas reminiscências, nas lembranças e nos esquecimentos que ativamente construíram quando provocadas a narrá-las nos eventos das entrevistas.

A temporalidade da pesquisa se inscreve entre 1979 e 1997. A escolha do ano de 1979 se justifica porque naquele momento ocorreu a primeira greve do magistério público estadual. Na sequência, uma série de outras paralisações aconteceu decorrente do processo de abertura política no Brasil. O desafio aqui foi delimitar o ano do fim da pesquisa, tendo em vista que as greves continuam marcando o cenário educacional no Rio Grande do Sul até os dias de hoje.

Considerando que esta é uma investigação inserida no campo da História da Educação, se pressupõe um certo distanciamento no tempo. Assim, decidiu-se encerrar este estudo na última greve do século XX, em 1997. No ano seguinte, foi eleito como governador do Estado Olívio Dutra⁵, do Partido dos Trabalhadores. Essa eleição promoveu uma nova expectativa na sociedade rio-grandense, pois, pela primeira vez, um representante deste partido político assumia um cargo de tamanha importância no âmbito estadual, com uma promessa de mudanças em relação não apenas a manutenção de conquistas como o Plano de Carreira do magistério, a luta pelo piso salarial e investimentos em educação, mas também pela maior participação dos professores nas discussões e decisões sobre a educação nas escolas e no estado.

Entre 1979 até o final da década 1990, foi um tempo de intensa mobilização do magistério estadual gaúcho, na sua ação histórica por melhores salários. Foi um tempo em que se lutou pela conquista e manutenção do plano de carreira e por uma educação de qualidade pautada por critérios pedagógicos e de participação dos professores na sua construção.

O IE, assim como tantas outras instituições de ensino, teve papel relevante desempenhado por suas professoras e alunos, na condução das greves do magistério estadual. Muitas reuniões do movimento grevista ocorreram em suas dependências, não apenas por localizar-se em um ponto central da cidade, o que favorecia o deslocamento das pessoas envolvidas. É preciso lembrar do significado histórico desta escola na sociedade porto alegreense, sendo uma escola de formação docente centenária.

⁵ Possivelmente esta expectativa do magistério vincula-se a sua trajetória sindicalista e de resistência à ditadura.

A escola teve muitas razões para ser uma das *âncoras* das greves. Primeiramente, por ter se constituído em uma referência na formação de professoras no Rio Grande do Sul, também por ter abrigado, ao longo de seus mais de cem anos de existência, o que se chamou de *elite da educação*, de seus quadros saíram educadoras, alunos de visibilidade local e nacional⁶. Então, nas greves, mais uma vez, o I.E. despontou na liderança dos movimentos pela educação no Rio Grande do Sul.

Creio que a sociedade rio-grandense, especialmente os mais velhos, ainda não esqueceu esse movimento que marcou as gerações de alunos e suas famílias nas décadas de 1980 e 1990. As manifestações do magistério caracterizaram as relações políticas vividas na escola pública, entre as professoras e os vários governos eleitos ou não, no final de 1970 início de 1980. Cumpre lembrar que aquele não foi um movimento isolado da sociedade, mas que se insere como parte da busca pela reconstrução nacional e da cidadania, após os anos da ditadura civil militar que o Brasil viveu entre 1964 e 1985.

Essa pesquisa traz em si muito da constituição da profissão de professora ao longo do século XX. O magistério passou a ser uma ocupação feminina possível, legítima para as moças, especialmente das camadas médias urbanas. Associada à ideia de sacerdócio, a professora tinha seu reconhecimento como mestra e “sua recompensa não era deste mundo” (FISCHER, 2005, p. 77).

Na década de 1950, foram gestados, os costumes que caracterizariam os anos de 1960. “Tudo, ao mesmo tempo era consentido e proibido” (VERISSIMO, 1989, p.43), havia um ar de mudanças numa sociedade ainda muito conservadora e moralista, sonhos de mudança que vinham de Hollywood, materializados na calça Lee, na música dos Beatles e na sociedade alternativa – comunidades hippies, celebração do amor, natureza, da beleza e liberdade (LUFT, 1989, p 52). Embora um clima de repressão ainda existisse na sociedade pós-segunda Guerra Mundial (1939-1945), caracterizada pela ascensão da classe média, urbanização e industrialização, vislumbrava-se um outro tempo marcado pelo emblemático Maio de 1968, crescimento do feminismo, advento da pílula anticoncepcional.

A geração de professoras entrevistadas nessa pesquisa é representante do momento histórico a que se refere Luis Fernando Veríssimo e Lia Luft. São mulheres que nasceram na sua maioria nas décadas de 1940 e 1950, época de fortalecimento dos conceitos de democracia e participação. Elas viveram essa transição cultural, a maioria estudou num

⁶ Entre alunos do IE da década de 1980 podemos destacar a deputada Maria do Rosário e do músico Pedro Veríssimo, Glaci Rolim educadora e pres. do CPERS (1979-1981), Florinda Tubino Sampaio (1895) aluna, professora e diretora (1939-1945) do IE.

Instituto de Educação que percorria esses novos tempos – entre o *consentido e o proibido*, entre a liberação feminina e “um aparente consenso social sobre a moral e os bons costumes” (BASSANEZI, 2004, p. 609). Das entrevistadas muitas fizeram a Escola Normal ou o ginásio no Instituto, cuja característica era de ser uma escola conservadora, e a maioria delas voltou para dar aulas naquela escola, ou seja, pode-se dizer que fizeram sua formação e posterior carreira de professora dentro da mesma instituição de ensino.

Ainda nas décadas de 1950 e 1960, magistério e maternidade estavam próximos, como escreve Fischer (2005). Um editorial do Jornal Correio do Povo, publicado em outubro de 1956, lembrava a sua *missão*: “se mantenha, como sempre, na compenetração ao sacerdócio a que consagrou” (FISCHER, 2005, p.77). Uma profissão considerada o mais próximo da função de “mãe” (BASSANEZI, 2004, p.625). Nesse sentido, uma profissão que não deveria ter como objetivo o salário, a remuneração justa, pois era entendida como prolongamento da maternidade.

O Instituto de Educação do início da década de 1980 era uma escola onde boa parte das professoras tinha vivido intensamente a década de 1960. Como ingressei na escola no início dos anos de 1980, havia uma diferença geracional, pois, para mim, a referência era a década de 1970. Meu sentimento era o de pertencer a uma outra geração, ou seja, parecia que minhas colegas tinham vivido a transição e eu já estava vivendo as mudanças.

Estar no Instituto de Educação da década de 1980, hoje posso dizer, é poder olhar um pouco para trás e ver esses valores de que tão bem nos falam Luis Fernando Veríssimo e Lia Luft – moralismo e conservadorismo ao mesmo tempo que a calça Lee, a coca-cola, Beatles e o psicodélico anunciavam novos tempos. Eu olhava aquelas professoras que me pareciam tão elegantes, vestidas com terninhos e casaquinhos combinando com o traje sóbrio, enquanto eu trajava calça jeans, usava botas e andava numa moto 125 cilindrada. Realmente, me sentia uma estrangeira naquele lugar tão sóbrio e conservador. O Instituto era tudo isso! Representava o conservadorismo e a mudança!

O distanciamento no tempo me permite olhar para o passado, com olhos de historiadora, mas, ao mesmo tempo, como alguém profundamente implicado naquele vivido, pois faz parte de minhas memórias. Foi a partir de leituras como as de António Nóvoa (2015) e Renato Janine Ribeiro (1999) que percebi o quanto esta pesquisa assume um tom que, de certo modo, transgride os protocolos tradicionalmente convencionados para um estudo acadêmico. Primeiro, por minhas implicações, uma vez que trabalhei no Instituto de Educação por mais de duas décadas, vivenciei muitas das greves do magistério convivendo com colegas

que hoje, tão gentilmente, compartilham comigo suas memórias. Também porque entre as minhas entrevistadas está uma professora que compõe a banca examinadora da dissertação. Como afirma Nóvoa, “no principio e no fim da investigação está sempre à liberdade” (2015, p.45), o que de forma alguma invalida o rigor teórico e metodológico que são pressupostos fundamentais para a produção do conhecimento científico.

Ainda, outras orientações deste autor são preciosas, como a importância de um profundo envolvimento com a pesquisa, o estar implicado que representa, de alguma forma, “um ajuste de contas com nossa vida” (NÓVOA, 2015, p.36). Importante trabalhar com aquilo que nos inquieta, só assim conseguiremos produzir algo com significado pessoal e acadêmico.

É importante ter dúvidas, não existe a neutralidade do pesquisador como apontava o Positivismo⁷, pressupondo uma distinção radical entre o sujeito e o objeto do conhecimento, portanto, como diz Sarmiento (2013) na pesquisa acadêmica as implicações são permitidas. É preciso construir pontes (ERRANTE, 2000) entre narrador e historiador, construir relações, às vezes com pessoas próximas, às vezes com desconhecidos. São as relações interpessoais que revelam nossa humanidade e nos fazem refletir e desconfiar de nossas próprias verdades.

Assim, também é significativo compreender, no papel de entrevistador, que o rememorar pode trazer sofrimento e em alguns casos tornar suas memórias públicas pode ser difícil, e, ao ouvir suas narrativas, nos sensibilizamos e trazemos parte de nós para esses eventos. Os historiadores orais tem, não raro, a possibilidade de escolher seus narradores, não sendo, portanto, neutros. Através dessas escolhas, vicariamente contam e rememoram, há “reflexos da voz do outro na sua própria voz” (SARMENTO, 2013, p. 148).

Somos parte do mundo social que estudamos e, neste sentido, o investigador está implicado naquilo que faz, uma vez que “não se trata de uma transposição imediata e linear da realidade: sobre ela foram feitos cortes, seleções” (SARMENTO, 2013, p.150). A pesquisa é uma construção e há uma parte do investigador no contexto que estuda, neste caso, a escola onde trabalhei as greves de professoras, que também participei, e todo um envolvimento pessoal e profissional que ainda mantenho com as entrevistadas.

Essa é uma transgressão investigativa que me permito ao buscar memórias de professoras que ainda convivem comigo, que estão implicadas, como eu, nesse tempo de greves e trazem à tona suas memórias, evocando um passado de atuação coletiva. Arriscar, no sentido de compreender, que somos todas, pesquisadora e entrevistadas, sujeitos desse

⁷ O Positivismo pressupõe uma distinção radical entre o sujeito e o objeto do conhecimento, baseia-se em métodos quantitativos e prescreve uma orientação normativa da ciência (SARMENTO, 2013 p.141).

passado e que minhas memórias se confundem com as memórias delas pela simultaneidade do tempo.

A história, sendo uma reconstrução dos feitos de uma época, é sempre pautada por uma necessária problematização feita sobre um rigoroso exame do passado. É preciso um certo deslocamento para produzir algo novo que tenha significado para nós e para os outros. A história trazida das memórias dessas professoras, do vivido, do *escondido* são memórias possíveis, criadas e recriadas no ato de lembrar. No dizer de Izquierdo “somos aquilo que lembramos e também aquilo que queremos esquecer” (2004, p.57).

Assim, como esquecer a "Canção da greve", um forte evocador de memórias? “Avante, professores de pé” é a introdução do hino que ecoou nas praças e ruas do Rio Grande do Sul em 1987. Esta greve entrou para a história do magistério gaúcho como uma das maiores do Brasil. "Canção da greve" do magistério é um emblema do movimento, inspirada no hino do movimento de resistência política gaúcha ao golpe em 1961 nomeado de “A Legalidade”. Sob a liderança de Leonel de Moura Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, houve uma mobilização nacional para cumprir a Constituição Federal garantindo a posse ao vice-presidente João Goulart, na presidência do Brasil em virtude da renúncia do presidente Janio Quadros. Esse movimento vitorioso em seus propósitos possuía um hino que serviu de inspiração para o magistério gaúcho, parafraseando a letra e contextualizando nas questões particulares do magistério gaúcho: “Avante Professores de Pé”!

Canção da Greve

Letra: Ada Vaz Cabeda
Musica: Heloisa Nemoto Vergara

Avante, educadores de pé!
Unidos pela educação
Lutemos todos juntos com fé.
Neste momento, nesta Nação.
Reivindicar verbas mais justas.
Para o ensino e as categorias
Exigir nossos direitos
É ensinar democracia!

Fonte: CPERS- cpers.com.br/greves/

Além desta canção, a greve de 1987 traria outras surpresas. Uma greve emblemática quando as professoras acamparam na Praça da Matriz e começaram a vender produtos feitos

por elas mesmas com o objetivo de *fazer fundo de greve*. A *Sineta* passou a ser utilizada como um símbolo do movimento.

A letra da “Canção da Greve” traz algumas palavras que demonstram a mudança no conceito de docente, agora, “a educadora de pé”! Não mais aquela imaginada pelo Secretário de Educação de 1955, Liberato Salzano Vieira da Cunha, que a parabenizava pelo “espírito sacerdotal, dedicação e amor” (FISCHER, 1995, p.76), mas a professora que “Avante, reivindica, exige direitos para a categoria e ensina democracia” (Canção da greve – CPERS/sindicato).

Neste sentido, as palavras da Canção continuam reverberando nas lutas atuais do magistério no Brasil. Em 2015, ecoaram, por exemplo, no Paraná e no Rio Grande do Sul⁸, estados que enfrentaram paralisações do magistério público estadual e federal, tanto nos níveis de ensino básico como universitário.

Muito se afirma que as greves trazem, entre outras consequências, um descompasso nas atividades desenvolvidas dentro das universidades e do ensino como um todo, espelhando as dificuldades em que se encontra a educação em nosso país desde meados do século XX, passando pelos difíceis tempos de exceção política (1964-1984), das crises e econômicas dos anos 1980 e 1990. Mas, mesmo em tempos de aprendizado da democracia, as vozes de professores se fizeram ouvir juntamente com a sociedade civil organizada e ainda hoje se fazem presentes.

Mesmo as greves sendo uma questão contemporânea, sob o olhar da História da Educação no Brasil, ainda há muitos silêncios, muito embora as professoras continuem ganhando as ruas na luta cidadã por mais qualidade na educação, dignidade salarial, preservação das escolas e seus prédios entre outras reivindicações. A atuação delas em favor da educação tem sido presença marcante nesses últimos 40 anos!

As greves pela educação, melhores salários dos professores, plano de carreira e condições dignas de trabalho têm sido presentes, desde 1963, quando da primeira greve de professores do RS. Tal situação provocou uma crise na educação e o consequente pedido de demissão da então Secretária de Educação Zilah Totta por não concordar com as decisões do então governador Ildo Menegheti (FISCHER, 2005). Depois dessa primeira experiência que aconteceu um ano antes do golpe militar, passaram-se dezesseis anos e, no final da década de 1970, as greves voltam a ocupar as manchetes dos jornais.

⁸ No decorrer de 2015, os professores do Paraná ficaram mais de 40 dias em greve por questões salariais e os professores do RS fizeram várias paralisações por que razões ligadas à falta de pagamento por parte do governo do Estado.

Em abril de 1979, após uma assembleia de professores e por votação expressiva de indicativo de greve, o presidente do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS) – Hermes Zaneti - declara o magistério em greve no RS. As professoras, as escolas e o Centro de Professores se constituem em parte dos sujeitos da educação, formando um grupo atuante nesse cenário, embora cada um dentro de seu universo e peculiaridade social. No caso específico dessa pesquisa, as memórias de professoras são o objeto de estudo.

Para desenvolver a investigação, procurei um grupo de professoras que atuaram no Instituto de Educação de Porto Alegre desde o final da década de 1970 e nas décadas de 1980 e 90. Elas tiveram suas memórias comigo, lembrando Halbwachs (2004), num período de pelo menos vinte anos. Algumas delas trazem lembranças do Instituto anteriores a esse período (década de 1960), uma vez que foram alunas da Escola Normal do Instituto de Educação. Algumas permaneceram na escola como professoras. Formaram um grupo, uma vez que tinham em comum a área de trabalho de Estudos Sociais. Eram professoras de História e Geografia e constituíram uma equipe de trabalho, de acordo com a proposta pedagógica da escola. Tiveram memórias em comum, memórias de sucessivas greves. E são essas memórias que, nesta Dissertação de Mestrado, procuro *trazer à tona*, através de narrativas produzidas no evento de "entrevistas compreensivas"⁹ (ZAGO, 2011, p.295).

Desde meados da década de 1970, o magistério público estadual vem numa trajetória de mudança de paradigma. A partir dos lentos ares da democracia que encaminhava o Brasil, em direção ao fim da ditadura civil militar, constituía-se uma *nova professora*. Alguém que passava a se inserir na luta por melhores salários, na luta pela sindicalização, na mobilização de massa, no enfrentamento com os diferentes governos do Estado, e, por fim, assumia uma nova identidade.

De acordo com Hall (1997, p.13), o sujeito pós-moderno é conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade é formada e transformada continuamente em relação às maneiras pelas quais somos representados ou interpelados. Também o sujeito assume identidades diferentes, dentro de nós há identidades contraditórias e permanentemente deslocadas, caminhando em diferentes direções, numa outra identificação,

⁹ Segundo Zago (2011), a entrevista compreensiva permite a construção da problemática de estudo no decorrer de seu desenvolvimento e também de suas etapas, por sua flexibilidade, aceita e alterações no decorrer do processo de pesquisa admitindo uma posição de mais envolvimento do pesquisador e tem a pesquisa de campo como um ponto de partida da problematização. Não sendo um instrumento padronizado, essa modalidade de entrevista não está centrada no rigor do método, mas permite ao pesquisador engajar-se nas questões sociais e numa imersão no rico material que vai chegando a suas mãos. Mas a entrevista compreensiva deve preocupar-se com as técnicas de pesquisa e o sentido dos caminhos de investigação, manter-se dentro da sua proposta e aos processos de reflexão em que se apoia.

ao invés da representação de professoras, do passado, desejam ser valorizadas, no presente, como trabalhadoras em educação. Segundo Louro, “reivindicar o reconhecimento profissional também se constituiu numa forma de mulheres professoras lutarem por salários iguais aos dos homens e por condições de trabalho adequadas” (2004 p.473). Como exemplo do movimento, podemos caracterizar a trajetória do CPERS que, ao final da década de 1970, representava as professoras do Rio Grande de Sul, categoria mais organizada do Estado e tornando-se o maior sindicato de base estadual. Muitas mulheres tornaram-se militantes e algumas líderes sindicais (LOURO 2004).

Esta *nova professora*, que se constituiu principalmente, a partir dos anos 1980 é um sujeito que começa a perceber-se como uma profissional, e, como em outras profissões, deseja posicionar-se no contexto do movimento sindical. Uma professora do seu momento histórico, que quer sair da sala de aula para ser ouvida, que se responsabiliza por ser a provedora da família, e, gradativamente, vai ficando muito à vontade em ser vista como uma trabalhadora da educação¹⁰. Tomar as ruas em passeatas para expor o achatamento salarial que vinha sofrendo desde a década de 1970, enfrentar as dificuldades dentro das escolas com verbas escassas, defender um plano de carreira que a valorizasse profissionalmente. Essa mulher passa a ser uma profissional da educação, como começa a aparecer na imprensa a partir da década de 1980.

As professoras passaram a se identificar como categoria profissional, categoria docente, profissionais da educação. Como afirma Oliveira “a década de 1980 foi marcante para a organização dos trabalhadores em educação” (2011, p.8). Mais que um Centro de Professores, o CPERS torna-se um Sindicato, expressando a contemporaneidade em que vivia o país com a Constituição de 1988 – A Constituição Cidadã. Enfim, para muitas, o magistério, aos poucos, deixava de ser percebido como *missão*, *vocação* e assumia enunciados distintos. Aquelas professoras percebiam a necessidade de serem recompensadas por seu trabalho *neste mundo!* Segundo Fischer, “não bastava mais ouvir, repetidamente, a afirmação de que sua recompensa não era deste mundo” (2005 p.79).

No final da década de 1970 e início de 1980, dava-se a convivência de novas e velhas identidades. Alguns pensamentos ainda mostravam-se conservadores, embora, em alguns momentos, parecessem estar à frente de seu tempo, respondendo aos apelos de desse novo tempo, da profissionalização, da dignidade salarial, do plano de carreira. Esse novo olhar para

¹⁰ Em 1989, o debate sindical tratou da transformação do CPERS em sindicato, uma vez que o funcionalismo público obteve o direito da sindicalização pela Constituição de 1988. Mais tarde o CPERS filiou-se à CUT. A Luta dos professores Gaúchos – 1979/1991. Ver Bulhões e Abreu, 1992.

as professoras é evidenciado no livro intitulado “A luta dos professores gaúchos – 1979/1991: o difícil aprendizado da democracia”, de autoria de Maria da Graça Bulhões e Mariza Abreu (1992), professoras e sindicalistas, atuantes nos movimentos grevistas nas décadas de 1980 e 1990. Seus escritos anunciam as mudanças que estavam em andamento, especialmente no capítulo II, “Rompimento da ideia do magistério como sacerdócio - 1979/1980”. Aqui destaco essa frase, “No final da década de 1970, o Magistério intensificou sua luta, voltando-se prioritariamente para reivindicações salariais e desenvolvendo amplas mobilizações de massa de caráter estadual” (p.19).

É em busca dessas memórias que caminha essa pesquisa. Memórias de professoras que viveram as greves desde 1979, que tiveram boa parte de sua trajetória profissional em uma escola, em uma época em que a professora mantinha um *status* de mestra, autoridade e posição social de reconhecimento, construído especialmente nas décadas de 1950 e 1960. Entretanto, ao longo dessas mesmas décadas e ainda a década de 1970, vira gradativamente a realidade do magistério e da educação pública transformar-se. Nos anos 1980 e 1990, a nova geração de docentes, reivindica, atua e participa como categoria profissional, num país que, aos poucos, deixava para trás os tempos de ditadura e vivia a abertura política e a retomada paulatina da democracia.

Considerando a importância do Sindicato dos professores nesse processo, fiz uma visita ao CPERS – sindicato. Lá, procurei obter informações sobre o que havia em seus registros referentes às greves. Fui informada que o arquivo não estava organizado, muita documentação havia sido perdida e o que restou necessitava de uma ordenação. Orientaram-me a procurar o site do sindicato em busca de informações¹¹. Foi o que fiz. Realmente, muitos materiais sobre a história do CPERS e as greves estão lá colocados, é uma fonte importante de consulta. Retornei ao Sindicato na intenção de obter mais algumas informações, foi quando lembrei do livro "A Luta dos professores Gaúchos – 1979/1990" (BULHÕES e ABREU, 1992). De fato, lá havia um exemplar do mesmo, obtive o empréstimo e foi de grande utilidade.

Sobre este livro, destaco que se trata de uma análise histórica do processo que envolveu as greves de professores desde o final da década de 1970, mais especificamente a greve histórica de 1979 até o ano de 1991. O texto aborda a formação e atuação dos partidos políticos no Brasil da redemocratização, as lideranças locais, o CPERS, as eleições, planos econômicos e políticas estaduais para a educação. Também obtive por empréstimo uma publicação comemorativa ao Cinquentenário do Centro de Professores (1945-1995), em que consta um

¹¹ WWW.cpers.com.br

breve histórico dos presidentes dos CPERS desde sua fundação até o ano de 1995. Essas foram publicações¹² que me auxiliaram na ordenação dos fatos, das greves, dos presidentes do CPERS, no sentido de melhor compreender as mobilizações, a participação dos governos estaduais e suas políticas educacionais.

Na sequência, entrei em contato com o Clube do Professor Gaúcho¹³ para saber se havia um arquivo disponível para pesquisa e fui informada que aguardavam a chegada de um material sobre Tereza Noronha, ex-presidente do CPERS e uma das fundadoras do Clube, mas ainda não havia previsão da chegada da documentação. Também recorri a publicações – teses e dissertações – que tiveram como objeto o magistério e suas greves no recorte temporal adotado nessa pesquisa.

Ao longo da execução das entrevistas, algumas das entrevistadas fizeram sugestões de busca de documentos e ainda trouxeram contribuições de seus arquivos pessoais, como fotos da Praça da Matriz durante a greve de 1987, crachás elaborados pelas professoras na época, álbum de recortes de notícias da greve feito pela filha em idade escolar de uma das professoras. Há uma beleza neste álbum que representa histórias vividas por uma mãe professora grevista e sua filha, estudante do IE. Contêm em suas páginas notícias de jornais, fotos, poemas, frases emblemáticas e desenhos sobre aqueles meses de paralisação do magistério em 1987. Esse material foi guardado por sua mãe, sujeito desta pesquisa, que, gentilmente, me cedeu para que aqui se transformasse em documento da pesquisa.

Portanto, a pesquisa aqui proposta com professoras do IE toma a narrativa de memória como documento e a História Oral como metodologia. A partir da evocação das memórias de um grupo de professoras grevistas nas décadas de 1980/90, buscam-se sentimentos, reminiscências, e o olhar de cada uma delas sobre aquele momento ligado história da educação no Rio Grande do Sul. Para além das narrativas de memória, é fontes do estudo material impresso cedido pelo CPERS-sindicato como livros comemorativos, histórico de greves e conjuntura política, manchetes e notícias de jornais divulgados na época das greves de 1979 a 1997 e o álbum de recortes elaborado por estudante na época da greve de 1987.

A memória é labiríntica e movediça (BASTOS e STEPHANOU, 2005) como documento histórico e é encarada com certa marginalidade por não admitir certezas irrefutáveis. A escolha das entrevistadas obedeceu a alguns critérios iniciais: a professora ter trabalhado no Instituto de Educação no período do recorte temporal escolhido para pesquisa, 1979 a década

¹² CPERS Sindicato 50 anos Compromisso com a Cidadania Plena 1945-1995. Ed Tchê! 1995 Porto Alegre; A luta dos Professores Gaúchos – 1979-1991. O difícil aprendizado da democracia. BULHÕES e ABREU, 1992. L&PM.

¹³ Clube do Professor Gaúcho, fundado em 1971, teve como uma de suas fundadoras Thereza Noronha que também o presidiu no período de 1971-1975. [Sede na](#) Av. Guaíba, 12060 - Ipanema, Porto Alegre.

de 1990, escolhido em razão do acirramento das greves do magistério no Rio Grande do Sul e no contexto histórico da redemocratização do Brasil que pressupõe uma maior participação política, formação de sindicatos e greves de outras categorias profissionais pelo país; ter mais de 60 anos.

As escolhas também estão relacionadas a uma rede de afetos. Trabalhei por 26 anos no Instituto de Educação e, portanto, estabeleci uma relação de amizade com colegas principalmente da minha área de trabalho – História - e também do nível de ensino em que atuei principalmente nas décadas de 1980/1990 – Ensino Fundamental. Essas colegas tiveram uma participação importante nas greves, algumas próximas às lideranças sindicais, como representantes da escola, outras engrossando as fileiras e sustentando o movimento nas ruas, passeatas, confecção de materiais e visitando escolas em greve, encorajando outras colegas a permanecerem no movimento. Mulheres professoras com mais de sessenta anos e, em sua maioria, trabalharam exclusivamente no Instituto de Educação. Das entrevistadas, a maioria se aposentou e não exerceu mais atividade profissional, uma delas seguiu trabalhando - depois da aposentadoria no Estado - em escola particular, outra está ainda trabalhando no ensino superior e uma delas deixou de ser professora, ainda na década de 1990, permanecendo ligada à educação, sendo, inclusive, Secretária de Educação do Rio Grande do Sul na gestão de 2007 a 2010, no governo de Ieda Crusius (PSDB).

Para resguardar a identidade das narradoras, a escolha foi usar codinomes tendo como inspiração nomes de flores aleatórios. Não foi uma escolha de decisão fácil, várias opções foram pensadas, mas pelo tema da pesquisa estar localizado no tempo presente, muitas possibilidades foram descartadas para não dar margem a situações constrangedoras de identificação de qualquer uma delas. Essas são, portanto, as professoras, sujeitos da pesquisa, que foram entrevistadas:

Flora	Camélia	Jasmim	Dália	Lilian	Hortência	Violeta	Margarida
-------	---------	--------	-------	--------	-----------	---------	-----------

Assim, ao escutar as narrativas de memória dessas docentes, a questão que esta pesquisa persegue é no sentido de buscar compreender como cada uma delas, participantes do movimento grevista, rememora aquele tempo vivido, considerando os lugares de sujeito que ocupou e ocupa na contemporaneidade. Mulheres que viveram os anos 1960 e 1970, com diferentes itinerários de vida, distintas origens familiares, diferentes posições dentro da sociedade, assumiram uma nova condição que se afastava daquela comumente atribuída às

mulheres dos anos 1960 e 1970. Passaram a fazer sistematicamente greves. Por que aderiram a esse movimento? Por que se sindicalizaram? Seriam todas professoras vanguardistas que romperam com o estereótipo da *professorinha*? É no rastro dessas questões que essa pesquisa percorre seus caminhos.

Esse olhar para as professoras vai ao profundo e escondido da memória buscar um sentido, agora com os olhos do presente. Essas professoras que se reconhecem como ativas participantes do movimento que ainda está aí, nas ruas, nas vozes das novas gerações, que ainda entoam canções, palavras de ordem, ocupam as praças e são permanente manchetes nos jornais. “A Educação em Luta” é uma frase ícone que vem agregando grevistas de ontem e de hoje.

Como afirma Nora (1987, p.9) “os historiadores procuram ser historiadores deles próprios”. Nesse sentido, pela minha trajetória na escola pública, principalmente, sinto-me uma *trabalhadora em educação*. Vivi intensamente as décadas de 1980/1990 dentro deste processo e contexto histórico de greves e paralisações. Primeiro como estudante e, logo em seguida, como jovem professora de História, que ainda não entendia muito bem todo aquele processo de luta do magistério como categoria profissional, mas sabia de sua importância. Envolvida no clima vivido no país de retomada da democracia e de intensa participação, confesso que pouco compreendia o processo de luta histórica que as professoras empreendiam desde o início da década de 1970, quando conquistaram o Plano de Carreira (1974¹⁴). Eu conhecia apenas de nome as lideranças como ZilahTotta e Tereza Noronha¹⁵, vozes presentes nas assembleias, que eu apenas começava a participar.

Conviver com professoras eméritas na liderança do CPERS, ouvir seus discursos sobre participação e cidadania foi uma experiência de vida que deixou marcas importantes em minha memória. Busco essas lembranças como referências que marcaram minha carreira como professora, minha identidade profissional e pessoal sobre as quais, me permito na sequência dessa dissertação refletir.

¹⁴ Plano de Carreira atual do magistério aprovado em 1974, Lei 6672.

¹⁵ Tereza Noronha é considerada exemplo da luta das mulheres numa entidade de classe. Presidiu o CPERS por duas gestões, de 1966/68 e de 1970/72. Em outras gestões exerceu diferentes funções, inclusive como vice-presidente. Faleceu em novembro de 1983, em acidente de carro quando se dirigia a Santa Catarina para um encontro de educação. Foi também fundadora e primeira presidente do Clube do professor Gaúcho. ZilahTotta tem também, toda sua trajetória de vida dedicada à educação. Presidiu o CPERS de 1981/1984. Foi diretora da escola estadual Paula Soares e Secretária Estadual da Educação no governo Ildo Menegheti e recebeu o título de educadora emérita em 1978. Considerava-se *uma defensora do CPERS* (CPERS-Sindicato 50 anos, p.94).

Esta pesquisa está dividida em cinco capítulos. Cada um deles procura trazer aspectos dessa trama das memórias que envolveram uma escola, um grupo de professoras, um tempo de incertezas, mas cheio de transformações – as greves do magistério - que foram um marco na sociedade rio-grandense das décadas que compreendem desde meados de 1970 até o final de 1990.

O capítulo um apresenta o Instituto de Educação General Flores da Cunha, uma escola Normal centenária, a primeira do Rio Grande do Sul, conservadora e formadora de professoras ainda com a marca da *normalista* que encarava a sua tarefa de educar apenas como *uma missão, um sacerdócio*, extensão do papel da mãe. Mas que com as transformações sociais, econômicas e culturais das décadas de 1960/50 passou a viver a transição que levaria a um novo papel o de trabalhadora em educação, e sendo assim foi lutar pelos direitos profissionais indo até à greve como forma de se fazer ouvir. Filiou-se ao sindicato tornando-se assim uma professora de seu tempo – sindicalizada e atuante nos movimentos sociais.

O capítulo dois mostra um pouco da pesquisadora e sua implicação na pesquisa, inicialmente uma jovem professora de História que ingressa no magistério público numa escola tradicional, mas vive um contexto de mudança, tempos de construção democrática e abertura política. Apresenta as dificuldades iniciais de se sentir parte de uma escola que ainda vivia a austeridade pela posição que ocupava na sociedade gaúcha, e pelos professores que tinha, mas já enfrentava um expressivo contexto de mudanças que se refletia não só nas posições das *novas normalista*, mas nos próprios professores. Enfrentava também, gradativa perda do um status de escola que possuía privilégios pelo seu passado e agora as discussões se voltavam para as greves e as formas de participação nelas.

Na sequência, o capítulo três discute os caminhos trilhados e as escolhas teóricas e metodológicas feitas pela pesquisadora, tendo memória e História Oral como grandes ancoragens da pesquisa. Assim, na construção do referencial teórico, procurei autores como Lucilia de Almeida Neves, Antoniette Errante, Alistar Thomson, Maurice Halbwachs, Dóris Bittencourt de Almeida, Verena Alberti, Sandra Pesavento, Ivan Izquierdo, Ecléia Bosi entre outros autores.

No quarto capítulo, “O Instituto era uma escola corajosa”, apresento um relato dos tempos de greve vividos no Instituto de Educação Flores da Cunha, considerando a participação das professoras, o papel do CPERS, dos governos que se sucediam entre as contínuas greves e os partidos políticos que se constituíram naquele período de redemocratização do Brasil.

O último capítulo é aquele em que as narrativas das professoras são tramadas, construindo uma atribuição de sentido ao tempo das greves. As falas que deram razão a esta pesquisa. Suas memórias recheadas de sentimentos, significando verdades construídas por elas individualmente e no coletivo. Memórias compartilhadas daqueles períodos de greves, mas também o olhar de cada uma sobre momentos únicos dentro do cotidiano de professoras que saiam das salas de aula para enfrentar as praças, as assembleias e participar ativamente daqueles momentos da constituição de *nova professora*.

2. Memórias do Instituto de Educação por Maria Beatriz

“Nossas lembranças permanecem coletivas, elas nos são lembranças pelos outros... é porque, em realidade, nunca estamos sós...” (Halbwachs, 2004, p.30).

“O passado é um outro país, mas deixou sua marca nos que o habitaram” (HOBSBAWN, 2002 p.21). Cheguei ao Instituto de Educação General Flores da Cunha no segundo semestre de 1983, então com vinte e poucos anos, vinha de uma escola periférica com uma carga horária pequena. Minha atividade profissional era fundamentalmente na escola privada – IPA-Instituto Porto Alegre da igreja Metodista.

Sou professora por opção, e ainda na Faculdade de História, ingressei no cotidiano do trabalho escolar como professora substituta. Meu primeiro contato com a sala de aula foi em uma escola particular, mas logo me aproximei da escola pública, que no início da década de 1980, vivia a efervescência política das primeiras greves e, ainda como estudante de História, assisti as primeiras assembleias do magistério no Auditório Araújo Vianna¹⁶.

Ingressei no magistério público estadual através de concurso público em 1983 e, nesse mesmo ano, assumi como professora de História do Instituto de Educação General Flores da Cunha. “A experiência está sempre presente na memória” (ALMEIDA, 2009, p. 217), assim, fazer parte desta escola, principalmente no contexto histórico de redemocratização do país, das greves do magistério estadual, foi uma experiência marcante na minha vida profissional que aqui procuro tematizar.

Cheguei ao IE no centro de um furacão! A escola havia feito um feriado prolongado contrariando as ordens do governo. E o governador havia determinado a todas as professoras que voltassem ao trabalho e cumprissem o calendário que havia sido acordado com o fim da greve. A revolta e indignação eram gerais! Minha entrada no IE ocorreu em pleno *ato de desobediência* das professoras que haviam prolongado um feriado sem a autorização do governo. O saguão estava cheio! Ninguém em sala de aula, muitos comentários inconformados com a intolerância e falta de autonomia da escola que não tinha autonomia para definir seu próprio calendário. Era mais um calendário que ajustava carga horária obrigatória escolar com greve de professoras daquele ano e recuperação dias parados – compromisso das professoras!

¹⁶ Auditório pertencente à Prefeitura de Porto Alegre localizado na Av. Oswaldo Aranha próximo ao IE.

Assim era o IE, um borbulhar constante de ideias, questionamentos e votações. Sim! As votações! Aprendi que sempre se terminava, ou começava uma reunião votando e sempre havia quem fizesse a defesa ou contrariasse a proposta. O conjunto de professoras do IE só ia para as assembleias do magistério com posições tomadas e deliberadas primeiro na escola. Os corredores imensos, as escadas, a sala dos professores, as salas de coordenações, todos os espaços eram marcados por acalorados debates. Afinal, o Instituto estava habituado com *uma certa autonomia*, uma vez que por tradição a escolha de professoras era via de regra por convite, a escola elaborava seu calendário, administrava duas unidades de prática de ensino para o curso Normal entre outras prerrogativas oriundas possivelmente por ser uma escola centenária.

Apesar de não entender bem o que estava acontecendo, procurei me ambientar. Foi muito difícil. Eu era uma *estranha* numa escola secular, enorme e, pode se dizer, bem pouco acolhedora. O IE, na época, contava com mais de duzentos professores, muitos funcionários de carreira e mais de mil e quinhentos alunos. Foi uma difícil adaptação, eu me sentia invisível naquele lugar. Apesar de já ter experiência docente em outras escolas públicas (no bairro Restinga Escola Raul Pilla e no bairro Partenon Escola Estadual Caldas Junior) além de escolas particulares (Colégio Israelita e IPA – Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista), eu percebia o quanto aquela era uma escola diferente do que eu conhecia até então. Uma escola onde tudo se resolvia primeiro no Pedagógico, que era chamado de Departamento enquanto nas outras escolas era *serviço pedagógico*, a sala dos professores não era o centro da escola e muitas questões eram decididas em reuniões que constavam da carga horária de cada professor, o que não era comum nas outras escolas da rede pública. Também contava como carga horária os períodos à disposição da escola usados como substituição por falta do titular, pois nenhum aluno poderia ficar sem aula dentro da escola, elaborava-se um banco de tarefas no caso do professor necessitasse faltar. Eram vários calendários dentro do mesmo ano letivo para grau da escola, vários departamentos, inclusive médico e dentário, coordenações, vice-direções e equipes de trabalho. Além, é claro das representações estudantis (CAIE Centro de alunos do IE) e de professores (GPIE – Grêmio de professores do IE) que previa carga horária disponível para quem participasse da atividade, dos vários laboratórios, salas de jogos, bibliotecas, escolas anexas, centro de línguas, creche: Um mundo!

Buscar as memórias dessas professoras do IE em tempos de greves é buscar um pouco das minhas memórias, um pouco da história que me fez professora e sindicalizada. É voltar aos corredores e auditório do IE, às passeatas, aos estádios, às greves! Passar em frente ao prédio

do IE diariamente. O passado fisicamente presente (HOBSBWAWM, 2002). Apreciar a história da qual participei com outros olhares: outras professoras, outras miradas, outras memórias.

Como afirma Halbwachs (2004, p.31), não necessitamos da presença física do grupo, porque ele, de certa forma, vive nas nossas memórias. Conheci uma escola onde se usava casacos de pele, salto alto, e esbanjando elegância em muitas ocasiões, digamos que esses hábitos pertenciam a um bom grupo de professoras. Ter apenas 20 horas de trabalho na escola era bem comum, assim como não trabalhar simultaneamente em outro lugar. Convivia com alunos filhos de escritores, de secretários de governo, profissionais liberais e muitos pertencentes a uma certa classe média que morava nos bairros próximos à escola.

Para as professoras era comum ter os filhos na escola que eram sempre identificados com certo orgulho: esse é o fulano filho (a) da professora tal! Muitas professoras já tinham uma história de mães, avós e tias que haviam pertencido aos quadros da escola e se referiam ao Instituto como “casa”. Por exemplo, a fala era assim: - *sabe se a professora tal está na casa?* Amado (1995, p.133) afirma “Toda narrativa articula alguns elementos, como: quem narra, o quê narra, por que narra, como narra, para quem narra, quando narra...”. Esse exercício de memória é uma alegria para quem rememora o passado. Às vezes situações evocam lembranças que nos trazem à memória um sentimento de pertença a um lugar, momentos vividos nesse lugar como se fosse nossa própria casa.

Lembro também das atividades culturais de abertura de ano, eram escolhidas com esmero. Naquele ano de 1988, às vésperas do QPE¹⁷ e por consequência o desmonte da escola, no primeiro encontro do ano, fomos recebidas com um recital lírico. E, naquela ocasião, a diretora dizia que a Secretaria de Educação havia prometido a mínima intervenção no IE, não se confirmou a informação, pois o QPE foi implantado tanto no IE como nas outras escolas.

Por ser considerada, ainda, uma escola *modelo*, o IE possuía um discurso pela manutenção das suas *conquistas pedagógicas*¹⁸ construídas historicamente, conquistas que se materializavam nas práticas cotidianas da escola e da sala de aula. Era naquele momento uma escola pautada pelo pedagógico, voltada para o pensar em educação e na formação do aluno, desde a creche até a professora - Escola Normal - da educação infantil ao cuidado com a saúde (gabinete médico e odontológico); os laboratórios (linguagem, matemática, ciências, física, química etc.), as bibliotecas, as escolas anexas de prática de ensino, o teatro (TIPIE), o

¹⁷ Quadro de Pessoal por Escola antiga reivindicação do magistério, mas implantado em 1987 arbitrariamente pelo governo sem a participação dos professores e do CPERS.

¹⁸ Conquistas pedagógicas é uma expressão emblemática dessa fase de lutas do magistério, sendo uma das marcas do período em assembleias, palavras de ordem, constituindo um discurso desse momento.

orfeão, o coral. Faço um destaque ao fato de que todo o material pedagógico usado na escola era produzido pelos professores em reuniões pedagógicas semanais.

O IE, de certo modo, representava o ícone da *verdadeira escola*, numa concepção *moderna* (Veiga-Neto, 1996), por isso constituiu-se como modelo na formação de professores e alunos. Por *moderna*, o autor entende aquela que apresenta uma estrutura curricular linear e disciplinar, obedecendo a uma lógica fragmentada, hierarquizada e disciplinar. Uma escola que procurava formar um indivíduo “civilizado porque disciplinado” (VEIGA-NETO, 1996 p. 5). Toda estrutura de educação passava primeiro pelo projeto pedagógico, como se dizia nos corredores da escola. Nesse sentido, é compreensível o engajamento político de grande parte das professoras do Instituto de Educação, havia um comprometimento com a educação, ao chamamento do CPERS a uma mobilização para além dos muros da escola.

Quando ingressei no IE, foi num momento de eclosão de greves por melhores salários e manutenção das conquistas pedagógicas históricas. Lá permaneci por aproximadamente vinte e seis anos (1983-2009). E nesse sentido me sinto com parte dessa identidade de professora, não apenas do IE, mas de uma geração disciplinada, mas questionadora, sindicalizada, habituada a votar em assembleias, comprometida com a educação pública e sensibilizada com seus limites, conquistas e lutas dos professores.

Ao chegar ao IE, comecei a conhecer a equipe de Estudos Sociais, na verdade cheguei em outubro mas só fui conhecer a equipe da tarde no ano seguinte. Havia distinção e pouco relacionamento entre o grupo da manhã e da tarde, porque a maioria das colegas tinha apenas 20h de trabalho na escola, portanto trabalhavam ou pela manhã ou pela tarde o que dificultava esse conhecimento. Eu, ao contrário, dividia minhas atividades entre manhã e tarde porque tinha uma carga horária expressiva na escola particular e logo iria aumentar minha carga horária no Estado, em razão de um concurso público onde assumiria mais 20h, acumulando a mais um cargo no IE.

Diferentemente da maioria do meu grupo de colegas de Estudos Sociais do IE, eu trabalhava muito durante a semana. Talvez por essa razão minhas memórias sobre as greves da década de 1980 sejam pouco claras. Era difícil participar das confecções de materiais, das passeatas, reuniões de núcleo, pois estava em outra escola em muitas dessas situações. Por exemplo, se uma assembleia era marcada no horário em que estava na escola particular, eu não poderia comparecer. Muitas vezes chegava ao IE e o grupo já tinha saído para atividades grevistas, ou estava no final das confecções de material de apoio às passeatas.

Lembro de que sempre paralisávamos atendendo às combinações encaminhadas pelo CPERS, que o colégio se mobilizava que havia discussões acaloradas de diferentes grupos e visões políticas. A partidarização era presente no grupo de professores embora não de forma explícita. Sendo um tempo de redemocratização, formação de partidos políticos, era comum a tomada de posição por este ou aquele partido. Embora trabalhando em outras escolas sempre considerasse importante participar de assembleias do magistério, paralisações, passeatas e idas frequentes até o Palácio Piratini. Muitas vezes caminhávamos até a frente da sede do governo e no caminho íamos encontrando vários professores que engrossavam a subida da Rua Duque de Caxias.¹⁹

O IE estava sempre presente nos atos em frente ao Palácio Piratini, Gigantinho, Araújo Viana²⁰ ou em qualquer outro local. Sempre havia um grupo que representava os professores do Instituto, nas passeatas, junto aos núcleos do CPERS. Acredito que havia um expressivo número de professores que paralisava, embora alguns desaparecessem da escola em tempos de greve. Confesso que essa lembrança não tenho tão presente – dos professores ausentes – mas tenho claro que toda escola parava. As posições do Instituto eram muito discutidas, sempre “tiradas” em assembleias no auditório da escola, local muito usado naqueles idos das décadas de 1980/1990.

Eram tempos de abertura política, comício das Diretas Já²¹, peças como “Bailei na Curva”²², e um permanente mover dos ventos da democracia. O magistério parecia sorver aqueles momentos com grandes debates políticos dentro e fora da escola. O Instituto tinha grande participação dos pais de alunos, não apenas nas reuniões de pais, mas também nas greves, nas mobilizações. Os pais apoiavam o movimento dos professores pela educação que parecia ser entendido como uma luta da sociedade, de todos. Aqueles foram tempos em que aprendi o sentido do debate, da tomada de diferentes posições, dos discursos inflamados e também partidarizados.

Os corredores do Instituto fervilhavam nas épocas de greve, principalmente nas primeiras greves e no início delas. No Instituto as reuniões eram polêmicas e sempre tinha várias votações, para tudo se votava. Não raro com algumas tendências, mas pareciam bem democráticas. Não saímos da escola para uma assembleia do magistério sem antes ter sido

¹⁹ Rua onde se localiza o Palácio Piratini.

²⁰ Palácio Piratini é a sede do governo gaúcho em Porto Alegre; Gigantinho quadra de esportes e eventos que pertence ao Sport Clube Internacional; Araújo Vianna local de eventos pertencente a da Prefeitura de Porto Alegre.

²¹ Movimento popular da luta pela redemocratização do Brasil 1984.

²² Peça teatral que tem como pano de fundo os fatos políticos a partir do [golpe militar](#) de abril de [1964](#) até o movimento das [Diretas Já](#), em [1984](#). [Argumento](#), [roteiro](#) e texto final são de [Júlio Conte](#).

tomada uma posição da escola e normalmente os acordos eram respeitados – com condução ou não a maioria vence.

Foi nesse período que me associei aos sindicatos, SINPRO²³ e CPERS, como a maioria das professoras era quase *obrigatória* à sindicalização²⁴. Participei de algumas assembleias do SINPRO sábados à tarde no auditório do Colégio Rosário, quando pela primeira vez, em muitos anos, a antiga diretoria foi substituída por uma chapa alinhada no movimento de democratização em que se buscava maior participação através do sindicato. O magistério privado se fazia representar agora como categoria, era o tempo da sindicalização. A ideia de *magistério como sacerdócio* perdia lugar gradativamente para a trabalhadora em educação. Mas era o CPERS²⁵ que servia de modelo para os movimentos sociais da década de 1980 no Rio Grande do Sul, e, na esteira das greves do magistério público, ocorreu a primeira grande greve das escolas particulares na segunda metade da década de 80. Também fiz parte dela.

O CPERS era um grande sindicato e nós professoras estaduais fazíamos parte de tudo isso! Não havia como não participar! Ainda mais quando percebíamos o resultado de anos de achatamento e arrocho salarial. E isso começava a se refletir nos quadros do Instituto de Educação. O alento da vitória dos 2,5 salários mínimos desmoronou na greve de 1987. Mas a realidade era bem difícil, fazia-se uma greve para não perder as conquistas da greve anterior. Creio que o ápice de tudo isso foi à greve de 1987, chamada *a grande greve*. Foi aquela em que ocorreu a invasão da SEC²⁶, da passeata luminosa – para iluminar o então governador - do acampamento na Praça da Matriz, greve dos 96 dias, a mais longa greve feita pelo CPERS até hoje.

Eu particularmente não participei dessa greve, estava numa licença gestante de minha primeira filha que nasceu em março de 1987. Mas meses depois sentiria as *represálias*, palavra comumente utilizada pelas professoras entrevistadas diante com a implantação do QPE/1988 – Quadro de Pessoal por Escola. Essa era uma antiga reivindicação do magistério, mas pela forma de implantação, sem a participação do CPERS, das escolas e professoras, de forma unilateral atingiu as escolas como um terremoto. Principalmente escolas grandes como o Instituto de Educação, que tinham uma estrutura diferenciada, assim como atingiu outras escolas tradicionais de Porto Alegre como o Julinho – para a educação era uma verdadeira catástrofe!

²³ Sindicato dos professores do ensino privado do RS.

²⁴ Era necessário apresentar a carteira do CPERS na entrada das assembleias, embora também pudesse entrar com o contra cheque do Estado.

²⁵ Um pouco da história do CPERS será abordado em outro capítulo.

²⁶ Secretaria de Educação hoje a sigla correspondente é SEDUC.

A consequência direta foi o desmonte de uma escola pública que até então era modelo para outras escolas pela sua concepção de inovação pedagógica, por ter sido a primeira escola Normal do Estado, pelas suas reuniões de estudo dentro da carga horária, estrutura de vanguarda como vários prédios independentes, escola de aplicação para normalistas, lista tríplice para escolha de direção, eleições internas para todos os cargos, sorteio para entrada de alunos etc.. Na verdade essa estrutura já vinha sendo profundamente abalada com uma série de políticas anteriores e havia sem dúvida má distribuição dos professores nas escolas, por exemplo, muitos professores em cargos administrativos, professores fora de sala de aula e alunos sem professor.

Como a maioria das professoras, também perdi minha lotação na escola, pois as mesmas tiveram seus quadros de professores zerados. O CPERS foi fortemente atingido por essa medida, diziam alguns era *desmobilizadora*, embora o QPE fosse uma antiga reivindicação do magistério e uma das bandeiras de luta do CPERS. Mas o que se criticava era o modo como foi imposto verticalmente, ignorando a realidade de cada escola e sem a participação das professoras e das equipes de direção. O IE perdeu ali a maioria de seus professores, lembro que fui colocada à disposição pela Secretaria de Educação indo assinar o ponto por mais de um mês no pátio dos bombeiros na Rua Silva Só, onde a SEC montou um posto. Depois, os professores foram assinar o ponto no Teatro Leopoldina na Av. Independência, onde havia uma Delegacia de Ensino.

A partir daquele momento, o Instituto de Educação perdeu grande parte de seus quadros e, por consequência, os danos pedagógicos foram sentidos. Redução drástica do quadro de professores, dos departamentos, dos laboratórios, horários de reunião enfim, encerrava-se uma etapa daquela escola que jamais voltaria a se recuperar. Iria ser uma outra escola! E assim creio que da maioria das escolas públicas de Porto Alegre e possivelmente muitas do RS.

A retomada foi muito difícil e nem bem se recuperava o Instituto e logo outras medidas desagregadoras eram implementadas de *cima para baixo*, ou seja, sem a participação pedida pelos educadores, – o Calendário Rotativo (1991) – no governo Alceu Collares onde haveria três diferentes calendários letivos, que se revezavam e na prática transformou-se num verdadeiro fracasso, e o PDV (1995) – plano de Demissão Voluntária, dentro de um quadro de políticas neoliberais que o Brasil vivia, contribui para a saída de muitos funcionários públicos, muitos deles professoras. Esses dois planos de governos foram sucessivos e trouxeram grandes prejuízos para as escolas do Rio Grande do Sul.

As escolas se esvaziaram e o Instituto não foi diferente, muitos professores abandonaram nessa época o magistério, por aposentadorias precoces, incentivo à demissão voluntária ou mesmo saíam do Instituto para trabalhar em escolas mais próximas de suas casas. Mas as greves continuaram se sucedendo nessa década e terminávamos esse período de 1990 com a última greve em 1997 e um saldo de perdas irrecuperáveis para a escola pública de maneira geral, para o Instituto de Educação e para o magistério como carreira. Tempos difíceis!

Olhando um pouco mais amplamente para um contexto histórico e tomando o processo de universalização do ensino, também a escola pública estava em transformação. A classe média retirava seus filhos da escola pública em função dos quase vinte anos de sucessivas greves e uma classe social, mais popular que começava a ascender aos bancos escolares, antes quase impossíveis para ela. Neste mesmo sentido, o magistério deixava de ser uma categoria de quase exclusivamente de classe média e as camadas mais populares começavam a preencher os quadros de professores. O Instituto, que se pretendia uma escola diferenciada perdia status, não apenas como consequência dos atos de dois ou mais governos do período de 1979 em diante, mas como consequência de um processo histórico de massificação da educação anterior ainda à década de 1960 e agravada pelas políticas adotadas pela ditadura civil-militar de arrocho salarial.

Particpei dessa nova fase, na década de 1990, como docente do Instituto, professora de História de 5ª à 8ª séries. Foi um período muito difícil, pois a escola se esvaziou de professoras e também de alunos. Mais de professoras do que de alunos. Foi um recomeçar. As minhas memórias sobre esse período evocam *dois Institutos*: o que eu conheci antes do QPE (1988) e o que procurou sobreviver depois do QPE. Voltei ao Instituto depois de mais ou menos dois meses no *ministério do ar*, a direção da época demonstrou empenho em reorganizar os quadros da escola como pode, buscou e oportunizou para muitas professoras o retorno à escola, claro que houve muitos desgostos, críticas. Até hoje, quando o assunto é a condução do processo de retorno à escola após a dispersão causada pelo QPE, na visão de alguns docentes houve certo protecionismo para o retorno de alguns professores, “uns pareciam ser mais iguais que outros” (ORWEL, 1979 p.128) e até escolhas pouco claras por parte da direção, e que os critérios para fazer este retorno foram arbitrários ou ainda melhor dizendo teriam sido discutíveis – “uma escolha da direção”.

Mas, aos poucos, a escola preenchia os cargos em aberto de sala de aula, aliás, a sala de aula tornou-se prioridade, a escola com dificuldades retomou o espaço para reuniões, e perdeu as substituições e outras práticas anteriores ao QPE. Passamos aquele ano de 1988 recebendo

professores que retornavam para a escola, outros não retornaram porque já haviam reorganizado suas vidas em outras escolas e assim por diante. Muitos desgostosos também retornaram e à contra gosto assumiam aulas que se diziam despreparados para a série em que estavam trabalhando. Como, por exemplo, professores que trabalhavam com disciplinas, mas que haviam entrado no IE com concurso para normalista e feito posteriormente a graduação tiveram que voltar para as séries iniciais - magistério assumindo turmas de alfabetização.

Foi um ano de muita instabilidade e dispersão para o magistério. Aquele Instituto Educação que me impressionou ao entrar lá na década de 1980 parecia não existir mais! As pessoas que faziam parte daquela história em décadas anteriores já não estavam mais lá. Alguns se aposentaram, pois não viam mais sentido naquela escola que agora se delineava, outras foram para outras escolas e reorganizaram suas vidas. Tudo precisava ser reorganizado e, portanto tornava-se diferente. Eu retomei minhas atividades no Instituto basicamente nas mesmas séries em que trabalhava, mas o grupo de professores havia mudado muito, a escola estava diferente, também assumi outras funções na instituição.

A década de 1990 também mudaria muitas coisas em minha vida profissional, por exemplo, além de assumir turmas no Ensino Médio, ocorreu meu encontro com o curso de Magistério no IE, hoje novamente Normal, no ano de 1999, quando fui convidada pela então coordenadora do curso, para trabalhar no Curso Pós-Médio – Aperfeiçoamento de Estudos - com a disciplina de Metodologia de História e Geografia, para as Séries Iniciais e depois Educação Infantil. Necessitei voltar a estudar e sabia onde encontrar material para orientação e qualificação do meu novo desafio: Fui à busca na biblioteca da FACED, onde tive acesso a produções bibliográficas, como a Revista Educação e Realidade e outros escritos referentes ao ensino de História e Geografia nas Séries Iniciais e Educação Infantil.

Muito próximo, geográfica e pedagogicamente, ao Campus Central da UFRGS, o IE sempre esteve de alguma forma ligado às faculdades desta Universidade, em especial a Faculdade de Educação (FACED). Como, por exemplo, através das trocas de experiência, estagiários de diversas faculdades faziam suas práticas no IE, assessorias pedagógicas, grupos de estudo, participação em projetos de pesquisa, palestras, visitas ao museu. Estar no IE, sempre me manteve muito próxima, principalmente, da FACED e da pesquisa em educação o que foi me conduzindo ao mestrado na área da educação.

Ao trabalhar as disciplina de História e Metodologia, na formação de professores de 1ª a 4ª, percebi cada vez mais os grandes desafios com a educação das *normalistas* e então surgiram novos questionamentos: Quem é a nova normalista do IE? Qual sentido de toda

aquela estrutura – prédio, hino, história da escola, salas do IE – para aquelas adolescentes que hoje estudam na *mais antiga e moderna* Escola Normal do RS? Uma escola pública – que havia atendido a elite - de Porto Alegre e interior do Estado.

Novas greves ocorreram naquela década de 1990, em meio a essas situações extremas para a escola pública, com um entusiasmo e esperança de mudanças bem abaladas. O CPERS também custou a retomar sua organização. O Instituto de Educação, como escola, e eu como professora pública, continuávamos participando das mobilizações, das passeatas, das assembleias no Gigantinho, mas alguma coisa havia mudado! A mudança estava em curso. Era o final do século XX, e isso tem muito significado.

Hobsbawn (2004) nos fala que no período de 30 anos que se sucederam à 2ª Guerra Mundial, as transformações foram mais rápidas e fundamentais que em qualquer outro período de duração comparável na história humana. E nesse contexto estava o IE: eram outros tempos, outras pessoas, outras atitudes, outra educação se avizinhava. Um novo século estava às portas! Todo brilho que o Instituto de Educação havia tido, como uma escola diferenciada, centenária, caracterizada pela formação de professoras, vista inclusive como *sala de visita da educação no Rio Grande do Sul*, ficaria para as memórias da educação. Isso faz lembrar a letra do hino da escola: “e ver longe cá no sul o IE a rebrilhar”!²⁷

E assim fui construindo as primeiras teias de impressões sobre o período das greves, tecidas pelas minhas memórias, pois participei de um longo período de mobilizações do magistério. Minha história está entrelaçada às histórias de muitas outras mulheres professoras. As narrativas de algumas delas foram tramadas neste estudo que tem na memória sua maior ancoragem e busca compreender como cada uma delas rememora aquele movimento de luta pela educação pública.

²⁷ A letra do Hino do IE foi composta por alunas do curso secundário de 1940 e sua música é Maria de Lourdes Rangel.

3. A memória como caminho da pesquisa

A memória guarda o mérito de trazer à tona nuances do passado, que podem estar esquecidas e, por vezes, se encontram inatingíveis em outras formas de documentação, além de dar visibilidade aos sujeitos na construção da história (ALMEIDA, 2009, p.216).

Esta pesquisa foi realizada a partir de narrativas de memórias de professoras que participaram de greves por mais de duas décadas em uma escola pública que tinha como principal função a formação docente. Por isso, tem na memória seu principal documento, se caracterizando assim pela descontinuidade e pela reinvenção do passado. Bosi explica que memória não é devaneio, sonho, pelo contrário, é trabalho, há esforço ao lembrar. Registramos fragmentos, aqui, ali, “lembrança, puxa lembrança” (1994, p.39). Portanto, inspirada em Halbwachs, diz que lembrar não é reviver, na maior parte das vezes, mas refazer, reconstruir, repensar, “a memória é, sim, um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo” (BOSI 2003, p53).

Segundo Halbwachs, é movediço o terreno que distingue lembranças "reais" de lembranças "fictícias", pois elas se fundem e se complementam, e acontece que, "para algumas lembranças reais, junta-se uma massa compacta de lembranças fictícias" (2004, p. 32). Neste sentido, Janaina Amado (1995) assinala que toda a narrativa compreende certa fabulação, uma invenção da realidade vivida, ou ainda, possui uma dimensão simbólica que leva a um certo desapego do real em busca do imaginário, sendo, antes de mais nada, um ponto de vista sobre algo. Às vezes, episódios vividos no coletivo, como uma punição às grevistas, pode estar no esquecimento nas memórias de algumas, enquanto nas de outras o fato constituem-se em lembrança bem presentes.

A pesquisa em História Oral traz em si um caráter ficcional (FERREIRA, AMADO 1996). Neves (2000) afirma que a História oral é um espaço de subjetividades e possibilita a construção de diferentes versões de uma história. Como uma metodologia de trabalho, permite o uso de entrevistas como fonte documental, o que possibilita acesso a histórias que

de outra maneira talvez não fossem trazidas à tona como, por exemplo, de movimentos populares e do cotidiano. Alberti (2004) sugere que, para além do uso de entrevistas, o pesquisador busque pesquisar em arquivos, periódicos, livros, fotografias a fim de melhor contextualizar as narrativas dos depoentes, auxiliando na construção de roteiros de entrevistas.

Neste trabalho, Memória e História Oral se confundem como afirma Errante (2000), existe uma dependência da história em relação à memória. Segundo a autora, a História Oral acrescenta uma dimensão não oficial inestimável, uma vez que se distancia da história de caráter oficial. O cruzamento das histórias individuais, colhidas em entrevistas revela o quanto a experiência pessoal reflete as experiências coletivas, afirmação que vem ao encontro do que está sendo desenvolvido neste estudo que privilegia a memória oral das professoras identificadas com o grupo em que estavam inseridas. Vale reforçar que a memória é uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente (FERREIRA, 2002).

A produção do conhecimento a partir das narrativas de memórias era impensável em outros tempos, quando se acreditava que apenas os documentos oficiais eram confiáveis, sendo assim, a História *tradicional*, marcadamente historicista²⁸, não entendia a narrativa de memória como documento. Essas concepções de História, caracterizadas pela linearidade, pelo entendimento da História como processo contínuo, marcado pela causalidade e entendido pela racionalidade, eram consideradas regimes de verdade totalizantes. Eram vertentes históricas que apresentavam modelos com princípios completos e fechados para a análise da realidade, numa sensação de que tudo já estava explicado.

Mas as mudanças trazidas com o século XX, mudanças políticas, marcadas por lutas pelos direitos civis travadas por minorias étnicas, a evidência das questões de gênero, a tão atual imigração por diferentes razões – econômicas, guerras, e a micro-história transformam aquelas concepções do fazer histórico. Mais especificamente, falamos da história do tempo presente. Foi a partir da década de 1980, que se fez sentir a emergência da História Oral como metodologia, uma vez que o pós Segunda-Guerra modificou em muito a sociedade de maneira geral, que passou a viver movimentos sociais, enquanto experiências coletivas, em diversos segmentos, “experiências pessoais que refletiam as coletivas” (ERRANTE, 2000, p.147) que apenas a história tradicional já não dava mais conta.

²⁸ O historicismo, fundamento por Leopold Von Ranke – séc. XIX pretende demonstrar a “verdade histórica” afirmando que a história tem um caráter científico, devendo ser neutra para apresentar os fatos históricos “tal qual realmente se passaram”.

Não mais se entendia, frente essa nova demanda social, uma história feita apenas por historiadores do tempo passado, mas era necessário fazer uma história do tempo presente, a partir do uso da memória e da História Oral, lembrando que ela tem os limites de uma vida. Uma história do tempo presente convive com testemunhos vivos, através de depoimentos com uma revalorização do sujeito que através de sua narrativa deixa transparecer meandros tortuosos de processos decisórios, articulações pessoais e decisões tomadas através da comunicação oral. Assim, o tempo presente é representado pela comunicação oral. Uma História Oral que quer ouvir os excluídos, minorias, pessoas comuns, grupos étnicos e revisitar trajetórias de grupos dominados que a história oficial sufocou. A valorização de uma história das representações, do imaginário social e da compreensão dos usos políticos do passado pelo presente promoveu uma reavaliação das relações entre história e memória e permitiu aos historiadores repensar as relações entre passado e presente.

Nesse sentido, essa pesquisa que tem a História Cultural como sua vertente teórica, busca entender a História, como uma narrativa construída, tecida como uma trama pelo historiador, tendo na representação e no imaginário, conceitos centrais. Entendo por imaginário, de acordo com Pesavento, um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens constroem para si dando sentido ao mundo (2003 p.43). A ideia de sensibilidade na História Cultural também é algo caro, pois promove um acesso ao passado do indivíduo, tratando das subjetividades da vida. Assim como a representação, reconfigurando temporalidades, construindo um discurso sobre o passado, indo ao encontro das questões de uma época.

Entre seus muitos significados, entende-se que memória é seleção e tensão entre o lembrar e o esquecer. Diferentemente, a História, entre outras características, usa a crítica e reflexão sobre si mesma, obtida através de metodologias como a pesquisa documental e construção de evidências. No dizer de Pesavento, a História é uma "urdidura discursiva de ações encadeadas que por meio de linguagens e artifícios retóricos, constrói significados no tempo" (2003 p.33).

Assim, o tempo, seus ritmos e as representações coletivas sobre seu processos relacionam-se aos movimentos históricos, construindo interpretações sobre processos específicos. Nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros. Nossas lembranças permanecem coletivas, mesmo que, muitas vezes, só nós tenhamos vivido determinadas situações, há sempre uma quantidade

de pessoas conosco que são auxiliares de nossas memórias. Algumas lembranças reais são complementadas e auxiliadas por lembranças fictícias. Elas corrigem e orientam nossas lembranças e também se incorporam a elas. Podemos falar em passado espelhado no presente, ou seja, reproduzindo, através de narrativas, a dinâmica da vida pessoal em conexão com processos coletivos.

O tempo é movimento. Tem múltiplas faces e ritmos, e está inserido na vida humana como ruptura, simultaneidade, continuidade, descontinuidade, rapidez, lentidão etc. Pode-se dizer que é um processo de ir e vir. É esse olhar do homem através do tempo que traz a marca da historicidade, há interligações entre a História, tempo e memória. Mas o tempo da memória ultrapassa o tempo da vida individual, pois ela se nutre de lembranças de família, histórias registradas e escutadas. Dessa maneira, é possível entender a importância das narrativas orais como fontes que valorizam os sujeitos que participaram de processos históricos, que testemunharam acontecimentos no âmbito da vida privada ou coletiva. No caso específico dessa pesquisa, os depoimentos de professoras que vivenciaram o movimento grevista a partir do final da década de 1970 e nas décadas de 1980/1990.

São reminiscências de professoras do Instituto de Educação General Flores da Cunha, de Porto Alegre, que estiveram muitas delas, vinculadas ao processo reivindicatório do magistério estadual por melhores salários, plano de carreira e qualidade na educação. Movimento este que tem uma profunda marca na sociedade gaúcha ainda nos dias atuais, no sentido que algumas gerações de alunos e pais, que participaram ativamente daquele processo nas desde 1979 até o final da década de 1990 são personagens vivos dessa história, e ela ainda repercute nos dias atuais.

Nesse sentido, ao entrevistar professoras que vivenciaram as greves do magistério no RS, encontram-se em suas narrativas marcas da dinâmica da vida pessoal atravessadas pela memória coletiva, pelo processo coletivo. Nossas lembranças, portanto, permanecem coletivas. Nós sempre temos conosco e em nós uma quantidade de pessoas, e essas pessoas tiveram lembranças em comum comigo. De acordo com Halbwachs, "é necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros..." "nossas lembranças permanecem coletivas, elas nos são lembranças pelos outros" (2004, p.39).

As nossas lembranças são coletivas, outras pessoas tiveram lembranças em comum e construíram comigo lembranças. Por essa razão, elas me ajudam a lembrar, me possibilitam

um melhor recordar e, momentaneamente, posso adotar seu ponto de vista, tenho em mim muitas ideias e maneiras de pensar que não construí sozinha, mas me encontro em contato com o grupo do qual participei. Assim, sinto-me implicada na pesquisa, e, como afirma Sarmiento (2013) referindo-se a reflexividade metodológica, quando o pesquisador interroga o sentido do que vê e por que se vê acrescentando seu campo de visão a um olhar outro, coexistente como o seu.

Errante (2000) nos fala a respeito do cruzamento de histórias individuais validadas a partir publicações e documentos de arquivos e de como essas experiências refletem as do coletivo, e de que maneira essas histórias orais são importantes em grupos marginalizados. Nesta pesquisa, memórias individuais também representam vivências coletivas, uma vez que compartilharam situações comuns, por exemplo, um acampamento grevista por três meses durante a greve de 1987. Naquela ocasião, a imprensa publicava diariamente notícias sobre o fato, a sociedade gaúcha acompanhava e também sofria diante dos impasses e disputas que atingiam a todos os envolvidos com a educação pública no RS.

A memória não é um simples ato de recordar, ela está profundamente ligada à existência, à integração da experiência de vida ao presente. Esse movimento da memória nos faz ressignificar e atualizar o passado, nele encontramos nossas raízes e um sentimento de identidade. A memória é tecida com múltiplos fios, cores, sabores, lugares. Ela também é ao mesmo tempo lembrança e esquecimento, é forma de retenção do tempo. Ela não tem compromisso com o trabalho de crítica, de problematização. Elaboramos um passado com o qual podemos conviver, para dar um sentido para nossas vidas. "Somos exatamente o que nos lembramos e também somos aquilo que não queremos nos lembrar" (IZQUIERDO, 2004, p.57).

Mais uma vez é Errante (2000) quem apresenta algumas categorias da: lembrança, esquecimento, reconstrução, metamorfose e memória vicária. Nossas memórias são compostas muito mais por esquecimentos do que por lembranças. Quando as memórias são ativadas sensorialmente ou por outros evocadores, ocorre uma reconstrução do passado, portanto não há conservação da memória, elas estão constantemente, ao longo da existência, em processo de transformação. Sobre memórias vicárias, Errante explica que se referem a experiências que não foram vividas diretamente pelos narradores, mas que são contadas e rememoradas por outros, a ponto de se confundirem e serem tomadas como se suas fossem.

Nesta pesquisa, ao ouvir as professoras, pude perceber em suas narrativas indícios dessas categorias. Foi importante apresentar evocadores, como fotografias, pois isso provocou a

transformação daquilo que estava no esquecimento em lembrança. Assim, cada uma, a seu modo, conseguiu falar sobre as vivências nas greves, procurando, em suas memórias, acessar cenas do passado que para elas pareciam *reais*, a partir de sua experiência presente.

História e memória estão entrelaçadas pelo passado, mas atuam de maneira diferente. A História está relacionada à produção do conhecimento, e está sempre sujeita a crítica e as teorias do conhecimento. A memória é documento para a História, e é permeada de subjetividades. Como reflete Amado (1995), história e memória mantêm muitas relações entre si, de tal forma que é difícil separá-las. A memória dá significado as nossas experiências e também projeta nosso futuro, ela tem capacidade de transitar em vários tempos e torna o nosso passado *verdadeiramente* passado. As memórias reelaboram a história, relacionando-a a outros elementos e dando outros significados tão novos que, a partir deles, é possível se produzir uma outra história.

A memória, assim como a História, são construções sociais, são as construções dos homens, de maneira individual ou coletiva. Tomando a História Oral como metodologia, busca-se um caminho para produção do conhecimento histórico, utilizam-se narrativas provocadas, que se constituem em testemunhos, versões sobre a História.

Através da evocação das memórias, procuramos novos significados para nossas vivências e elaboramos um passado com o qual podemos conviver. Lembramos-nos através de sons, silêncios, aromas, formas e nisso há uma interdisciplinaridade de diálogos, nossas lembranças se manifestam através da música, fotos, literatura, documentação escrita e tantas outras formas de evocação de memória. A memória trabalha tanto com o tempo passado (aquilo que está sendo lembrado) como o tempo presente (o momento em que está sendo dado o depoimento). A memória alimenta as narrativas que se transformarão em documentos finais, na produção de fonte histórica.

Ao falarmos do passado, estamos reescrevendo a história que foi por nós vivida, e, acabamos por fazer uma seleção de lembranças que nos agradam e descartamos aquilo que nos faz sofrer. Ricoeur (2003) trata do esquecimento como dimensão da condição histórica de humanos que somos, às vezes esquecemos em demasia aqui, e lembramos em demasia ali, o chamado abuso de esquecimento e de abuso de memória. Essa dimensão da memória diz respeito tanto a questões referentes à memória individual como as questões sociais em relação à memória coletiva.

As narrativas são suportes das identidades coletivas e do reconhecimento do homem como ser no mundo e a História Oral é uma excelente metodologia para a produção de

narrativas como fontes de conhecimento e de saber. Há uma íntima relação entre memória e identidade, as narrativas orais ou escritas são importantes para transmitir de geração em geração, desde experiências da vida cotidiana até *os grandes eventos* que marcaram a história da humanidade. Constituem-se em suportes de identidades coletivas e do próprio reconhecimento do homem com ser no mundo. Esse ato de lembrar permite reafirmação de identidades, elaboração de representações e de reafirmação das identidades construídas na dinâmica da história, constituindo-se assim fundamento da identidade coletiva.

Como metodologia de pesquisa, a História Oral, busca captar o passado se constituindo num espaço vivificador da relação entre história, memória e identidades. São *vozes do passado*, através da memória, que vivificam, transformam e se aproximam através de fragmentos de lembranças. Nesse processo de recordar, constituem-se a dinâmica das trajetórias individuais e coletivas. Não perdendo de vista a afirmação de Thomson "que compomos nossas memórias para dar sentido à nossa vida passada e presente" (2001, p.86). Relembrar, visitar as memórias atualizando o tempo passado, tornando-o vivo e cheio de significados no presente.

"Tempo, memória, espaço e História caminham juntos" (NEVES, 2010), numa relação tensionada de apropriação e reconstrução da memória pela história. Por exemplo, lembranças de guerras, da vida cotidiana, de conflitos ideológicos ou outros; o tempo atua atribuindo novos sentidos ao que foi vivido e a representação individual ou coletiva do passado. A memória atualiza o tempo passado e dá significado no presente. Entre seus muitos significados a memória é seleção e tensão entre o lembrar e o esquecer.

Nora (1993) afirma que a "memória é sempre suspeita para a história" (p.9) para isso, os locais de memória se fazem tão importantes, uma vez que o sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. São os chamados "lugares de memória", lugares que testemunham uma outra época, que trazem em si sentimentos e representações, o simbólico de uma existência que vive através da memória. Nesse sentido, as escolas são "lugares de memória". As escolas são lugares das práticas pedagógicas, onde se estabelecem as relações professor aluno, aluno-aluno, relações entre a comunidade, dos discursos que constituíram a educação; dos professores enquanto profissionais, da categoria aluno; dos funcionários, das relações de poder, (direção-professor; aluno-professor; aluno-aluno; poder público e comunidade escolar) etc. Elas também contam um pouco da memória da cidade, do país e da História da Educação. Nesse sentido a memória dos velhos (BOSI, 2003) tem grande importância e pode ser trabalhada como um mediador entre a nossa geração e as testemunhas do passado. Ela é o

intermediário informal da cultura, visto que existem mediadores formalizados constituídos pelas instituições (a escola, a igreja, o partido político etc.) e que existe a transmissão de valores, de conteúdos, de atitudes, enfim, os constituintes da cultura.

Esses temas tem sido tratados pela História da Educação, sob novas perspectivas que valorizam o indivíduo, suas experiências de vida, usando a memória como documento e a concepção de que não existem verdades únicas. No entanto, é preciso vigília para não tomar o conteúdo da narrativa de memória como uma verdade absoluta. Como afirma Cunha, importa "mostrar as potencialidades do documento/fonte sem, entretanto, descartar a perspectiva deve ser utilizado com cuidado" (1999, p. 42). É preciso cuidado para não cairmos nas armadilhas e valorizarmos possíveis descrições do passado romantizadas e nostálgicas. Para tanto, uma alternativa é o cruzamento com outras fontes, vendo-o sobre outros ângulos. Por fim, cumpre entender o passado como uma versão, interpretação do que foi. Ao tratar com o documento memorialístico, situamo-nos no mundo simbólico da cultura, da representação de um contexto social em diferentes dimensões da narrativa.

A História Oral se utiliza da construção de fontes e documentos para registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História. Essas fontes são entendidas, em suas várias dimensões, factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. A História Oral se nutre da memória e nesse sentido não opera de forma linear, embora o sujeito queira, por vezes, fazer uma perspectiva linear, a memória é uma construção sobre o passado, sempre atualizada e renovada no tempo presente e referenciada na realidade material.

Depoimentos produzidos são *vozes do passado* no presente, possibilitando que, no futuro, essas memórias estejam novamente presentes. Compreendendo que não há memória espontânea, e que essas narrativas de memória são construídas por fragmentos de lembranças, tanto individuais como coletivas. Como afirma Bosi "a memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque se relacionam através de índices comuns. São configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo" (2003 p.31).

Assim, Memória e História estão sempre presentes na produção de fontes orais, em que sujeitos, de forma individual ou coletiva, tecem a História, construindo identidades, dando significado e ressignificando a vida, as experiências, numa construção permanente de laços, tessituras, de sentimentos de trajetórias vidas, em que são compostas as memórias.

Neste momento do texto, o propósito foi discutir a partir de diferentes autores como são

tramadas as memórias e a História Oral, a reescrita daqueles momentos por nós vividos e seus significados. Na sequência, a contextualização daquele momento histórico e papel das professoras dentro Instituto de Educação naqueles períodos de sucessivas greves de greves.

4. O Instituto de Educação: "uma escola corajosa"²⁹

Memória e história conjugam-se também para conferir identidade a quem recorda. Cada ser humano pode ser identificado pelo conjunto de suas memórias: embora estas sejam sempre sociais, um determinado conjunto de memórias só pode pertencer a uma única pessoa. Somente a memória possui as faculdades de separar o eu dos outros, recuperar acontecimentos, pessoas, tempos, sentimentos e conferir-lhes significados (AMADO, 1995, p.132).

4.1. Contextualizando as lutas do magistério gaúcho (1960 -1997)

Neste momento, o objetivo é apresentar o contexto histórico das décadas de 1970 a 1990 no Brasil. A intenção é discutir de que maneira as mudanças advindas daquele período histórico, principalmente considerando as questões culturais, colaboraram para que aquela imagem da *normalista* – moça de família – se transformasse na professora grevista e engajada no processo de redemocratização e sindicalização em que o Brasil viveu naquele período.

O final dos anos 1970 teve um forte significado na história do país, marcado por mudanças políticas que teriam repercussão na sociedade como um todo. A *professora mestra* começava a ceder lugar à trabalhadora em educação, uma profissional que assumia novas posições sociais, reivindicando salário mais justo e plano de carreira, além de investimentos em educação.

Contribuíram para a compreensão desse período os escritos de Luis Fernando Veríssimo e Lia Luft (SAMRIG,1989) que procuram explicar o período de transição cultural entre as décadas de 1950, 1960 e 1970, quando uma sociedade ainda de padrões conservadores enfrentou questionamentos e começou a conviver com novos valores culturais. Era a sociedade do pós Segunda Guerra (1939-1945), em que a mulher passou a assumir um novo lugar de sujeito como trabalhadora de frentes de trabalho até então inusitadas, reivindicando direitos sociais e trabalhistas. Beatriz Fischer (2005) explica como se constitui uma *nova professora*³⁰ que ainda no início da década de 1960 se autoriza a fazer uma greve de âmbito estadual, em 1963, lutando pelo pagamento de salários atrasados.

²⁹ Expressão usada por uma das entrevistadas.

³⁰ Entre outros trabalhos sobre o tema destaque o de Guacira Louro e Ivany Ávila.

D'Incao (2004) reflete sobre os papéis exercidos pelo homem e pela mulher na família burguesa do início do século XX. Ela explica que:

o mundo familiar burguês é um mundo em si mesmo, não tem grandes laços com a sociedade inclusiva é auto-suficiente ... o chefe da casa, o patriarca burguês, investido de doçura e compreensão, determina todas as coisas que devem acontecer. A mãe... “uma santa”, não sabe de nada sério que acontece em casa, a não ser as coisas apropriadas para mulher saber, coisas da administração doméstica (2004 p.239)

É nesse contexto histórico que se encontra a “professorinha normalista” (LOURO, 2004), nas primeiras décadas do século XX. Um lugar demarcado como *lugar de mulher* era a Escola Normal, como afirma a autora “os cursos normais representavam, na maioria dos estados brasileiros, a meta mais alta dos estudos a que uma jovem poderia pretender” (2004, p.471). Muito embora as normalistas nem sempre se profissionalizassem, ou seja, se tornassem efetivamente professoras, só o fato de fazer *A Normal* já era muito importante socialmente, quase certeza de casamento.

Diante das mudanças sociais, principalmente após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), aos poucos, as mulheres mudaram esse papel a elas *destinado*, assumiram novas posições no mercado de trabalho e na família e a professora gradativamente deixou de ser vista como *professorinha*, ou *mãe espiritual* (LOURO, 2004 p.465) e tornou-se *profissional do ensino*.

A década de 1960 iniciou com mudanças na empregabilidade feminina que cresceria de forma sistemática (MATOS, BORELLI, 2012). Multiplicaram-se as oportunidades de trabalho devido ao crescimento das atividades comerciais e de abastecimento. Também a expansão dos ensinos secundário e universitário possibilitou a expansão da escolaridade feminina.

Naquela década, ampliou-se a escolarização das mulheres e também aumentou sua participação nas diferentes áreas do conhecimento, mais que dobrando em relação à participação masculina, fato que gerou impacto no mercado de trabalho (MATOS e BORELLI, 2012)³¹. Importa dizer que as mulheres pobres sempre trabalharam, tal como diz a canção de Noel Rosa que cita as “operárias” (MATOS e BORELLI, 2012). Para as classes médias urbanas, especialmente, a profissão de professora legitimou-se a partir das primeiras décadas o século XX. Tempos depois, começam a *sair das sombras* e ampliam sua

³¹ As autoras basearam esta informação no IBGE (2009), onde 74,4% das mulheres que estudaram por mais de 11 anos são economicamente ativas.

participação no mercado de trabalho em várias áreas do conhecimento, são médicas, advogadas e outras profissões que também foram às ruas, associaram-se em sindicatos e, tal como as professoras, lutou pelos direitos de sua profissão (MATOS e BORELLI. 2012).

As mudanças no comportamento feminino são uma marca daquela década de 1960. Falava-se em contracultura (LUFT, 1989)³² e movimentos feministas. Autonomia financeira e realização profissional começavam a fazer parte do horizonte feminino. Muito se deve a possibilidade do controle de natalidade que a mulher agora tinha ao alcance de suas mãos, ou seja, escolher ou não ter filhos, adiar a maternidade para ingressar no mercado de trabalho. Mesmo assim, a contribuição significativa da mulher no orçamento familiar ainda estava longe e os cuidados com os filhos e as atividades domésticas continuavam pesando sobre a mulher (MATOS e BORELLI. 2012).

Em 1963, ocorreu o Primeiro Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras em São Paulo (PINSKY e PEDRO, 2012), as discussões giraram em torno do trabalho, do cotidiano, da legislação trabalhista, das denúncias de abusos e já se falava na equiparação salarial, ascensão nas carreiras e a importância da existência de creches nos locais de trabalho, uma vez que o cuidado com os filhos ficava sempre ao encargo das mulheres, agora em boa parte trabalhadoras.

De acordo com Fischer (2005), a década de 1960 começou tensa no Brasil e isso teve ressonância também na educação do Rio Grande do Sul. Salários baixos e carestia contrastavam com a idealização da carreira. Jornais da época denunciavam as precárias condições das professoras, mas, ao mesmo tempo, ainda legitimavam o magistério associado às concepções de missão e sacerdócio. Uma notícia da imprensa da época dizia que “grandes são as dificuldades que se nos apresentam no magistério, mas, com boa vontade e resignação, pode-se resistir a todas” (in: FISCHER, 2005 p. 84 – UH, 15/out/60, p.9). Mas havia um clima de mudança no país se avizinando, uma dissonância desse pensamento pode ser vista quando as manchetes mostram que “pela primeira vez professor comemora seu dia lutando por melhor salário” (in: FISCHER 2004 p.84 UH, 15/out/60). O magistério também pleiteia a eleição de diretores através de lista tríplice. Analisando essas notícias, posso inferir que se começava a viver um outro tempo, em que o discurso da *missão*, para algumas, era coisa do passado. Portanto, a recompensa da professora passava a ser uma questão de luta, *era algo para este mundo*.

³² Surgida nos Estados Unidos na década de 1960, a contracultura pode ser entendida como um movimento de contestação de caráter social e cultural. Nasceu e ganhou força, principalmente entre os jovens desta década, seguindo pelas décadas posteriores até os dias atuais.

A efervescência política no país ia aumentando, juntamente à crise econômica, e em 1963 ocorreu ao que se sabe a primeira greve de professoras do Rio Grande do Sul. Foi um movimento que envolveu professoras contratadas do Estado que estavam com seus vencimentos atrasados, acrescidas das lutas por direitos trabalhistas. Esse é o registro de que pela primeira vez as professoras do RS foram para a Praça da Matriz reclamar por seus direitos.

O governo do Estado recentemente eleito, na pessoa do governador Ildo Menegheti, convidou Zilah Totta³³ para o cargo de Secretária da Educação que, segundo o Governador, não tinha filiação partidária. Uma professora que naquele momento histórico era uma referência para a classe e viria a se tornar mais tarde, nas décadas de 1970 e 80, uma liderança do magistério e Presidente do CPERS. Naquele momento, janeiro de 1963, a filosofia, a personalidade e ação de Zilah já expressavam as mudanças em curso na postura do magistério. A então Secretária de Educação, na semana do professor daquele ano, inovou convidando as professoras para uma assembleia, incentivando sua participação, embora com um enfoque religioso, ligada à campanha da Igreja Católica do Rosário em Família³⁴. Zilah Totta, em suas falas, evidenciava seu caráter religioso, mas respeitava as diferenças, como, por exemplo, essa Assembleia de caráter ecumênico para comemorar o dia do professor para que todo o magistério participasse das atividades (FISCHER, 2004).

No decorrer do ano, os desafios foram muitos e em razão da falta de pagamento e ameaça de demissão dos professores contratados, Zilah, à frente da Secretaria de Educação, pediu demissão por não concordar com as atitudes do governo, em completa coerência com sua ação política de participação coletiva dos professores e garantia dos direitos dos contratados (FISCHER, 2004).

O magistério já se posicionava por salários dignos e direitos sociais, mas o golpe civil-militar de 1964 emergiu em meio a essa efervescência provocando muitas incertezas e calando a voz da sociedade brasileira, inclusive a voz das professoras por quase vinte anos. Aquele foi um período de decréscimo do número de alunas nas Escolas Normais. Como explica Fischer, “raras adolescentes ainda cultivavam o sonho da saia azul marinho e da blusa branca” (2005 p.108). O arrocho salarial só fez piorar a situação do magistério que retomou

³³ ABRAHÃO. M.H.M.B. (Org.). **História e histórias de vida** – Destacados educadores fazem a história da educação rio-grandense. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, 2. ed., 2004, p. 209-252. Em 1956 fundou do Colégio Estadual Pio XII; Em 1964 a professora Zilah fundou, com mais três educadores – o Instituto Educacional João XXIII, homenagem a Papas da igreja católica demonstrando suas práticas religiosas.

³⁴ Ação da Igreja Católica para promover a reunião das famílias cujo símbolo era o do rosário. “Família que reza unida permanece unida”.

a mobilização inaugurada em 1963, promovendo uma greve em 1979, a primeira já em clima de abertura política, com a presença marcante do CPERS, de Zilah Totta e Thereza Noronha³⁵, além de outras importantes lideranças.

A professora das décadas de 1970 e 1980 mudava e o mundo a sua volta também. Lia Luft (1989) nos fala das mudanças desse período referindo-se à Era de Aquário, como também é conhecida a década de 1960. A moda era ter cabelos compridos, barbas longas, usar biquíni e flores no cabelo. A juventude da década de 1960 mudava suas mentes e corações, preparava os corações das jovens da década de 1960 para o que viria a acontecer na década de 1970. Era a geração hippie, de ideias avançadas nas universidades onde o professor descia de sua cátedra e o aluno era ouvido. Tempos de ideias socializantes, visão do homem na lua, em que idealizar um mundo melhor era a ideia central. A moda mudava, as noções de liberdade mudavam, e a liberação da juventude marca essa “Era” de Aquário, mas também amedrontava parte da sociedade com todos esses novos sentimentos. Outra parcela da sociedade era convidada a ousar, criar e se rebelar através lendo jornais como o Pasquim (SAMRIG, 1989), conhecendo as novas teorias sociais, a pílula anticoncepcional e outras ambiguidades.

Naquele contexto contraditório, formavam-se ainda professoras normalistas para o *sacerdócio*, mas, cada vez mais, se falava em cidadania, leis sociais e conquistas de direitos pela greve, legitimando-se a pressão popular. Não se podia esperar outra coisa da professora das décadas de 1970 e 1980 do que lutar por seus direitos, de fazer a greve se fosse preciso, afinal ela aprendeu isso não nos bancos das Escolas Normais, mas na voz das ruas, da sociedade da década onde a palavra liberdade era pronunciada cheia de paixão e esperança. Sobre esse período, Pinsky e Pedro (2012) destacam que:

Sombras e Luzes se mantêm, portanto, sobre as questões do trabalho feminino. Desde as operárias e trabalhadoras rurais das primeiras décadas do século XX que se unem às das trabalhadoras contemporâneas, acrescidas das experiências de professoras, dentistas, enfermeiras, costureiras, domésticas, bancárias, médicas, advogadas e muitas outras profissionais que, no cotidiano, constroem um mosaico de lutas e conquistas (2012, p.146)

³⁵Tereza Noronha professora, sindicalista, presidente do CPERS por duas vezes 1966/1968 – 1970/1972. Fundadora do Clube do Professor Gaúcho.

Os anos de 1970 vieram com a ideia da mudança, ao mesmo tempo, com o recrudescimento das ditaduras no Brasil e América Latina, aquele sentimento de liberdade não seria apagado. Grupos de resistência eram notícia nos jornais e, ao lado do medo dos anos de chumbo, também começaram os apelos e pichações de *abaixo à ditadura*. Na segunda metade da década de 1970, juntamente com uma crise econômica, o fim do *milagre econômico* e arrocho salarial, os ventos da democracia trariam também as greves e a participação popular.

As professoras fariam em 1979 a primeira greve do período de abertura política. Nos relatos de memória, uma delas diz que “não sabíamos o que era fazer uma greve! Não sabíamos o que fazer! Saímos da assembleia³⁶ e fomos direto para o colégio onde nos reunimos para conversar e decidir como agiríamos! Aquela situação nos pegou de surpresa!” (Dália, 2015). Ela complementa “não sei como consegui atravessar a Oswaldo Aranha³⁷, parecia que estava zonzona, atônita com toda aquela situação”!

As gerações de 1979 em diante seriam formadas por professoras sindicalizadas. De acordo com Duque (1995):

A greve de 1979 foi um marco histórico na trajetória da categoria. Em primeiro lugar porque deu início ao desmonte da imagem do magistério como sacerdócio, onde o professor era (ou deveria ser) imune às péssimas condições salariais e as dificuldades de trabalho. Em segundo lugar, marca a cristalização do processo, já iniciado em meados de 1970, de sindicalização do CPERS, alguns indícios dessa sindicalização seriam, por exemplo, a utilização de um comando de greve e a realização constante de assembleias deliberativas (1995, p. 45).

Assim começaria o “difícil aprendizado da democracia”³⁸, para o magistério do Rio Grande do Sul. Um aprendizado que foi sendo construído a cada greve, a cada negociação, dentro das escolas, nas reuniões de núcleo, nas decisões de permanecer ou não em greve, nas formas de luta dentro do movimento e na convivência com as diferentes opiniões. Um aprendizado que dura até hoje.

O período de greves do magistério³⁹ faz parte de um processo político, social e econômico vivido pelo Brasil. A década de 1980 é conhecida no aspecto econômico como *a década perdida*, uma vez que os índices econômicos não apresentaram crescimento, também na questão da economia mundial foi um período de crise resultante da crise global da década de

³⁶ Realizada no clube Caixeiros Viajantes, situado na rua D. Laura em Porto Alegre, RS.

³⁷ Avenida de Porto Alegre onde se situa o Instituto de Educação Gen. Flores da Cunha.

³⁸ A Luta dos Professores Gaúchos – 1979/1991. MARIA DA GRAÇA BULHÕES E MARIZA ABREU (1992).

³⁹ As fontes referentes ao período das greves e seu contexto histórico foram fornecidas pelo CPERS.

1970. Mas em termos de movimentos sociais, o Brasil mobilizava-se com a proximidade do fim da ditadura civil militar.

Nesse processo, boa parte do magistério brasileiro rompeu com concepções de *sacerdócio* e reconheceu a necessidade de luta por valorização profissional. Em consonância com o contexto do sindicalismo do período, buscava também construir-se como categoria trabalhadora. Encontros e congressos de trabalhadores se organizavam e centrais sindicais eram criadas como a CUT (1983) e CGT (1986) e a Força Sindical. Sindicatos representativos de diferentes categorias profissionais tornavam-se representativos, desde setores do funcionalismo, bancários e metalúrgicos do ABC.

Outro elemento importante desse processo histórico foi a formação ou reorganização de partidos políticos. Em destaque, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sigla mantida numa clara alusão ao bloco de resistência à ditadura civil militar e o Partido dos Trabalhadores (PT), nascido nas mobilizações e greves do sindicato dos metalúrgicos no ABC paulista. Durante os anos 1980, o movimento sindical combateu cada vez mais, com greves e mobilizações o processo de deterioração dos salários dos trabalhadores e as greves dos professores das redes públicas de ensino fizeram parte dessa história. De acordo com Wellington Oliveira (2011), o país vivia um clima de mobilizações populares que faziam críticas a ditadura. Num clima de instabilidade, o governo reprimia as manifestações por um lado e, por outro, crescia a insatisfação tanto da sociedade civil quanto do empresariado. O período tornava-se muito favorável ao *novo sindicalismo* que crescia entre as classes trabalhadoras que cada vez mais queriam participar no processo político. Foi um período de constituição de lideranças sindicais e greves no ABC paulista que se tornaram referência para o resto do país, como nas greves de trabalhadores que ocorreram 1979 tanto em Minas Gerais como no Rio Grande do Sul.

Tanto em nível estadual como nacional lideranças políticas emergiram, e algumas delas foram amplamente apoiadas pelo magistério gaúcho, como Leonel Brizola e Alceu Collares, representantes do trabalhismo (Partido Democrático Trabalhista); Luiz Inácio da Silva e Olívio Dutra representantes sindicais e de correntes mais à esquerda (Partido dos Trabalhadores); Pedro Simon que representava o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), herdeiro do antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), frente de oposição que atuou durante a ditadura civil-militar. E ainda, ligados ao projeto de governo anterior à democratização, o Partido Democrático Social (PDS) e o Partido da Frente Liberal (PFL). Assim, Bulhões e Abreu esclarecem as implicações políticas do período:

Entre 1979 e 1991, a democratização do Estado tornou-se uma questão central também para o Magistério gaúcho. Neste período, os Governos do Rio Grande do Sul assumiram diferentes posições em relação a esta questão. Se os governos do PDS/PFL não propunham um projeto democrático, os Governos posteriores, PMDB e do PDT, embora afirmassem uma proposta democrática, tiveram dificuldades, ainda que diversas, para implementação deste projeto (1992, p.117).

Sobre o período histórico ligado a redemocratização do Brasil, Schwarcz e Starling dizem que “São Bernardo detonou um ciclo grevista – as grandes greves de metalúrgicos de 1979 e 1980, ocorridas igualmente no ABC paulista, espalharam-se pelo país e chegaram atingir, nos dois anos seguintes, mais de quatro milhões de trabalhadores, em quinze dos 23 estados brasileiros” (2015, p. 476). Os autores prosseguem:

Eram sindicatos construídos a partir do chão da fábrica, que tomavam suas decisões em grandes assembleias, e provavam que, não era só futebol que enchia estádio – durante as greves de 1979 e 1980, as famosas assembleias no Estádio de Vila Euclides, em São Bernardo, chegaram a reunir mais de 100 mil trabalhadores (2015, p.77).

E as professoras, como se organizavam dentro do CPERS? O processo de sindicalização das docentes⁴⁰ ficou explícito através de lideranças e nos *blocos* que se formavam no interior do CPERS. Os diferentes partidos políticos que foram sendo estruturados com a redemocratização do país passaram a participar organizadamente do CPERS na composição de chapas para concorrer às eleições. Um exemplo disso é quando no final da década de 1980, mais precisamente na greve de 1987, o *bloco de esquerda*, filiado à CUT e CPERS é identificado como PT; as forças favoráveis à política do *bloco democrático* mais ligado à reunificação do movimento sindical brasileiro, organizado pelo PMDB e posteriormente ao Partido PSDB; e outras forças democráticas e de esquerda também ligada a vários partidos como PMDB, PCB, PSB e PCdoB⁴¹.

No período dessa pesquisa, os Presidentes do CPERS, foram sucessivamente: Hermes Zanneti (1975-1979); Glaci Rolim (1979-1981); Zilah Totta (1981-84); Paulo Egon (1984-

⁴⁰ Centro de Professores do Rio Grande do Sul fundado em 1945 por um grupo de professoras primárias à época chamava-se Centro dos professores primários estaduais.

⁴¹ As informações, de minha autoria, foram inspiradas no livro *A luta dos Professores Gaúchos*. Bulhões e Abreu, (1992); *CPERS-sindicato 50 anos*, 1995; *A História do CPERS/SINDICATO e a Construção da sua presença no debate das políticas educacionais*. CORREA, JOÃO JORGE (2006).

87); Delmar Steffen (1987-90); Maria Augusta Feldamn (1990-93); Paulo Egon (1993-1996); Lucia Camini (1996-1998)⁴².

A professora Zilah Totta, como mencionado anteriormente, teve importante participação na educação gaúcha como docente, Secretária de Educação e liderança sindical. Afirmar ela: “*O Cpers politizou-me, devo isso à entidade*” (CPERS-sindicato 50 anos, 1995, p. 94). Todos os presidentes do CPERS do período em questão viveram a intensa mobilização para eleições diretas no Brasil e participaram das chamadas *greves históricas*, em que se lutava pela obtenção dos 2,5 salários mínimos, 13º salário, eleição de diretores.

Sobre a redemocratização do Brasil e conquistas democráticas, materializadas, por exemplo, na Constituição Cidadã de 1988, Louro afirma que:

uma outra denominação se engendra no interior de um movimento docente que começa a se expressar mais publicamente por essa época, no interior do processo de abertura política e em articulação com o movimento sindical mais amplo, qual seja - trabalhadores e trabalhadoras em educação (1997 p. 83).

Esses discursos que produzem um outro modo de perceber a profissão de professora impulsionam transformações não apenas nas relações de trabalho, mas na própria trajetória do Centro de Professores que havia sido fundado em 1945 por um grupo de professores primários. Agora, a partir de 1979, era necessário mais que um Centro de Professores que representasse a categoria do Magistério Estadual. Sendo assim, em outubro de 1989, o CPERS efetivamente transformou-se em sindicato, fato considerando como mais um avanço nas lutas da categoria (CPERS-sindicato 50 anos, 1995, p. 94).

A nova titulação "CPERS Sindicato" se insere em um contexto onde o funcionalismo público havia conquistado o direito de sindicalização promovido pela Constituição Federal de 1988. Estavam em pauta a filiação da entidade à Central Única dos Trabalhadores, grandes debates políticos foram realizados discutindo a filiação a centrais sindicais e a filiação à CUT que acabam sendo derrotadas, pelo menos temporariamente. Estes eram os novos tempos que se avizinhavam para as professoras, agora *trabalhadoras em educação*.

O quadro a seguir apresenta um mapeamento das greves do período em questão. Nele, estão contidas as principais reivindicações, o tempo médio de duração das greves, e as possíveis⁴³ conquistas.

⁴² Informações obtidas no livro CPERS-sindicato 50 anos, 1995. Editora Tchê! Editora de livros LTDA. Porto Alegre RS.

⁴³ Uso a palavra possíveis, pois nem sempre havia novas conquistas nas greves, muitas vezes era pela manutenção de conquistas anteriores ou resistir às suas perdas.

Quadro n.1

Ano/governador - Partido Político	Tempo da greve	Principais reivindicações	Conquistas
1979/ Gov. Amaral de Souza – PDS	13 dias	Cumprimento das promessas do gov. anterior.	Nomeação de 20 mil concursados e 70% de aumento salarial, parcelados.
1980/Gov. Amaral de Souza - PDS	21 dias	Cumprimento das promessas anteriores.	Percentuais de reajustes salariais; abono de regência estendido à categoria; 2,5 salários mínimos, a partir de janeiro de 1982; 25% do orçamento do Estado para a educação; e participação no Conselho Estadual de Educação.
1982/Gov. Amaral de Souza - PDS	03 dias	O cumprimento das promessas anteriores e fim da tentativa de intervenção no CPERS.	A categoria resiste e não permite intervenção do então governador Amaral de Souza no CPERS e cumprimento do acordo feito em 1980.
1985/Gov. Jair Soares PDS	60 dias	O cumprimento do acordo de 1980.	Os 2,5 salários mínimos escalonados; 13º salário; 35% da receita dos impostos para a educação, com pelo menos 10% para o plano trimestral de conservação e construção de escolas; e eleição de diretores de escola.
1987/Gov. Pedro Simon - PMDB	96 dias	Pagamento dos 2,5 salários mínimos.	Garantia do plano de carreira; não discriminação dos aposentados; Garantia de emprego aos contratados até a promulgação da Constituição Federal que prevê a estabilidade a estes professores.
1988/ Gov. Pedro Simon - PMDB	09 dias	Cumprimento das promessas da greve anterior.	Unidocência; 95% de reajuste, sendo 70% em outubro e 26% em dezembro; aceleração da regularização do pagamento do difícil acesso; cronograma de regularização das promoções; e redução do período de reajustes da trimestralidade para bimestralidade.
1989/ Gov. Pedro	42 dias	Garantir as conquistas e	54% de reajuste, sendo 25% em maio, 15% em julho e 10% em outubro, não cumulativos;

Simon - PMDB		exigir aumento salarial.	publicação e pagamento das alterações de níveis; nomeação de três mil professores; e agilização do pagamento da unidocência.
1990/ Gov. Pedro Simon - PMDB	58 dias	Pressionar o governo para o cumprimento de acordos anteriores.	105,42% de aumento salarial; garantia da reposição da inflação de maio, junho e julho; e revisão salarial em agosto.
1991 Gov. Alceu Collares	74 dias	Intensificação da mobilização da comunidade em defesa do ensino	191,61% de aumento salarial; retirada da proposta de abono; ano letivo não começou conforme o calendário rotativo do governo.
1997 Gov. Antônio Britto	14 dias	Mobilizar a categoria para campanha salarial.	Retomada das greves do magistério com ampla participação da categoria e com o apoio da comunidade.

Quadro n.1 fonte CPERS - Sindicato 50 anos compromisso com a cidadania 1945/1995; Quadro das greves site CPERS. <http://cpers.com.br>

As chamadas “lutas da categoria” ou reivindicações dos professores estão materializadas nas seguintes questões apresentadas pelo CPERS-sindicado (1995): estatuto e plano de carreira do magistério; aposentadoria aos 25 anos de exercício da profissão; sede própria central (1979); eleição de diretores; Quadro de Pessoal por Escola - QPE. A essas reivindicações, iniciadas ainda na década de 1960, foram se somando outras. Ao longo dos anos 1980 e 1990, algumas dessas pautas foram atendidas pelo Poder Executivo, mas, a cada novo governo, era recorrente a suspensão das conquistas anteriores. É o caso dos 2,5 salários mínimos que, embora tenha sido uma conquista da Greve de 1985, não foi honrado pelo sucessor de Jair Soares (PDS), Pedro Simon (PMDB).

O mapeamento das greves do magistério rio-grandense espelha as lutas e conquistas das professoras ao longo de pelo menos trinta anos. O movimento grevista, em algumas situações, não obteve avanços significativos, mas sempre representou uma resistência docente pela manutenção de conquistas. Se não houve avanços salariais, as greves serviram para mostrar descontentamento quanto ao descumprimento de acordos com os governos do Estado, impedir votações na Assembleia Legislativa de pautas contrárias aos interesses do magistério, enfim *fazer ouvir sua voz!* Essas foram algumas das ações que se sucederam por muito tempo, a partir de 1979, sendo absorvida pelas pelo menos duas gerações de professoras.

Acompanhando as greves pelo quadro apresentado, percebe-se que a questão salarial estava sempre presente nas reivindicações. As professoras sofreram os efeitos do arrocho salarial dos *anos de chumbo* e tal situação repercutiu nas constantes greves e, por conseguinte, promoveu uma certa retirada da classe média dos quadros do magistério, abrindo espaço para o ingresso de outras camadas sociais que passaram a vislumbrar a possibilidade da profissão de professor. Conforme Ferreira Jr. e Bittar:

A combinação entre crescimento quantitativo, formação acelerada e arrocho salarial deteriorou ainda mais as condições de vida e de trabalho do professorado nacional do ensino básico, tanto é que o fenômeno social das greves, entre as décadas de 1970 e 1980, teve como base objetiva de manifestação a própria existência material dos professores públicos estaduais de 1º e 2º graus. O arrocho salarial foi uma das marcas registradas da política econômica do regime militar (2006, p.1166).

O CPERS-Sindicato abre o capítulo sobre as greves em livro comemorativo aos seus 50 anos de existência com este poema de Carlos Drumond de Andrade:

Não serei um poeta de um mundo caduco
Também não cantarei o mundo futuro
Estou preso à vida e olho meus
companheiros
Estão taciturnos, mas nutrem grandes
esperanças.
Carlos Drumond de Andrade⁴⁴

Talvez a intenção do livro, publicado em 1995, tenha sido como uma tentativa de representar o espírito de uma época, ou de um grupo de professores que se fez representar pelo CPERS nos anos que marcaram esta trajetória.

A escolha por refletir sobre *greves emblemáticas* partiu de algumas narrativas das entrevistadas. Elas se referiram de maneira especial à greve de 1987 por ter sido longa, cansativa, mas de grande atuação, diferenciada pela criatividade e envolvimento das professoras. Mesmo quem não acampou nenhuma noite na praça, participava fazendo alguma coisa para vender e reverter em fundo de greve. Como afirmou uma das narradoras "armar aquelas barracas foi um ato de guerrilha!" (Violeta, 2015).

De acordo com o quadro das greves, neste recorte temporal houve 10 paralisações. Todas fazem parte de um processo quase indissociável entre si. Mas a greve de 1987 teve características marcantes, e, para algumas das professoras entrevistadas, foi inesquecível, seja pelo longo tempo que durou, cerca de 96 dias, pelas estratégias de luta postas em prática, pelo

⁴⁴ Poema "Mãos dadas" Livro do CPERS sindicato 50 anos compromisso com a Cidadania Plena.

vigor despendido por parcela da categoria envolvida diretamente no cotidiano da greve e pelas esperanças nutridas. A greve não recrudescia, ao contrário, parecia se reinventar a cada desafio imposto pelo governo Pedro Simon (PMDB).

Esta greve tornou-se emblemática não apenas por seus 96 dias parados, mas pela criatividade e bom humor com que as professoras enfrentaram os meses de paralisação. Deflagrada por 25 mil docentes e por tempo indeterminado, nela a *Sineta* tornou-se o símbolo do movimento, foi composta uma canção, “Avante, professores de pé”, como um *hino de guerra*. O prédio da Secretaria de Educação foi invadido e ocupado pelas grevistas e o maior destaque ficou por conta de um acampamento de professoras na praça em frente ao Palácio Piratini. Em torno de 75 barracas foram levantadas pelas professoras em meio à Brigada Militar que fazia a guarda do Palácio Piratini, sede do governo do Estado. Os grevistas ganharam a simpatia dos moradores do Centro de Porto Alegre que costumavam ir passear na Praça da Matriz, pois o acampamento dos professores era uma novidade, narra Hortência (2015), uma das entrevistadas que acampou na Praça.

Desta greve, resultou a confecção de um álbum⁴⁵ produzido por uma estudante do primeiro grau de ensino, hoje fundamental do Instituto de Educação, que, segundo sua mãe, para driblar a monotonia de tantos dias sem aulas, resolveu documentar as atividades dos professores e do Governo do Estado.

A partir de algumas considerações sobre o álbum, posso dizer que é um documento primoroso porque organiza a greve de 1987 em uma perspectiva temporal, tendo em vista a quantidade de notícias catalogadas e datadas referentes aquele movimento. Ele é primoroso também porque representa a preocupação de uma estudante do primeiro grau de ensino, que tinha pai e mãe professores, portanto é bem possível que o tema das greves não passasse despercebido em seu cotidiano familiar.

A estudante organizou as folhas em uma pasta de uso escolar. Nota-se uma preocupação com o aproveitamento de folhas de rascunho, portanto, com outros escritos no verso, folhas de tamanho A4, bem aproveitadas. Possui uma capa desenhada pela aluna, com o título “Álbum da Greve”, havendo um destaque para a última palavra, em letras maiúsculas. Logo abaixo, cola uma bandeirinha com a frase emblema “professor unido jamais será vencido”, escrita com letra de adulto, provavelmente feito por uma professora. Para completar, o desenho de uma sineta, símbolo das greves daquela década.

⁴⁵ O álbum pertence ao acervo pessoal da entrevistada Violeta.



Fonte: Acervo pessoal da uma das entrevistadas, Violeta

Organizado em 26 páginas, a autora do álbum coletou e organizou uma sequência de reportagens de jornais de circulação local, provavelmente o jornal “Zero Hora” e “Correio do Povo” e do periódico do CPERS, “A Sineta”, convocando os professores para a Assembleia do dia 10 de abril de 1987.



Fonte: Acervo pessoal da uma das entrevistadas, Violeta

Além disso, escreveu poesias, fez desenhos ilustrativos, acrescentou frases de efeito, como “Foi aí que tudo começou” ou “Não tem história, é greve até a vitória”. A mãe desta aluna conta na entrevista que entre outras coisas esteve na Praça com sua filha para visitar o acampamento dos professores e ela, a aluna, se emocionou ao se deparar com aquela estrutura montada e organizada, ao ver suas professoras e tudo tão diferente do que já havia visto. As reportagens coletadas nos jornais são datadas à mão e identificadas com o título “Notícias”. Também tem uma foto de jornal da escola da aluna, o Instituto de Educação, em greve; letras

de música compostas por ela e seu irmão, em ritmo de “Samba Lelê”, mas trocando o personagem pelo então Governador do Estado, Pedro Simon, que na canção é chamado de “Seu Simon”, cujo refrão é:

Paga, Paga, Paga Simon,
Paga, Paga, Paga que é bom!
Seu Simon não tem grana
Ele que venda banana
O Simon não tá pagando
Porque é ele que tá ganhando! (Álbum da aluna, 1987, p.21)

Outra música diz ainda:

Os professores estão em luta
O Pedrinho só dez não
Mas nossa vez está chegando
E a gente só quer a lei 8.026⁴⁶

Refrão

Aguenta firme que vai mudar
É com a nossa união
Educação vai ter lugar
Vem ai pra gente 8026!

O governo é panacão
Mas não é só isso não
Se eu dissesse realmente
Eu diria tanto
Tanto palavrão! (Álbum da aluna, 1987, p.22)

As canções são, pois, um relato que representa suas vivências como filha de professores e aluna da rede pública estadual, produzidas com muita criatividade. Ao visitar a praça, ela se intitula grevista, adere à luta das professoras que, de certo modo, passa a ser sua também. Pela análise do álbum, evidencia-se uma sensibilidade de sua *autora*, um respeito e admiração pelos seus professores, por sua mãe e seu pai, tanto que sua mãe diz que a filha se emocionava na Praça da Matriz, chegando a chorar ao ver a mobilização dos professores.

O álbum é um importante documento na perspectiva História da Educação, considerado uma fonte que representa aquele momento histórico. Nesse sentido, é um bom exemplo para a História da Educação da riqueza da interdisciplinaridade, da não hierarquização das fontes, da problematização de temas e objetos da educação, a partir de uma multiplicidade de

⁴⁶ Lei que garantia o piso salarial de dois salários mínimos e meio para o magistério. Música inspirada no jingle da campanha ao governo do Estado do candidato Pedro Simon.

documentos. Ele foi um importante achado, não apenas por ter sido feito por uma aluna de primeiro grau em greve, mas por esta aluna também pertencer ao Instituto de Educação, lócus desta pesquisa. É um material ordinário, ou seja, da ordem do comum, materiais estes que, muitas vezes, são condenados ao descarte, mas que foi guardado por uma mãe professora grevista, sendo assim preservado pelos afetos.

As notícias colhidas pela aluna tiveram suas manchetes destacadas no quadro que se segue. Elas oferecem ao leitor um roteiro quase diário do que ocorria entre o Governo e o Magistério, evidenciando as expectativas, o envolvimento dos pais, alunos e de toda a comunidade rio-grandense, uma vez que o andamento da greve já estava comprometendo o ano escolar, as férias das famílias. As notícias trazem também fotos do Governador Pedro Simon, de seus secretários, das passeatas, do acampamento na Praça, entre outras.

Quadro n. 2 - Manchetes dos jornais usadas a partir do álbum da aluna do Instituto de Educação.

Data	Manchete
24/04	Dívida gaúcha é um caso especial
24/04	Governador confia no tratamento diferenciado
24/04	Protestos como resposta ao documento do Governador
29/04	Diretores não vão denunciar grevistas
29/04	Magistério fez o enterro do secretário
29/4	Diretores que descumprirem a lei serão punidos
29/4	SEC invadida. Bernardo volta a receber o comando
28/4	No CPERS o comando continua esperando pelo governo
28/4	Simon convoca líderes para encontro
28/4	Pais exigem o reinício das aulas
28/4	Governo pode apresentar hoje seu projeto
14/5	Procurador avalia amanhã o vínculo com salário mínimo
15/5	Simon negocia, mas quer evitar a violência
15/5	Governo retira o projeto e examina cinco alternativas
16/5	Recomeçam as negociações entre grevistas e o governo
18/5	FASPERS e CPERS esperam uma proposta do governo
27/5	Professores intensificam seu protesto

01/06	CPERS sabe hoje a data da audiência com Simon
08/06	ACPM vai tentar falar com Simon
08/06	A estrutura e as origens da mobilização dos professores
08/06	Doações do povo para o acampamento
08/06	Greve do magistério compromete as férias de julho e dezembro
09/06	Governo corta pagamento de parte dos professores
13/06	Suspensa punição aos professores
13/06	Acordo magistério e Governo agora dependem das mudanças econômicas
13/06	SEC promete liberar os recursos aos CPMS
13/06	Dom Ivo oferece mediação para a greve
16/06	Governo endurece com o magistério
18/06	Está diminuindo diferença entre governo e magistério
	Governo começa a demitir grevistas
	Punições e tensão na greve dos professores
27 e 28/06	Ação do magistério aumenta e preocupa
27 e 28/06	Magistério pressiona para reabrir negociação



As notícias trazidas a partir do álbum organizado pela aluna refletem o clima de tensão e confronto vivido naqueles dias de greve entre o que o governo dizia ser possível fazer e o que os professores queriam em suas reivindicações. Era um tempo de incerteza, pois havia sempre

a possibilidade de punições aos professores, como corte de salários, corte de ponto – o que certamente refletiria nas suas carreiras como funcionárias públicas. Neste momento houve o pedido de intermediação do conflito pelo bispo de Santa Maria dom Ivo Lorscheider que se coloca entre a liderança dos grevistas e a bancada do PMDB na Assembleia Legislativa e o vice-governador Sinval Guazelli, demonstrando o poder e significado da Igreja Católica, como instituição neste momento.

O álbum também traz algumas “palavras de ordem”, expressão usada pela estudante, inspirada nas passeatas das professoras. Algumas delas são “Não tem rodeio! Queremos 2 e ½!”, “Não tem história é greve a até a vitória!”. A seguir as palavras de ordem inventadas pela aluna e sua mãe “Não tem mistério! É todo o mundo e o magistério!”, “O que queremos agora! É que o Bernardo⁴⁷ caia fora!”, “Fizemos a História! Está fixada na memória!”

Ao final dos 96 dias, as conquistas que resultaram foram poucas, mas os professores deixaram uma marca para os próximos movimentos sociais como alguns anos depois no seguinte relato “No dia 8 de agosto de 1990, às 6 horas da manhã, oito ônibus estacionaram na capital do Rio Grande do Sul, desembarcando 400 colonos sem terra, que trataram de usar os canteiros da Praça da Matriz para montar mais um de seus acampamentos de protesto” (LERRER, 2003p 93).

Mas as greves do magistério não parariam por aí. No ano seguinte, 1988 e seguinte 1989 e até o praticamente o final do governo de Pedro Simon. E novamente em 1991 uma outra greve extensa, 74 dias de greve. Mais uma vez, achatamento salarial e a perspectiva de perda do plano de carreira do magistério. Novos embates com o governo estadual de Alceu Collares (PDT). Apesar das ameaças de corte do ponto, faltas não justificadas encerramento do ano letivo, o magistério decide continuar a greve. Após uma rodada de negociações com o governo e mais 20 dias de greve o magistério retorna à sala de aula.

Essas professoras anônimas que participaram deste estudo para além da sala de aula, viveram ativamente os movimentos reivindicatórios. Estavam nas assembleias de núcleo, viajavam do interior para a capital para participar de assembleias, acampavam nas praças, faziam e vendiam alimentos para os fundos de greve, confeccionavam cartazes, assinavam pontos e listas paralelas, usando, muitas vezes, seus próprios recursos em atividades coletivas.

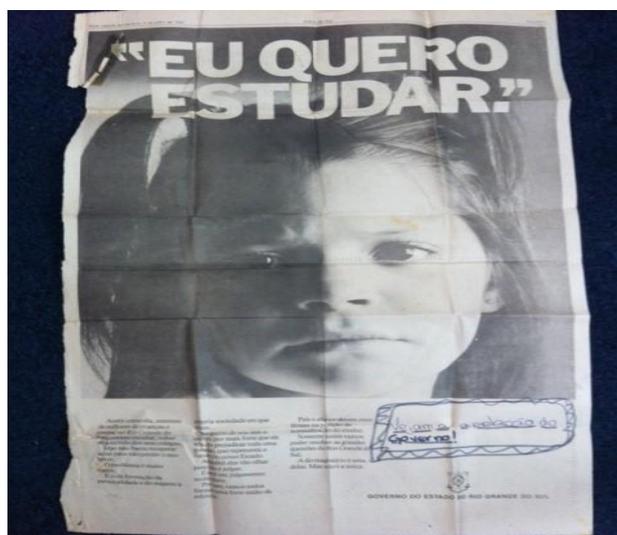
Evocar essas memórias de professoras que lecionavam em uma Escola Normal secular, como o Instituto de Educação Gen. Flores da Cunha de Porto Alegre, é ouvir esses agentes da transformação social e política de seu tempo. Elas não estavam sozinhas, havia um contexto

⁴⁷ Refere-se ao Secretário de Educação do Governo Pedro Simon Bernardo Olavo de Souza.

nacional que permitia as pessoas lutarem por melhores condições no mundo do trabalho. Também as greves dos metalúrgicos do ABC paulista, dos professores de escolas particulares, dos bancários e outras categorias de trabalhadores, que entendiam seu fortalecimento a partir da sindicalização como única maneira de obter salários dignos e reconhecimento profissional. Lembranças e esquecimentos que compõem suas reminiscências e serão agora narrados através de entrevistas.

A atuação da imprensa sempre foi um questionamento interessante em todas as greves. Procurei indagar se as entrevistadas tinham lembranças de participações favoráveis ou não sobre a cobertura ou espaços que os jornais, rádio e televisão davam ao movimento. Camélia (2015), bem menos entusiasmada com o movimento grevista, lembra “a imprensa nunca estava a favor dos professores, apesar de cobrir os movimentos”. Esta é a mesma impressão de Hortência (2015) conta ela: tinha um jornalista da RBS que dizia assim “mãezinhas, levem seus filhos para a escola”.

No álbum da estudante, encontrei um envelope com essa reportagem dobrada em muitas partes, ocupando a página inteira do Jornal:



Fonte: Diário do Sul – 02/07/1987
Acervo pessoal da entrevistada Violeta

A foto acima representa o clima de tensão – luz e sombra – refletindo um pouco do que se criou entre o governo e as professoras. Momentos difíceis para aquelas, que embora possivelmente convictas da sua luta por salários e direitos, sofriam uma grande pressão por parte do governo, para muitas poderia ser encarada, também, como uma forma de penalidade.

Provavelmente o olhar de tristeza da criança da foto não é por acaso, afinal ela está fora da escola, longe dos vínculos com a professora e os colegas. Qual seria a intenção do governo ao veicular a reportagem? Qual tipo de resposta era esperado pelo governo a partir da publicidade que carregava a expressão da criança? E os dizeres do texto? “Eu quero estudar”!

A foto é parte do álbum da aluna em greve. Teria ela sido atingida pela publicidade governamental ou, por estar bem próxima de uma mãe grevista, ela via a greve com outro olhar?

O próximo capítulo traz alguns aspectos da história do Instituto de Educação, num esforço de discutir como ele foi importante na vida da sociedade gaúcha como um modelo de ensino e escola.

4.2 Um pouco da história: “O IE é um Mundo!”

O *locus* desta pesquisa é o Instituto de Educação General Flores da Cunha⁴⁸. Sua escolha está relacionada a alguns fatos: primeiramente, meu envolvimento profissional com a escola por vinte e seis anos, o que me permitiu assistir, como professora, o processo desencadeado dentro da escola dos longos períodos de sucessivas greves, às vezes nem tão longas, mas quase um estado de greve. Em segundo lugar, perceber que com o passar do tempo muitas memórias iam se perdendo, com as aposentadorias, os afastamentos, os ritmos da vida. Como no pensamento foucaultiano (2003) “histórias dos homens e mulheres comuns”; ou como em Ginzburg (2006, p.9), “de vez em quando as fontes, tão diretas, o trazem muito perto de nós: é um homem como nós, é um de nós”. Assim o IE esteve muito perto de mim e pela sua trajetória na educação da sociedade gaúcha, de muitas pessoas, alunos, funcionários e professoras que compartilharam essa contemporaneidade.

“O IE é um mundo!” Assim me respondeu a professora Maria Helena Bastos⁴⁹ quando falei de meu interesse de pesquisa, dentro da História da Educação, no Instituto de Educação General Flores da Cunha. E bem sei que é "um mundo"! Quando iniciei a trabalhar naquela

⁴⁸Para a escrita desse texto, foi utilizada a obra de Regina Schneider, *A instrução Pública no Rio Grande do Sul 1770-1889* (1993). Entretanto, muitas informações que aparecem são a partir de minhas vivências como docente da rede pública estadual, professora de História do Instituto Flores da Cunha entre os anos 1983-2009.

⁴⁹Doutora em História da Educação, Professora da PUCRS.

escola em 1983, ainda cursando a faculdade, me sentia perdida num ambiente tão grande e complexo. Muitas salas, muitos professores, agendamentos para conversar com a direção, laboratórios, escolas anexas, prédios anexas, bibliotecas, salas com nomes de ex-diretores, professores, teatro, coral, enfim... Uma história centenária!

Uma história que iniciou em meados do século XIX, quando foi fundada a Escola Normal da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, pelo Regulamento do Curso de Estudos Normais, baixado pelo Presidente da província Sr. Antônio da Costa Pinto e Silva (IE, Revista, 1969, p. 17).

A história da educação no Rio Grande do Sul e de Porto Alegre se confunde com a história do IE. Fundado ainda no período Imperial, havia por parte do Imperador a preocupação com a instrução pública: o próprio Imperador teria dito certa vez que "se não fosse Imperador gostaria de ser professor" (Agenda comemorativa do IE 1869 - 2009).

No século XIX, embora existisse uma demanda para escolas públicas, o interesse das elites parecia não estar determinado a ampliar a instrução pública, uma vez que os tramites burocráticos dificultavam seu andamento. Era antiga a aspiração dos habitantes da Província de São Pedro do Rio Grande por uma Escola Normal, pois a situação da educação nesta província estava aquém do resto do Brasil.

Com a fundação da Escola Normal em Porto Alegre, no ano de 1869, aglomerou-se a elite educacional de Porto Alegre e da província (SCHNEIDER, 1993). Para Louro. (1987):

Algumas parcelas da população feminina gaúcha ali estudaram e dentre elas formaram-se lideranças expressivas. Mas, certamente, apesar de ter sido sempre esta uma escola pública e gratuita, ela não foi dirigida para maioria feminina das classes trabalhadoras. Ao contrário, o IE foi preponderantemente uma escola para mulheres das camadas médias da sociedade (1987, p. 13).

Ao longo de sua existência, a escola foi adquirindo uma importância significativa nos projetos relacionados à formação docente por parte dos governos estaduais, representando um sinal de modernidade no Estado. Considerando isso, é construído o prédio monumental que abriga o Instituto de Educação desde 1937, embora não tenha sido construído para abrigar o IE, foi quando passou a ter o nome de Instituto de Educação General Flores da Cunha.

Pode-se dizer que o Instituto de Educação foi a vitrina das escolas estaduais, onde políticos e atos políticos dos governos estaduais interferiam diretamente. Louro afirma:

Sendo uma escola oficial, ligada ao estado, localizada na capital, e tendo como seus dirigentes pessoas de confiança do governo, nela é possível perceber expressivamente as mudanças políticas do Rio Grande do Sul e do país. Para ela também se canalizam os esforços e apoios no sentido de que se possa acompanhar novas ideias e processos pedagógicos que surgem (1987, p.13).

Assim, faz parte da história do IE tanto a convivência com o poder institucionalizado, especialmente as Secretarias de Estado, quanto às formas de resistência, como por exemplo, discutir Paulo Freire, em pequenos grupos ainda em épocas de ditadura militar. As práticas pedagógicas de vanguarda marcavam presença nos quadros profissionais do Instituto de Educação, com grupos de estudo, eleição dos pares para o setor pedagógico, Vice-Direção e até Direção Geral.

Neste sentido, as ideias democráticas também foram sentidas no IE e há todo um histórico de participação de suas professoras, como lideranças do magistério nos quadros do CPERS e nas lideranças de greves, passeatas e atos públicos desde o final da década de 1970. O IE, assim como outras escolas de grande porte, teve papel relevante, desempenhado por seus professores e alunos, na condução das greves do magistério estadual. Muitas reuniões dos grevistas ocorreram nos auditórios do Instituto de Educação, não apenas por ser ponto central favorável para deslocamentos das professoras, como pela sua história diante da comunidade porto alegreense, uma escola centenária de visibilidade nacional.

O IE teve muitas razões para ser uma das *âncoras* das greves entre elas: ser uma Escola de referência na formação de professoras no Brasil, por ter abrigado, ao longo de seus mais de 100 anos de existência, o que se chamou de *elite da educação*. Mais uma vez, o IE se colocou na liderança dos movimentos da educação no Rio Grande do Sul.⁵⁰ Como afirma uma das professoras entrevistadas o IE era uma escola que embora conservadora, possuindo naquela época um bom número de professores, ainda de uma *certa elite*, era ao mesmo tempo uma escola de vanguarda em ideias e ações pois possuía também um grupo de professores e alunas do normal atuantes, politizados e até engajados em ações políticas e partidárias.

A sociedade gaúcha, ainda não esqueceu esse movimento do magistério que marcou as gerações de alunos e suas famílias nas décadas de 1979/1990, que caracterizou as relações político sociais da escola pública entre as professoras e os vários governos eleitos ou não (final de 1970 início de 1980 - períodos anterior às eleições diretas). Certamente um

⁵⁰ Professoras do IE tornaram-se dirigentes do CPERS – Glaci Rolim (1979-1981); Mariza Abreu (1991) e suas professoras não raro compunham o comando de greve e o comando geral do CPERS.

movimento não isolado da sociedade, mas contextualizado como parte da reconstrução nacional da cidadania, após os anos de perda dos direitos civis entre 1964/1985.

Nas décadas de 1980/90, o IE ainda possuía uma estrutura pedagógica e administrativa muito acima do que caracterizava a maioria, ou quase totalidade das escolas públicas e particulares. Seu prédio, corpo de professores, departamentos, salas eram identificadas com nomes de professores eméritos da escola. Por exemplo, Florinda Tubino Sampaio, Clemente Pinto⁵¹ foram homenageados com nomes em laboratórios, bibliotecas, sala de teatro TIPIE (Teatro Infantil Permanente do IE) criado por Olga Reverbel, Coral, CLE (Centro de Língua Estrangeira).

Havia também o grupo de apoio psicopedagógico para alunos; o Grêmio Estudantil e de Professores, com participação nas decisões administrativas e pedagógicas, através da sua presença nessas reuniões e com voto representativo. Neste caráter participativo, havia também a Associação de Pais e Mestres e a Associação de Ex- alunas.

Possuía também uma creche, “Dr. Décio Martins Costa” (algumas salas ou departamentos no IE possuíam nome e data de fundação). A creche era um modelo de saúde, cuidado de atendimento pedagógico às crianças e aos pais. Quando necessário, alunos e professores tinham direito a vaga na creche. A escola possuía gabinete dentário e médico, além de nutricionista e merendeiras que levavam a merenda nas salas de aula dependendo da série. As 4as séries, por exemplo, ficavam situadas próximas as turmas do Normal, para atendimento e aproximação com as alunas do curso de formação de professores. O número de alunos girava em torno de mais de 1.500 e o número de professores por volta de 200 no início década de 1980.

A estrutura da escola era de caráter pedagógico, ou seja, as decisões na escola eram discutidas em reuniões pedagógicas por equipe, depois pelo pedagógico geral e então levado para a reunião administrativa onde estavam representados todos os segmentos da escola.

Comparativamente com as outras escolas em que trabalhei, o material pedagógico disponível no IE era muito bom e elaborado pelos próprios professores. Lembro que não era raro levar material pedagógico produzido no IE com meu grupo de trabalho, para enriquecer atividades de sala de aula nas outras escolas. Creio que isso ocorria porque sempre trabalhávamos em duplas de professores nas séries e em equipe de áreas do conhecimento afins. As reuniões pedagógicas eram várias na sede, e, ainda havia mais três Escolas Anexas para prática de ensino das futuras professoras. Estas escolas anexas ao IE possuíam

⁵¹ Clemente Pinto foi professor do Instituto de Educação, educador, escritor e deputado estadual no Rio Grande do Sul na legislatura de 1891-1895.

autonomia, pois tinham vice-direções, pedagógico, grupos de pais e grande vínculo com suas comunidades. Lembro-me das Escolas Anexas Pedro Tocchetto e Dinah Néri Pereira.

O IE possuía um grupo de professores selecionados pela própria escola, ou seja, na maioria dos casos o ingresso era por indicação. Fazia-se uma seleção para ingresso na Escola (dar uma aula para o coordenador de equipe em alguma turma da escola), e o discurso corrente na época era que essa prática garantia a qualidade dos professores que ingressavam nos quadros do IE.

Este era um argumento sempre usado nas reuniões com a Secretaria de Educação como justificativa fundamental para a manutenção da qualidade de ensino, caso não fosse atendida a direção da escola argumentava que chegaria até mesmo ao governador se fosse necessário. Havia ainda na década de 1980 o sentimento de que o IE era *uma escola à parte*. Por exemplo, quando começou o ano letivo de 1987 e havia rumores de que o governo implantaria o QPE - Quadro de Pessoal por Escola - a então direção não acreditava que isso aconteceria no IE o que foi por ela verbalizado na reunião de início de ano para toda a escola.

Talvez, *essa certeza* da distinção da escola viesse da composição de boa parte de seu quadro de professores, ainda uma *elite intelectual* e de algum status econômico o que permitia a algumas de suas professoras usarem sapatos de *bico fino* e *casacos de pele* no cotidiano escolar. Essa prerrogativa, talvez não fosse apenas do IE. Possivelmente resquícios de um período em que o magistério era ainda composto por uma classe média um pouco distinta da maior parte da população em que o salário das professoras não representava a base do sustento da família. Também o grupo de alunos era composto por filhos de escritores, secretários de Estado, que conviviam com os filhos de professores e alunos da comunidade escolar, nas proximidades dos bairros Bom Fim e Cidade Baixa cujos moradores em grande maioria, colocavam seus filhos no IE.

As alunas normalistas do Instituto de Educação da década de 1980 eram um símbolo do que ainda representava o IE em termos de resistência a toda uma política de contradições que vivia a escola pública. De acordo com as memórias de uma das professoras narradoras, Violeta:

Tudo aquilo que era o IE se perdeu, o Estado não investiu mais numa escola que podia se dizer mandava na Secretaria de Educação. Em 1984, no ano em que cheguei à escola, o colégio inundou e todos diziam que devíamos fazer alguma coisa porque realmente o IE estava abandonado. E foi uma aluna do magistério que liderou uma caminhada até a SEC. Nas escadarias em frente ao IE ela pegou o megafone e dizia: eu digo as palavras de ordem e vocês repetem! Coisa de guerrilha! Eu dizia meu Deus eu estou vivendo uma imersão no outro mundo! Mas havia um grupo conservador que tinha muito medo, eu acho que era de perder privilégios! (entrevista 2015)

Mas, na medida em que as greves avançavam e se tornavam uma constante na educação do Rio Grande do Sul, a escola começou a perder o status que possuía até então, sendo essa uma tendência da educação pública e dos professores de maneira geral naquele período. O QPE⁵² realizado em 1988 pelo governo do Estado trouxe de maneira geral consequências avassaladoras na educação pública, considerando, por exemplo, o nível de desorganização interna que causou nas escolas, para citar um exemplo. Muitos professores, também deixaram a escola pública e o IE, nesse momento histórico de descontentamento geral, que atingia a questão profissional e também salarial.

O QPE era reivindicado desde 1980 pelos professores e CPERS, mas implantado de maneira equivocada em 1988 provocou grande desorganização nas escolas e posteriormente o chamado Calendário Rotativo⁵³ e a política do Plano de Demissão Voluntária com saída de muitos professores (PDV)⁵⁴ na década de 1990, foram fundamentais para um outro Instituto de Educação se constituir assim como as demais escolas, tanto no nível de professores, como dos alunos que buscavam a escola, no fazer pedagógico e nas estruturas educacionais.

Atualmente, denominado Centro Estadual de Professores General Flores da Cunha, o IE se ressentiu, como as demais escolas públicas gaúchas, dos difíceis tempos para a Educação. O processo de achatamento salarial dos professores, a falta de concurso público e as minguadas verbas destinadas para a educação, desde o investimento em formação de professores até manutenção da estrutura monumental do prédio, quase centenário que o abriga, definitivamente, mudaram a feição de vanguarda pedagógica, que por muitos anos caracterizou o IE.

⁵² QPE – Quadro de Pessoal por Escola antiga aspiração do magistério desde o acordo de greve de 1980.

⁵³ Implantado pelo então governador Alceu Collares que propunha a ocupação integral do espaço escolar com três calendários simultâneos ao longo do ano letivo.

⁵⁴ PDV – Plano de Demissão Voluntária, adotado como política do estado do RS pelo governo de Antônio Brito 1994-1998.

5. "O Instituto em si daria uma história... Maravilhosa!": narrativas de memórias de professoras

5.1 Apresentando as personagens

O tempo não flui uniformemente, o homem tornou o tempo humano em cada sociedade. Cada classe o vive diferentemente, assim como cada pessoa (Bosi, 2003. p.53).

A memória é um tempo vivo (BOSI, 2003), toma aspectos do comportamento cotidiano das pessoas. Ela não possui um tempo linear, mas cria uma teia de lembranças que se entrelaçam e são tecidas entre si, constituindo-se em representações do que se viveu outrora. Este aspecto de compor pontos de vista de modos distintos entre si promove a riqueza destas memórias. Opera com as sensibilidades, embora enraizada no concreto, no gesto, na imagem, nas relações.

É chegado o momento de apresentar e problematizar as narrativas daquelas que são os sujeitos da investigação. Cumpre lembrar ao leitor que interessa à pesquisa compreender como cada uma dessas oito mulheres, professoras do Instituto de Educação Flores da Cunha, rememora o tempo vivido nas greves, entre os anos 1979 e 1997, todas elas hoje contando com mais de sessenta anos de idade. Aqui se busca produzir uma trama de relações, tendo como documentos seus depoimentos, portanto analisa-se o conteúdo discursivo de suas falas, considerando tanto aquilo que se mostrou recorrente quanto as discontinuidades. Essas são tramas feitas pela memória, pelo tempo, pela vivência no grupo, mas sob a lente de cada uma delas. Assim, na memória estão implicados o lembrar e o esquecer e os “não ditos”, como diz Pollak (1989, p.8).

Esta pesquisa foi realizada tendo como referência a metodologia da História Oral, que permitiu o encontro com reminiscências das professoras. A reminiscência tem a qualidade de trazer a riqueza de detalhes e uma atualidade dos fatos, assim fala Gwyn Prins (1992). A reminiscência é a experiência de vida, ela não passa de uma geração para outra, ela é uma experiência pessoal. As professoras que entrevistei tiveram experiências pessoais e coletivas

durante mais de 20 anos envolvidas em greves, participaram da construção de um movimento grevista, no contexto de um país que também construía sua democracia (1979-1990).

A História Oral, de acordo com Alberti (2004), tem o fascínio do vivido, ela trata da experiência de alguém que traduz suas experiências de uma maneira colorida. Mas a História Oral não é algo linear, embora nos dê certa sensação de poder *reviver* o passado, por meio das emoções, reações, observações, através do que diz o outro. Na memória, portanto, encontra-se a vivacidade do passado. Pode-se dizer “a memória é, sim um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo” (BOSI, 2003. p.53).

Preliminarmente, apresentam-se mais detalhadamente os sujeitos da pesquisa. Tal detalhamento se justifica no sentido de melhor compreender quem são elas, de onde vêm e de que lugar falam no presente. Reforço que procurei identificá-las através de pseudônimos para guardar suas identidades. Escolhi para elas nomes aleatórios que lembram flores.

Quadro n. 3

Professora	Ocupação dos Pais	Formação	Área de atuação no IE	Tempo no IE em anos	Carga horária Ingresso e Saída do IE	Casada/ Filhos	Ocupação do Esposo	Ocupação Atual da Professora
1. Flora	Pai: Juiz de Direito Mãe: dona de casa	Curso Normal - Licenciatura em História	E. Básico	20	40 h 1978/1998	Solteira	---	Aposentada
2. Camélia	Pai: Engenheiro Militar Mãe: dona de casa	Curso Clássico - Licenciatura em História	E. Básico	25	20 h 1976/1998	Casada 4 Filhos	Arquiteto	Aposentada
3. Jasmim	Pai: Funcionário da Petrobrás Mãe: dona de casa	Curso Colegial - Licenciatura em História	E. Básico	04	40 h 1984/1991	Solteira 1 filho	----	Aposentada
4. Margarida	Pai: Funcionário Público Mãe: dona de casa	Curso Normal - Licenciatura em História	E. Básico	15	30 h 1979/1995	Casada 2 filhos	Micro Empresário	Aposentada
5. Dália	Pai: Alfaiate e mais tarde Ramo da Hotelaria Mãe: dona de casa	Curso Normal - Licenciatura em História	E. Básico e Curso Normal	24	20 h 1966/1992	Casada 2 filhos	Empresário do Ramo Hotelaria	Aposentada
6. Lilian	Pai: Micro empresário Mãe: dona de casa	Curso Clássico - Licenciatura em História	E. Básico e Curso Normal	20	20 h 1976/1996	Casada 2 filhos	Professor Micro Empresário	Aposentada
7. Hortência	Pai: Comerciante Mãe: dona de casa	Curso Normal - Licenciatura em Artes	E. Básico e Curso Normal	10	40 h 1984/1985	Solteira Sem filhos	----	Aposentada
8. Violeta	Pai: Industrial/ Comerciante Mãe: dona de casa	Curso Normal - Licenciatura em Pedagogia Doutora em Edu.	Curso Normal/ Coordenação Pedagógica	03	20 h 1984/1987	Divorciada 2 filhos	----	Professora Universitária

Para melhor conhecê-las, avaliamos a importância de trazer essas informações que dizem respeito às origens familiares, à formação, ao tempo de atuação no Instituto de Educação, passando pela constituição familiar e a situação profissional atual.

Os sujeitos da pesquisa são mulheres, professoras, nem todas nascidas em Porto Alegre, mas todas com certa *estrutura familiar*, pertencentes a uma determinada classe média, ou mesmo a uma elite intelectual. São filhas de militares, de funcionários públicos de carreira, de comerciantes ou empresários. A maioria delas é casada, três solteiras e uma divorciada. Das oito mulheres, duas não têm filhos.

Por meio das entrevistas, foi possível perceber que elas se sentem com uma certa distinção por terem pertencido ao quadro de professores de uma escola de tradição dentro do Rio Grande do Sul, a primeira escola de formação de professoras, fundada ainda no século XIX. Assim explica Louro (1987)

algumas parcelas da população feminina gaúcha ali estudaram e dentre elas formaram-se lideranças expressivas. Mas, certamente, apesar de ter sido sempre esta escola pública e gratuita, ela não foi dirigida para a maioria feminina das classes trabalhadoras. Ao contrário, o IE foi (...) preponderantemente uma escola para mulheres das camadas médias da sociedade gaúcha (1987, p.13).

Das oito professoras entrevistadas, cinco foram alunas do Instituto de Educação por muitos anos e voltaram para trabalhar na escola após seu estágio ou ainda depois de terem trabalhado em outras escolas. Três não estudaram no Instituto de Educação e ingressaram posteriormente já como professoras, uma delas para trabalhar no Curso Normal, Violeta, e outras duas, Jasmim e Lilian, como docentes do primeiro grau de ensino.

Dentre as entrevistadas que foram alunas do IE, quatro fizeram a Escola Normal, e uma saiu para fazer o Curso Clássico⁵⁵, retornando como docente após concluir a licenciatura. A maioria das entrevistadas fez o Curso Normal mesmo que em outra escola. Em relação à carga horária de trabalho das oito professoras entrevistadas, cinco possuíam carga horária reduzida, ou seja, trabalhavam no regime de 20 horas ou no máximo 30 horas e muitas não eram diretamente responsáveis por prover o lar.

Considerando esses dados, emerge uma questão no sentido de buscar compreender como essas mulheres, oriundas de classe média ou de camadas mais elitizadas, tendo pais militares ou empresários, a maioria não responsável por prover o lar, parecem romper com o estereótipo *da professorinha* e entram em greve, a partir de 1979. Instiga a pensar como essas mulheres acabam sendo afetadas por outros discursos, talvez distintos daqueles que

⁵⁵ O clássico era um grau de ensino equivalente ao que hoje chamamos de Ensino Médio. O clássico e científico eram modalidades que existiam antes da lei da reforma de ensino 5692/71.

foram acostumadas a escutar, e ficaram mobilizadas por uma luta pela profissão de professora, por uma luta pela escola pública. Assim, participaram do movimento grevista, movidas por um mesmo sentido: a greve pela educação e conquistas salariais para todas.

Embora cada uma delas tenha sua experiência de vida, elas compartilharam do tempo das greves de dentro de uma escola que era considerada conservadora, zelosa dos valores morais e defensora de um certo *status quo*, como filhas de funcionários públicos, militares, e empresários.

A escolha das entrevistadas ocorreu a partir de uma teia de relações que se estabeleceu entre mim, as professoras e o Instituto de Educação. Seis das oito entrevistadas faziam parte da área de Estudos Sociais. Fiz parte desta equipe desde que ingressei na escola em 1983. Naquele ano, não poderia imaginar que entre nós se estabeleceria uma rede afetiva por tantos anos, elas tiveram suas memórias comigo por um período de mais de quinze anos e ainda hoje continuamos em contato. Assim, fui a *última* professora a entrar naquele grupo de Estudos Sociais já constituído, que possuía entre si muitas afinidades, afetos, respeito, constituindo-se assim numa boa amizade.

As outras duas entrevistadas, Hortência e Violeta, não pertenciam ao grupo de trabalho em Estudos Sociais, Hortência vinculada à área das Artes do Instituto de Educação e Violeta ligada à área da Pedagogia e Supervisão Escolar e coordenação pedagógica do Curso Normal.

Apenas uma das entrevistadas, Jasmim, deixou o magistério em 1991 para assumir uma outra função pública. Antes disso, fez parte do comando de greve e da diretoria do CPERS, na gestão de Maria Augusta Feldman. Sempre ligada a uma carreira política, chegou à Secretária de Educação (2007-2010) do Rio Grande do Sul, durante o governo de Ieda Crusius (PSDB).

Minhas memórias caminham juntas com as lembranças das professoras entrevistadas, elas são o foco desse trabalho de pesquisa. Enigmáticas, as memórias nos acompanham criadas e recriadas, a cada ato de rememorar, no presente. Vestígios do passado, as memórias podem ser evocadas a partir de fotografias das greves, das passeatas, das barracas montadas na Praça da Matriz, de um crachá de identificação como professora grevista. Professoras como que *personagens comuns*, têm alguns instantes de suas vidas focalizados, momentos que seriam raramente visitados pela história, “a não ser que um dia decidam se unir em massa e construir aquilo que mais tarde se chamará história” (FARGE, 2009, p.14).

Antes de analisar o que disseram, cabe destacar o propósito da pesquisa de reconstruir fragmentos da história por meio das memórias dessas professoras que viveram intensamente aqueles momentos, nas passeatas luminosas, dormindo nas barracas nas noites frias e chuvosas de inverno, elas sabiam que não deveriam deixar o acampamento, pois corria-se o risco de ser destruído. Entende-se que havia um forte compromisso assumido no coletivo. Lotavam ginásios e estádios, garantindo, com sua participação, os destinos das greves. Na sequência, apresenta-se um pouco do percurso do desenvolvimento das entrevistas, que permitiram a produção das fontes orais da pesquisa.

5.2 As entrevistas

As primeiras entrevistas foram realizadas ainda em no ano de 2014. Procurei as entrevistadas, expus a proposta de pesquisa e perguntei se estariam dispostas a participar. As duas professoras procuradas foram Camélia e Lilian. Elaborei o primeiro grupo de perguntas para compor o roteiro e fui até a casa delas.

A escolha inicial foi realizada por proximidades e afetividades. A primeira entrevistada foi uma colega com quem trabalhei por muito tempo, na mesma série, desenvolvendo os mesmos conteúdos, elaborávamos juntas as aulas e planos de estudo. Tínhamos o que se chamava na época *classes paralelas*. Da mesma forma, a segunda entrevistada, além de morar próxima ao meu bairro, também havia trabalhado em algumas séries comigo.

Em 2015 fiz novos contatos com as entrevistadas, foram por telefone, expliquei o objetivo da pesquisa e perguntei sobre sua disponibilidade em participar. Todas se mostraram favoráveis, marcamos um local da preferência da narradora, escolheram suas casas. Desloquei-me até os endereços para cada entrevista, em boa parte delas já conhecia a casa, pois já havia estado lá em outras oportunidades. Sempre bem recebida, tratava de tornar aquele momento com a máxima descontração possível, pois notei que ficaram muito receosas por talvez não saberem responder o que eu perguntaria. Pode-se dizer que há um constrangimento quando se tratam de depoimentos, lembranças e relatos de nossas vidas. Não apenas porque nos envolvem, mas também porque envolvem outras pessoas, e, neste caso, posições políticas e sindicais. Afinal, foram mais de vinte anos de greves após um longo período de cerceamento de liberdade, de opinião e participação política.

Passado o primeiro momento da chegada, conversávamos e só então apresentava o roteiro e as fotos, às vezes iniciava por um, às vezes por outro. A partir daí, indagava o que se lembrava daquele período de greves. Usei como cabeçalho do roteiro a ideia de Alistair Thomsom (2001), no sentido de dar um ponto de partida para o reencontro daquelas memórias, afirmando que elas são compostas para dar sentido à nossa vida passada e presente. Mas creio que já no telefonema, fazendo o convite para a entrevista, muitas começavam o exercício de rememorar, pois, ao chegar às residências das entrevistadas, era recebida com materiais produzidos no período das greves que haviam sido guardados por algumas delas ou livros que haviam sido escritos sobre o período em questão.

Senti-me, assim, muito acolhida. Ao chegar à casa, já estava sobre a mesa ou sofá verdadeiras relíquias, guardadas pelas professoras, objetos, escritos e fotos que representam aquele tempo vivido. E mais ainda, materiais que, ao findar a entrevista, foram gentilmente ofertados a mim para auxiliar na pesquisa, o arquivo pessoal de cada uma delas.

As entrevistas refletiram para mim as personalidades de cada uma das narradoras. Algumas um pouco distraídas, sem precisar muito suas informações me levavam a pensar em interferir nas suas falas, afinal nossas memórias eram comuns e eu me perguntava: *Como ela não se lembra das punições?* Mas também me encantava e emocionava quando elas contavam situações que eu não sabia ou não lembrava. Como, por exemplo, os episódios relacionados à greve de 1987 e as dificuldades em dormir na Praça e a invasão da SEC. Também rimos muito quando a colega entrevistada rememorou que havia uma combinação entre algumas grevistas de punir o Governador Pedro Simon (1986/1990), que possuía uma loja familiar, de nunca mais comprar na loja dele!

De maneira geral as entrevistadas lembraram de episódios coletivos, mobilizações para reivindicar verbas para as escolas, manifestações de apoio dos pais de alunos e dos próprios alunos, o não cumprimento das promessas dos governos eleitos, a confecção dos materiais para levar nas passeatas e assembleias, o reconhecimento da comunidade ao movimento dos professores. Como lembrou Hortência, referindo-se à greve de 1987 “a passeata luminosa foi Maravilhosa!” (entrevista em 2015).

Entretanto, nem todas as entrevistas foram assim. Notadamente, houve uma em que a depoente valorizou muito mais sua própria trajetória, do que as vivências do coletivo. Foi o caso de Jasmim que, no período das greves, tornou-se uma liderança sindical, aproximando-se dos meandros da política sindical e dos bastidores políticos. Seguiu nessa trajetória ao compor para a chapa majoritária para eleição do CPERS na década de 1990. Paralelamente, realizou

concurso para funcionária federal, em Brasília, em cargo ligado à educação, o que a distanciou significativamente da escola como da sala de aula.

Nossas memórias não são espontâneas, precisam ser estimuladas para tentar transformar aquilo que estavam no esquecimento em possível lembrança. Assim, para além do roteiro, escolhi iniciar as entrevistas, apresentando às narradoras essas fotos que foram utilizadas como evocadoras de memórias:

Foto n.1



Fonte: <http://www.3c.arq.br/> 3C Arquitetura e Urbanismo - IE 1937

Foto n.2



Crédito: Reprodução - Greve de 1979

Fonte: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/fotos/greve-chega-ao-dia-500-15487.html>

Foto n.3



Fonte: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/fotos/greve-chega-ao-dia-500-15487.html>

Professores em frente ao Palácio Piratini – Crédito: Marconi Matos Greve de 1987

Foto n.4



Fonte: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/fotos/greve-chega-ao-dia-500-154>

Crédito: Damião Ribas - Greve de 1982. ZH

A primeira foto apresenta o Instituto de Educação, afinal é lá o lócus da pesquisa. A imagem representa a monumentalidade da Escola Normal do Rio Grande do Sul, que, em

1937, transferiu-se para aquele prédio grandioso concedido pelo Estado. Chama a atenção as colunas gregas da edificação e as estudantes com seu clássico uniforme da Normalista da década de 1950. A foto identifica o prédio monumental construído da década de 1930 para a grande Exposição de 1935 do Centenário da Revolução Farroupilha e entregue à Escola Normal em 1937 que se tornaria a *sala de visitas do Estado*.

A foto que se segue (foto 02) foi publicada no jornal Zero Hora – Greve de 1979 - representa a decretação da primeira greve de professores ainda no final da ditadura civil-militar em 1979. Foi apresentada como evocador de memória por ser o símbolo de um movimento que rompeu com a imagem da *professorinha* dando lugar a uma tomada de posição da professora que está se sindicalizando.

A terceira foto é um símbolo da famosa greve dos 96 dias, em 1987. Greve do acampamento na Praça da Matriz em frente ao Palácio Piratini. Ela foi um forte evocador, uma vez que várias narradoras tiveram participação e trouxeram suas memórias em relação a esse momento, inclusive acamparam na Praça ou contribuíram fazendo merendas para vender e colaborar com o fundo de greve para manutenção do acampamento.

Outro importante estímulo de memória foi a foto que retrata o ambiente dentro do Gigantinho, local em que muitas vezes ocorreram as assembleias do magistério (foto 04). Habitualmente ao fim de cada assembleia, as professoras saíam em passeata até o Palácio Piratini, cantando e acompanhadas por um carro de som.

Pude observar que a foto da escola, assim como a das greves, provocou, entre as narradoras, manifestações de saudosismo e foram acompanhadas daquele “Ah! Que lindo!” ou “Sim, lembro desta greve!” Eu também me senti emocionada com aquelas fotos. E as escolhi por avaliar que causariam o mesmo impacto nelas que causaram em mim, um despertar de emoções de quem participou de momentos semelhantes aqueles. Como no caso da foto da assembleia que decretou a paralisação de 1979, a primeira greve possível já ocorria em momentos de abertura política. A maioria delas se identificou como participante daquela história e as lembranças começavam a emergir com depoimentos daquele momento.

A apresentação dessas imagens provocou muitas recordações às entrevistadas. Vinham acompanhadas de olhares curiosos e saudosos. As fotos vieram acompanhadas de falas como o “Instituto sempre participava”, mas também, “o Instituto era muito conservador e me arrancava os cabelos”, ou ainda, “as greves foram perdendo o entusiasmo”; “a primeira greve nos pegou de surpresa a gente ficou em choque”, “os locais de greves sempre ficavam lotados, hoje não é mais assim...”.

Uma situação sempre um pouco constrangedora é a apresentação do gravador quando se pede a permissão para usá-lo. Todas foram favoráveis, mas em algumas situações mais delicadas perguntavam “está gravando?”. Violeta abaixava o tom da voz quando julgava estar falando algo mais comprometedor. De modo geral, posso dizer que as entrevistas transcorreram num clima de emoção, colaboração e de alegria, tanto pela parte das entrevistadas como de minha parte. Procurei ser discreta nas opiniões e deixá-las o mais à vontade possível para que fluísse o pensamento, evitando qualquer contratempo. Como afirma Almeida “o pensamento não é algo que se possa disciplinar, ao contrário é indócil, viaja no tempo e no espaço em uma velocidade acelerada” (2007, p.75).

No transcorrer das conversas, me socorri também de anotações, além do gravador. Nesse sentido, pude registrar quando ocorreram silêncios, impressões que poderiam ser por mim esquecidas, como uma entonação de voz, expressões faciais, modo de falar, interrupções, ou mesmo emoções. Thomson (2001) salienta que as anotações são importantes no decorrer da entrevista para registrar certas expressões faciais, movimentos corporais, o modo de falar, de calar... Tudo isso é revelador de emoções trazidas da memória que não percebemos apenas no momento das transcrições.

Quanto ao tempo, houve entrevistas longas, mas a maioria teve mais ou menos o mesmo tempo de duração, um pouco mais de uma hora. Camélia, muito distraída durante a conversa, se envolvia com a casa, foi interrompida diversas vezes por familiares e isso a dispersou algumas vezes do assunto. Mas a maioria dedicou-se fielmente ao tema proposto, procurando concentrar-se exclusivamente naquele momento. Inclusive, algumas delas, anteriormente ao dia de entrevista buscaram objetos produzidos nas reuniões grevistas, como o crachá de professora grevista, álbum da grave, diário particular onde foram feitos registros sobre algum episódio grevista. Além destes, o livro “A Luta dos Professores Gaúchos” (1992), que trata sobre o contexto político e social no período das paralisações e fotos das barracas na Praça da Matriz sob o ângulo de uma professora de artes.

Pode-se dizer que esses objetos guardados pelas professoras são testemunhos de uma época vivida, eles são “objetos biográficos” que trazem como marca algo de singular de quem os possui (Bosi. 2003). São aqueles pertences que tornam o nosso mundo mais acolhedor, nos identificam e deixam fora os sentimentos de hostilidade. Bosi nos fala que esses objetos envelhecem conosco, mas, neste caso específico, percebi o quanto foi do agrado das entrevistadas trazer para nosso encontro aquilo que possuíam do tempo das greves e, mais ainda, ofereceram para mim, para que eu trouxesse comigo, e, se possível os tornasse

ao público.

Minha expectativa foi em grande parte atendida, as narradoras estavam dispostas a rememorar o assunto e creio até que acabaram se envolvendo naquele clima de lembranças, disponibilizando suas memórias de maneira afetiva. Às vezes, se perguntavam “Era assim? Se bem me lembro?” Ou ainda, “Isso não lembro bem!” ou “Esqueci aquele nome!” Quando expliquei a proposta da pesquisa, fiz questão de evidenciar que não havia o certo ou errado, mas que o estudo busca memórias e não *a verdade*. Bosi (2003) nos fala que a riqueza da História Oral está em não ser unilateral, mas em trazer pontos de vista contraditórios ou, pelo menos, distintos entre si.

Junto com as fotos, mostrei o roteiro com as questões disparadoras para o desenrolar da conversa. Foi importante apresentar o roteiro para que tivessem conhecimento dos temas que seriam abordados.

Roteiro das entrevistas – Parte I

Dados de identificação

Nome

Formação

Idade

Tempo de magistério

Tempo de atuação no IE

Atividades desenvolvidas no IE

Atividades desenvolvidas antes e/ou simultâneas ao trabalho no IE

As questões a seguir referem-se a um marcador temporal entre 1979 a 1997, aproximadamente. Portanto, duas décadas de greves e de intensa atividade sindical num contexto nacional marcado por um Brasil que reconstruía a democracia após vinte anos de ditadura civil-militar.

Parte II

- Participou de alguma forma das greves do magistério desse período histórico?
- Qual a forma de envolvimento? Comando de greve? Reuniões na escola e fora dela – na Praça da Matriz? Passeatas? Confeccionando material? Assembleias? Outras formas?
- O que se lembra das reivindicações? De acordo com teu entendimento houve conquistas?
- E os governos? As lideranças?

- A atuação do CPERS? Lideranças de professores?
- Lembra o papel da imprensa?
- Havia colegas que não se envolviam de modo algum nas greves? Que comportamentos eram mais frequentes?
- Recordas de alguma greve em que a categoria alcançou seus objetivos?
- Recordas de penalidades sofridas pelos professores grevistas?
- Como as greves repercutiam na comunidade escolar e na sociedade como um todo?
- E as direções da escola como se comportavam?
- Como ficava a recuperação das aulas?
- Poderias acrescentar mais algumas lembranças que para ti são significativas? Tanto no que se refere ao caráter pessoal como de maneira geral.

Aqui se apresentou um pouco dos caminhos que promoveram o desenvolvimento das entrevistas. Procurei pormenorizar o evento da entrevista, refletindo acerca de suas particularidades. A seguir, é chegado o momento em que essas mulheres, professoras, tomam a palavra e narram o que lembram das sucessivas greves que começam em 1979 e se estendem por muitos anos.

5.3 O que dizem as professoras sobre as greves

As entrevistas constituíram-se numa riqueza de reminiscências. As professoras rememoraram fatos engraçados, às vezes nem tanto, mas de maneira geral com detalhes sobre os episódios daqueles dias, alguns deles dias pesados pela tensão do inesperado, da incerteza. Segundo algumas narradoras, a jornada de trabalho no período de greves era cansativa, pois se desdobrava em muitas outras atividades, como confecções de materiais, participação em reuniões, assembleias e passeatas e, naquele ambiente, as perspectivas profissionais estavam indefinidas, pois não se sabia o que iria acontecer no dia seguinte, se teriam alguma punição que implicasse diretamente em sua vida funcional, como faltas não justificadas ou corte de ponto. Entretanto, naquele clima de ansiedade, havia um lugar de refúgio que propiciava a troca de ideias, esse lugar era a sala dos professores.

O desafio que se colocou foi no sentido de entender o que elas disseram, agrupar suas falas e garantir uma coerência na análise. Como reconhecer nas expressões, gestos, olhares, dúvidas os sentimentos dessas professoras em greve? Como reagiam às manchetes dos jornais, muitas vezes nada favoráveis ao movimento grevistas? Procurei construir categorias de análise, tendo

como referência palavras extraídas das próprias docentes. Assim, primeiramente, o eixo intitulado “Tempos de parar: A gente não sabia o que fazer, não sabia fazer greve!” que reflete sobre os primeiros impactos das greves a partir de 1979. Depois, o eixo “Esse foi o maior ganho, a vivência democrática”, que repercute a greve de 1987, segundo as narrativas das professoras, e a seguir os possíveis ganhos e perdas acumuladas durante os muitos anos de greve.

5.3.1 Tempos de parar: “A gente não sabia o que fazer, não sabia fazer greve!”.

Segundo a professora Hortência (2015), 1979 foi “emblemático” por ter sido o ano da primeira greve do magistério no Rio Grande do Sul. Ela ainda não trabalhava no Instituto nesta época, mas em outra escola pública, onde *aprendeu a ser professora*. E sobre a deflagração da greve, assim avalia:

A gente não sabia o que fazer, porque quem tinha experiência de greve era como estudante e não profissional. Terminada a assembleia e decretada a greve voltamos para a escola... E nesse meio tempo apareceram lá as professoras do Instituto de Educação, para nos dar força e a gente morria de rir, por que quem elas pensam que são? Quem são essas pessoas? E aquilo criou certa animosidade, houve até certa briga... As da minha escola chamavam as do Instituto de “burguesas” (Hortência, entrevista em 2015).

Como entender a fala de Hortência? Ela expressa sentimentos de insegurança quanto à decretação da greve e demonstra uma certa indignação quanto à interferência de outras professoras de uma escola com maior reconhecimento social. Lembra-se do “ar de superioridade” que corria a fama das professoras do IE. Essas foram memórias que emergiram ao ser provocada a lembrar da greve de 1979.

Lembrando-se daquela primeira greve, Flora (2015) relata que “o Instituto carregava toda uma tradição, uma história, mas esta primeira greve nos pegou de surpresa, a gente ficou em choque!”

Margarida (2015) reforça o sentimento de surpresa e temor, diante de algo muito diferente, em tempos de fim de ditadura civil militar no país. Em suas palavras:

Desde a primeira reunião nos Caixeiros⁵⁶ a gente tinha muito medo, falávamos em garantia de assinar o ponto. A gente não sabia o que era fazer greve! Foi uma grande surpresa aquela assembleia! Estava quente naquele dia e a gente teve aula normal na escola, ou melhor, tivemos aula, mas as aulas foram suspensas para podermos ir para assembleia. Fomos a pé, pois o local no Clube Caixeiros era relativamente próximo à escola. Nunca havia participado de algo assim! E o próprio Zaneti⁵⁷ era desconhecido, foi à primeira vez que eu o vi e quem sabe o Rio Grande inteiro. Ficamos surpresas pela decretação da greve! Aquele clima da assembleia! A greve! Era tudo novo! (entrevista em 2015)

A maioria das professoras entrevistadas participaram da primeira greve de 1979. Não somente as que já estavam no Instituto naquele ano, mas as de outras escolas públicas. Violeta relata que já era concursada nesta época, mas por razões familiares, só assumiu seu cargo em 1981 quando fez a primeira greve como professora da escola pública. Perguntada sobre a participação na greve de 1979, Margarida afirmou:

Não sei se era por que vínhamos da ditadura e não podíamos falar nada então queríamos falar tudo... Cantávamos, fazíamos discursos, brigas paralelas – mas sem ressentimentos entre nós. Mas eu participei desde a primeira greve! Não atuei em comando de greve, mas participei em todas as atividades: reuniões, fazendo cartazes, elaborando faixas, indo para Praça, todas as passeatas e ainda ia para casa de colegas no sábado à tarde pensar estratégias de greve. Numa dessas reuniões elaboramos um informativo para a população e colocamos como encarte num jornal. (entrevista em 2015)

Esta fala de Margarida representa o sentimento de muitas naqueles tempos de redemocratização e final da ditadura civil-militar (1964-1985). Havia um forte desejo de participação e busca pelo engajamento social naquela sociedade que se construía.

Tento avaliar, a partir dessas narrativas, a turbulência de sentimentos vivenciados pelas professoras. Pude perceber que muitas delas não imaginavam que a greve de 1979 fosse deflagrada. Por um lado, sabiam da situação difícil do magistério, de suas reivindicações salariais, sendo informadas pela imprensa e pelos discursos que circulavam dentro da escola. Por outro lado, uma greve parecia algo impensável, da ordem do imponderável. Nesse sentido, as palavras de Dália justificam *a surpresa*: "Depois que votamos pela greve, eu estava tão estarecida que olhei para minha colega e perguntei: o que a gente ia fazer?" (entrevista em 2015). A greve de 1979 foi algo inusitado, e parece ter desequilibrado aquelas professoras. Esta concretude da greve era algo totalmente novo em uma sociedade que engatinhava democraticamente. Ela complementa dizendo que "aquele ineditismo foi seu sucesso!" (entrevista em 2015)

⁵⁶ Clube Caixeiros Viajantes na Rua D. Laura em Porto Alegre, RS.

⁵⁷ Hermes Zanetti foi presidente do CPERS nos anos de 1978-1979. Além disso, dirigiu a Confederação dos Professores do Brasil e também foi deputado federal.

São interessantes essas expressões ao referirem-se à greve de 1979, “tão inédita”, “foi uma surpresa” ou ainda “não sabíamos fazer greve”, considerando que já havia um clima de greves pelo país, por exemplo, as mobilizações do ABC paulista e outras greves de professores em São Paulo.

Proponho aqui um questionamento: será que todo aquele clima de retomada democrática ainda passava longe do cotidiano das professoras entrevistadas? Será que ainda se surpreendiam com encaminhamentos e decisões do CPERS por não acompanharem efetivamente a pauta de reivindicações? Por que teriam ficado tão surpresas com uma decisão que bem provavelmente já estava sendo veiculada pelo Centro de Professores e que representava a própria realidade de arrocho salarial? Ou será que boa parte dos sujeitos da pesquisa não sentiam este arrocho por ter uma situação financeira familiar confortável?

Nesse clima de agitação entre as professoras, foi difícil para muitas, após a assembleia, o retorno para a escola, na condição de grevistas. Dália (2015) relembra a conversa que teve com uma colega imediatamente após o início da greve de 1979:

E como voltar para o Instituto? [...] Perguntei a ela: o que vamos fazer? Ela respondeu: vamos tocar para a frente e ver o que acontece. A sensação era de que tinham me mandado atirar de um edifício de cabeça para baixo. Foi uma coisa tão inédita, mas tão inédita que acho que o ineditismo dela é que deu o sucesso, o compasso inicial! Cada dia a gente planejava como ia fazer! (entrevista em 2015)

É possível entender a dificuldade de Dália e de tantas outras em retornar para a escola após a deflagração, considerando aquela temporalidade, o contexto da ditadura civil-militar e a condição das mulheres. Além disso, estamos falando de uma escola tradicional, muito visada na sociedade, que enfrentava uma situação inusitada de professoras que não estavam dando aula.

Flora (2015) expôs sua preocupação com o apoio dos pais de alunos, havia receio de rejeição. Ela lembra que o retorno para a escola implicou em receber a comunidade para dar explicações e convencê-la da importância de sua contribuição para a legitimidade do movimento. Com relação ao apoio de pais e alunos nas outras greves, a maioria das entrevistadas respondeu positivamente, ou seja, que houve aprovação de pais e alunos. Flora lembra ainda que houve a formação de uma comissão de pais em favor das professoras grevistas. O pavilhão e/ou auditório do IE eram cedidos para reuniões de mobilização comunitária. Segundo as entrevistadas, havia um bom diálogo entre a escola grevista e os pais, conforme os depoimentos.

Pelo menos neste primeiro momento, observei que havia entre as professoras uma sensação de que a maioria da sociedade envolvida nas greves era apoiadora. Como diz Flora (2015): “o pavilhão lotava! Totalmente a favor!” Mas muito provavelmente lotava de pais que apoiavam e os que não apoiavam não compareciam ou até evitavam ir à escola. Seria para muitas entrevistadas um “pavilhão cheio de pais” uma maneira de sentir-se legitimada quanto à decisão de paralisar? Ao que tudo indica a resposta da sociedade favorável ao movimento grevista auxiliou muito as professoras naqueles momentos de incerteza e insegurança.

Flora (2015) considera a primeira greve como "a mais autêntica" e prossegue:

Era de acreditar, ter entusiasmo, entregar a cabeça e o coração! Era saber que estávamos lutando por uma causa nossa! Pela nossa escola! Eu nunca fiz conta para ver o quanto ia ganhar! Eu acho que ninguém fazia conta! Houve uma reunião muito grande! Lotou o auditório do IE. Todo mundo se envolveu quando viu que era para valer! Claro que as do comando trabalham mais! Mas todos queriam falar. Combinamos de fazer um comunicado aos pais, fomos às onze horas da noite para à Zero Hora saber quanto custaria e caímos duras com o valor, mas resolvemos que se todo mundo contribuísse conseguiríamos. Passamos o chapéu no dia seguinte, e saiu uma carta muito bonita! Depois da carta houve grande apoio dos pais! Eu não sei se era ingenuidade da gente, ou se era assim que funcionava. Não tinha este contexto político de hoje, mas era o entusiasmo que brotava nas pessoas. Era muito emocionante dava uns frios na barriga, mas o grupo dava suporte. Eu cumpria meu horário na escola rigorosamente (entrevista em 2015).

A fala de Dália é reveladora de algumas situações. Uma delas é a questão salarial, será que ninguém ao fazer greve pensava na questão salarial? Será que realmente, como ela diz ninguém fazia conta do que iria ganhar? Também revela o quanto às professoras se uniam e “passavam o chapéu” (2015) por uma causa comum, a obtenção de fundos para uma ação, para a publicação de uma carta. Ela deixava transparecer em sua fala muito entusiasmo como se estivesse vivenciando novamente aqueles dias. Lembrou o fato de que cumpria rigorosamente seu horário, pretenderia ser uma afirmativa de compromisso com a greve?

Pude observar que as narradoras conseguiram precisar temporalmente duas greves: 1979 e 1987. Entretanto, foram muitas outras que se misturaram nas memórias de todas elas, entre os anos de 1980 e 1990. Ao conversar com professoras que vivenciaram, no ano de 1979 e nas décadas de 1980/1990, as greves do magistério no RS, encontram-se nas suas narrativas e na dinâmica da vida pessoal os atravessamentos da memória coletiva. Nossas lembranças, portanto, permanecem coletivas. Sempre temos conosco e em nós uma quantidade de pessoas, e essas pessoas tiveram lembranças em comum comigo. De acordo com Halbwachs:

É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros... nossas lembranças permanecem coletivas, elas nos são lembranças pelos outros (2004, p.39).

E quais os sentimentos que ficaram após o término de cada greve? Flora e Hortência lembram que ficavam muito cansadas. Tinham muitas atividades e a tensão era grande, pois faziam parte do comando de greve. Relatam o quanto era fatigante ir ao CPERS diariamente, principalmente quando as paralisações se estendiam isso provocava um desgaste pela quantidade de dias sem trabalhar, com aulas a serem recuperadas.

Os relatos anteriores estão todos relacionados à greve de 1979, que, nas palavras das professoras foi “impactante”, “inusitada”, “não sabíamos o que fazer”. Há uma consonância lógica nestas lembranças, foram fortes para essas mulheres e marcaram um tempo de mudanças.

Procurando entender o significado de 1979, questiono: Foram elas professoras do seu tempo? Muito provavelmente, sim. Embora educadas ainda em uma escola tradicional e vivendo em um momento de transição, mas ainda conservador, elas fizeram questão de participar do movimento grevista. Como coadjuvantes ou lideranças, sentiram-se parte daquela história ou, como diz Violeta (2015), “fazendo a História”. Mas, provavelmente, não eram decisões fáceis. De acordo com alguns relatos, havia conflitos entre as professoras, fortes divergências de opinião, muitas discussões entre as que aderiam e as que não aderiam. Várias situações envolvendo disputas ocorriam, um exemplo é o fato de muitas delas terem seus filhos como alunos do Instituto de Educação. Colocava-se uma questão delicada em que estavam implicados dois lugares de sujeito, professora grevista e mãe de aluno. Quem ficaria com as crianças durante a paralisação?

O movimento grevista cresceu a partir de 1979. Conforme demonstrado no quadro n.1 (página 54,55), as greves ocorreram praticamente em intervalos de um ano e meio a dois anos na década de 1980, às vezes em períodos menores ou um pouco maiores e sua durabilidade variava entre 20 dias, 50 dias ou até culminar com a greve dos 96 dias.

Sobre o início das greves na década de 1980, Flora fala de um sentimento solidário em relação a uma colega muito próxima:

Eu tinha uma pessoa que me servia de exemplo, uma colega, que era separada, sustentava dois filhos e trabalhava em duas escolas, tinha uma vida pessoal atribulada e fazia um trabalho primoroso na escola! Tinha total dedicação, mas ganhava aquela droga de dinheiro – muitas vezes eu ligava para ela a meia noite e ela estava no tanque lavando roupa! Então eu brigava muito mais por ela do que por mim, afinal eu me sentia privilegiada porque morava com minha mãe e o que eu ganhava era para mim, pois eu tinha casa e comida e não tinha família para sustentar (entrevista em 2015).

A partir deste relato, é possível perceber as duas professoras, o momento da transição daquela que vinha de uma situação confortável econômica e socialmente e da que era uma *trabalhadora em educação*. Duas mulheres que conviviam, dividiam o mesmo espaço de trabalho, as mesmas convicções em relação à greve, mas viviam realidades bem diferentes. Para uma, o salário era pouco, mas não representava a sobrevivência, pois vinha de família com recursos, de boa posição social. Para a outra o ganho salarial era fundamental que garantia a sustentação da família. Esta *trabalhadora* representa a nova professora que vai à greve, é o novo perfil da professora. Ela conta com a solidariedade da colega que compartilha a mesma escola, e ambas acreditam que uma educação melhor passa por um salário digno.

Este sentimento solidário promoveu que essas mulheres, apesar de suas diferenças, se unissem em prol de uma causa que era de todas. A realidade da greve era cara e precisava fundos financeiros para ser mantida. Os relatos indicam que era necessário “fazer fundo de greve”, “juntar dinheiro para pôr gasolina e ir a escolas distantes conversar com professores que ameaçavam sair da greve” (entrevista com Dália, 2015).

O sentimento de causa comum era acrescido das trocas cotidianas, como as que aconteciam na Praça, “o acampamento da Praça era uma festa, compartilhávamos almoço, comíamos juntos galinha com farofa” (entrevista com Hortência, 2015). “Eu fazia doces para vender na Praça e ajudar nas despesas da greve, passamos o chapéu para pagar uma nota na Zero Hora”, explica Dália (2015). Essas falas demonstram o quanto era dispendioso manter a greve na qual se engajaram e, para isso, era necessário a convivência com o outro ao seu lado. Era um novo aprendizado para aquela *nova professora* na sociedade do trabalho que começava a compreender as implicações de uma greve.

Outro assunto abordado nas entrevistas foi às reivindicações de cada greve. Uma delas refere-se à eleição de Diretores, tema que sempre esteve em pauta, embora a eleição já ocorresse no Instituto de Educação e no Colégio Júlio de Castilhos, era também um desejo de todas as escolas. Nessas duas escolas, os diretores eram escolhidos em lista tríplice. Essa foi uma conquista da greve de 1985 (ver quadro p. 53) as narradoras manifestam o temor que tinham diante de possíveis retaliações por parte do governo. Assim, Margarida expõe:

Lembro-me de uma diretora que deixou a direção do Instituto de Educação por não poder deixar os professores assinarem o ponto, ordem da Secretaria de Educação, então preferiu deixar o cargo. Veio uma interventora para substituí-la e nós a recebemos de costas no saguão do IE! Mas não tenho claro o nome dela... Ah! Minha memória não está tão boa assim... Estou me lembrando salteado... (entrevista em 2015)

Esta preocupação de Margarida revela que havia toda uma carreira pública em jogo numa greve. O não assinar o ponto era considerado falta grave. De acordo com os depoimentos, havia uma pessoa, professora do Instituto, encarregada de recolher a assinatura do ponto para cada grau ensino, era a primeira coisa que se fazia ao entrar na escola.

Sobre esse tema, houve um episódio durante a greve de 1980 que marcou o IE e foi lembrado por algumas das entrevistadas, a deposição da Diretora⁵⁸. Dália, embora de forma um pouco confusa, diz:

Lembro que ela falava bem, tinha postura forte, muito colaboradora, segurou as pontas, era muito forte. Acho que foi por isso que a colocaram para fora. O governo disse que havia Diretores que não eram de confiança – não sei se referindo a ela, mas respondeu: Se nós não somos de confiança a recíproca também é verdadeira! Foi um episódio para não esquecer! (entrevista em 2015)

De acordo com Margarida, essa Diretora do Instituto foi substituída por uma pessoa de confiança do governo, que não foi aceita na escola, "nós recebemos ela de costas no saguão do IE" (entrevista em 2015).

Foto 05⁵⁹



Acervo particular da prof. Violeta

Essa situação da deposição da Diretora clarifica um pouco o significado do Instituto de Educação frente ao governo e à SEC. Era uma situação de manutenção de sua posição de

⁵⁸ O nome da Diretora era Marília Fay de Azambuja.

⁵⁹ A reportagem reflete a posição de uma professora que no cargo de direção opta por permanecer ao lado das professoras, ela diz: "o magistério não poderia ficar insensível às mudanças que estão ocorrendo em vários setores sociais. Sou de outra geração e fui educada para a obediência [...] responsabilidade. Mas ninguém pode ser responsável sem ser solidário com a classe que representa".

escola *modelo*. É bem provável que as professoras do IE tenham entendido como uma afronta à autonomia de uma instituição de ensino que estava acostumada a ter prerrogativas como a escolha de Diretoras. Hortência (2015) menciona o quanto esta distinção do IE por ter direitos que as outras escolas não tinham repercutia mal. Ela diz: “quando estava em outra escola e se mencionava alguma situação que acontecia no IE às colegas diziam: quem elas pensam que são”?

Outras lembranças emergiram nas entrevistas. Em uma delas, um diário íntimo foi apresentado e se constituiu em um evocador de memórias. Violeta mostrou este diário com certo orgulho, de quem guarda memórias de vida com muito zelo, memórias que acabaram somando-se às memórias das outras entrevistadas. Em um determinado momento da entrevista, ela leu uma página do diário, provavelmente, porque considerou importante e, em seguida, guardou-o. Em sua leitura ela diz:

Ontem reunimos mais de 40 mil professores do Estado para dizer não à proposta do governo, fizemos uma passeata gigante, bonita e emocionante – desde o Gigante da Beira Rio até o Palácio do Governo, só que o governador Jair Soares não se emociona. Ele não quer ceder e diz que nós é que não cedemos, tenho aprendido muito nesses dias, eu achava tudo aquilo uma aula. (entrevista em 2015)

Compartilhando memórias, Dália também rememora uma assembleia e usa a palavra “grandona” onde o Instituto toma posição diferente e não queria a greve:

Nossa posição era Diga Não à continuidade da greve! Diferente das outras escolas, nós consideramos que até aquele ponto nós tínhamos conseguido o que queríamos. Mas o grosso do magistério queria continuar. Colocaram-me para falar, ninguém queria ir defender o NÃO e eu fui – abaixo de vaia. Olhei para cima e aquele Gigantinho me vaiando... E eu dizia assim: O Instituto diz NÃO⁶⁰ e vinha a vai e eu continuava lendo nossa proposta. Foi inesquecível. O que eu disse não me lembro, mas sei que li até o fim! (entrevista em 2015, grifos de acordo com a entonação de voz utilizada pela narradora).

Esse episódio também foi lembrado por Flora, “lembro uma vez que uma colega foi ler na grande assembleia uma proposta que tínhamos feito dentro do IE – Por que sair da greve? E foi muito vaiada” (2015).

Certamente esse foi um episódio muito marcante para as professoras entrevistadas. Tirar uma proposta na escola de enfrentar uma assembleia do CPERS em período de greve e com uma decisão contrária? Foi um momento rememorado por várias delas, inclusive pela autora da fala no estádio de futebol.

⁶⁰ Grifo da professora Dália.

O aprendizado estava apenas em andamento, a década de 1980 seria de uma sucessão de greves que culminou com os movimentos de 1985 e 1987, marcantes para a categoria pelo entusiasmo, pela criatividade, pelo inusitado, mas não tanto pelas conquistas trabalhistas. Essas questões são discutidas a seguir.

5.3.2 “Esse foi o maior ganho, a vivência democrática”⁶¹

Na continuidade das greves da década de 1980, algumas foram mais longas, notadamente as de 1985 e 1987. Assim como a greve de 1979, estas duas estão muito presentes nas memórias das professoras, embora às vezes tenha percebido que confundiram informações e misturavam fatos, uma vez que diziam “não lembro bem”, ou ainda, “estou lembrando salteado”. Violeta recorda esses períodos da seguinte maneira:

Em 1985, eu e minha filha, então na mesma escola, vivenciamos mais de 50 dias de greve. Eu escrevi em meu diário: minha filha não sabia mais o que inventar para o tempo passar [...] Eu também estou em greve [...] Estamos fazendo história, mas História com letra maiúscula! (entrevista em 2015).

Hortência teve uma participação muito ativa na greve de 1987 e desde o início da entrevista demonstrou grande entusiasmo por esta paralisação em especial. Justifica lembrando como as professoras atuaram com criatividade. Ela traz muitas memórias deste período, narrando da seguinte maneira:

O ano de 1987 foi marcado por uma greve que acredito mexeu com a cabeça das pessoas, do porto-alegrense [...] Aquela zona da Rua Duque de Caxias, do centro, os moradores iam muito para a Praça. Passavam por ali de manhã e de noite, se sentiam seguros na Praça, interagiam com os professores e diziam como é bom vir para a Praça agora que está cheio de gente! Amigos que trabalhavam no Palácio da Justiça, na Casa Civil faziam lanches e refeições ali (entrevista com Hortência em 2015).

Na greve de 1987, Hortência lembra com muita vivacidade da invasão à SEC. E fez questão de contar que participou do episódio e das pichações nos muros da SEC:

⁶¹ Narrativa da entrevistada Hortência (2015)

Fizemos um molde do desenho de uma Sineta e saímos de carro para pichar. Fizemos pichações até de madrugada e na manhã seguinte o muro da SEC estava pichado! Ninguém sabia o que íamos fazer só o comando geral que havia nos financiado o spray (entrevista em 2015).

Rememorando este fato, ela diz “foi nesta greve”. Muito empolgada, deu atenção especial aos momentos que antecederam esta invasão:

Fomos avisadas pelo Comando, vai haver invasão na SEC! Era no centro de Porto Alegre. Mas nesse dia chegamos à escola e ficamos sabendo que o Anexo⁶² ia sair da greve. Aí fui com uma colega que era do PMDB até lá. Pouco conhecia essa colega. Chegamos lá e as professoras choravam. Uma excelente alfabetizadora que não lembro o nome, mas era famosa na escola, chorava copiosamente! Que as crianças estavam longe do carinho dela, que iam sentir saudades dela! Nenhuma falava em educação, que era o projeto de educação que ia ser interrompido, mas eram mães falando de seus filhinhos... Acho que ficamos duas horas conversando e convencendo as professoras. Elas, uma hora se convenciam de ficar e outras diziam que iam voltar ao trabalho e eu enlouquecida, cada vez mais nervosa porque queria estar na SEC, mas não podia. Quando acabou e finalmente elas se convenceram de ficar na greve eu saí voando e descobri que a colega que estava comigo também estava ansiosa para ir para a invasão da SEC. Fomos correndo para ver se ainda dava tempo de participar (entrevista 2015).

O que pensar sobre a fala de Hortência que lembra das colegas que queriam deixar a greve e se colocavam no lugar de “mães falando de seus filhinhos”? Isso demonstra a transição, no final dos anos 1980, entre a concepção da *professorinha* que, aos poucos, assumia uma nova identidade da trabalhadora em educação. Podemos considerar que o fato de terem sido convencidas a permanecer em greve evidencia que a mudança estava em curso e preponderava na tomada de decisão.

Seguindo a narrativa da invasão à SEC, Hortência explica:

Um grupo de pessoas se organizou e ia invadir o prédio da Secretaria de Educação chamando as pessoas que trabalhavam lá a aderir à greve, tenho a impressão que isso foi antes das barracas. Eu queria muito participar deste ato de vanguarda, porque as professoras entraram sem nenhuma resistência e começaram a chamar as colegas para aderir ao movimento. Fui atrás de uma colega que sabia trabalhava lá e que havia dito que não entraria em greve, e realmente ela chorava muito, tremia e fiquei conversando com ela. Ela dizia que tinha medo de perder o emprego, então disse que ela não era obrigada a entrar em greve, mas que eu esperava que ela não boicotasse as demais colegas. Ela disse que não faria isso. Quando saí, tinha um verdadeiro *corredor polonês* e me confundiram [...] e fui sendo bombardeada, quase apanhei (muitos risos) até que alguém me reconheceu e disse que era do comando de greve, e todo mundo com a Sineta! A marca daquela greve (entrevista 2015).

O relato de Hortência carrega grande entusiasmo. Ela se sente uma professora muito participante e militante naquele momento. Fez questão de contar o quanto tudo aquilo foi

⁶² Escola de Aplicação Dinah Neri Pereira, anexa ao Instituto de Educação ainda hoje.

importante, fez diferença e teve um significado para a sociedade porto-alegrense da época. Sobre o acampamento da Praça em 1987, rememora:

Das noites frias de inverno caminhando no acampamento da Praça da Matriz e jantando nas mais diferentes barracas. Era uma festa em cada noite! Havia em torno de 60 barracas. Divididas por escolas, por zonais e núcleos do CPERS do interior. As barracas que representavam núcleos do interior faziam jantas típicas da região de onde vinham, ou lanches típicos! Havia muita alegria, muita esperança naquele acampamento! Isso nos renovava! Mas também havia noites que não dormíamos tirando água das barracas! Era muito cansaço, difícil dormir. Íamos para casa tomar banho, comia mal... (entrevista 2015)

Mas as memórias de 1987 não são apenas de Hortência, a maioria delas tem alguma coisa para contar. Afinal, aquela foi a greve do acampamento na Praça, acampamento carregado de simbolismos, um deles por estar em frente ao Palácio Piratini.

Lilian foi dormir na Praça em 1987, tinha prometido levar os filhos, mas não os levou, pois chovia muito na noite em que foi escalada e lembra: “usávamos os sanitários da Assembleia legislativa, era um transitar a noite inteira de lá para cá! Naquela noite chovia muito e passamos à noite tirando água da barraca” (entrevista 2015).

Sobre este episódio da *vida* na Praça, as professoras têm muitos relatos interessantes e contam com grande alegria e normalmente entre sorrisos. Parece ter sido um desafio participar, mas, ao mesmo tempo, um desafio muito bom.

É claro que elas mostram suas diferentes percepções ao narrarem como se sentiam, mas rememoram esse episódio como um passado que não tem lugar para a tristeza, apenas alegrias.

Ainda sobre o acampamento na Praça Violeta diz:

Eu levava minha filha na Praça para ver seus professores e a primeira vez que ela viu aquilo tudo se emocionou, ela é muito sensível. Fez então um álbum⁶³ com recortes de jornais, desenhos e músicas que ela mesma inventou a favor dos professores, foi algo histórico! Professores altamente mobilizados, organizados em função de reivindicar direitos que o Simon não queria pagar como os 2,5 salários mínimos. A *Sineta* é um símbolo da greve e foi novamente utilizada nessa greve, ao ponto da Praça da Matriz denominar-se naquele período de a Praça da Sineta. (entrevista 2015).

A greve do “acampamento da Praça da Matriz” foi inesquecível para muitas das professoras entrevistadas. Fica claro a partir de suas falas que foram momentos difíceis de esquecer por muitas razões, boas e ruins. Afinal, algumas professoras foram “morar na Praça”

⁶³ O referido álbum foi apresentado e discutido no item 4.2

em frente ao Palácio Piratini, numa atitude inusitada, ousada e ainda contando com o apoio de parte da população, de acordo com suas memórias. Inclusive os próprios alunos iam visitar professoras naquele lugar. Era um ato de resistência, inédito. Hortência (2015) acentua que as professoras do Instituto de Educação tinham “uma certa fama de burguesas” e, mesmo assim, muitas foram para a Praça.

É importante destacar que nas memórias de todas as entrevistadas, sempre entravam nas greves e a escola parava mesmo. É o que nos conta Jasmim:

O Instituto parava nas greves! Lembro-me da sala dos professores cheia. Grande debate: termina não termina a greve? Grandes bate bocas e o pessoal do Instituto participando da zonal, de reuniões do CPERS e se preparando para assembleias. Havia duas posições lá dentro e as reuniões eram muito tensas! Era muito ativa a participação do IE (entrevista 2015).

Esse é um depoimento recorrente, também expresso por Dália: “o Instituto parava! Claro que alguns professores não aderiam, outros viajavam”. A professora traz dois elementos para a análise, a grande maioria de docentes, além de paralisar, comparecia à escola e participava dos movimentos, entretanto havia uma minoria que se dizia grevistas, mas pouco se envolvia com essa questão. A marca mais importante para todas as entrevistadas é que o IE fazia greve e comprometia-se nela! E apesar de haver grupos bem distintos dentro da escola, a escola parava. Dália prossegue em suas memórias:

Havia colegas que não faziam greve, que se justificavam, eu nunca condenei. Pessoas cujos maridos tinham cargos que não podiam perder, ou talvez comprometer. Como esposas de oficiais da Brigada. Porque a gente estava iniciando um movimento e não sabia o que podia acontecer... outras não apareciam e não estavam nem aí...sabiam que alguém estava lutando por elas. Eu acho que esta atitude não comprometia o movimento (entrevista 2015).

Mas havia algo a mais naquelas greves, diz Violeta:

As reuniões acabavam tornando-se reuniões pedagógicas, muitas vezes. Discutíamos educação, chegamos a fazer planos para o final da greve, como mudar o currículo do magistério. Isso foi um ganho de greve! Numa das greves, organizamos a Semana do Magistério que seria quando voltássemos ao trabalho, organizamos até um cronograma naquele evento planejado em tempo de greve. Convidei o pessoal da UFRGS para ir falar para nós, inclusive a Guacira Louro esteve conosco dando palestra para alunas e professores (2015).

Escutar essas narrativas daquelas que engrossaram as fileiras dos movimentos grevistas traz à existência as pessoas comuns que como nos afirma Foucault (2003), "existências destinadas a passar sem deixar rastros"; "as falas breves e estridentes que vão e vêm entre o

poder e as existências as mais essenciais, sem dúvida, são para estas o único monumento que jamais lhes foi concedido; é o que lhes dá, para atravessar o tempo, o pouco de ruído, o breve clarão que traz até nós" (s/p).

Para as entrevistadas, os tempos de greve eram de exaustiva atividade. Suas participações iam desde a confecção de materiais até a venda de produtos para fundo de greve. Margarida lembra que nunca participou do comando de greve, mas se considera muito ativa. Assim recorda:

Ia aos sábado para a casa de colegas confeccionarem material, fazer cartazes, faixas ou combinar estratégias de luta. Também ia para a Praça acompanhar as colegas que estavam lá. Lembro que numa dessas vezes elaboramos um informativo para a população da razão porque estávamos em greve e no fim da tarde fomos pedir para colocar nos jornais. Passei por um jornaleiro ali na Rua Barros Cassal e pedi que ele colocasse o folheto dentro da Zero Hora e entregasse junto com o jornal, era um material mimeografado (entrevista 2015).

Já Flora (2015) lembra que participou do Comando de Greve do IE, no mínimo três vezes, e foi desta maneira, comprometida, que ela fez a entrevista. Sempre levando muito a sério seu depoimento. Ela foi uma das professoras que fez questão de trazer objetos guardados de seus acervos pessoais representativos daquelas greves, como o seu crachá de grevista:

Mas não me considero ativista! Mas as pessoas votavam em mim por causa desse meu jeito de compenetrada, bem mandada! Quando me dão uma tarefa logo vou fazer, levo a sério. Eu ia todos os dias no CPERS na assembleia do núcleo. Tinha o comando geral da greve, cada núcleo do CPERS tinha um comando e cada escola organizava o seu comando. Também acampeei na Praça, tinha que ficar sempre alguém na barraca, pois a Brigada ameaçava derrubar! E nas noites de chuva? Era tirar água de dez em dez minutos para a barraca não encher de água. Mas o lado bom era a festa. As pessoas congregavam, faziam lanche juntas, descontraíamos daquela tensão! Era uma festa! (entrevista 2015)

Tanto Hortência quanto Flora tiveram participação ativa nos comandos da greve, não apenas de 1987, mas em outras paralisações. E compartilham a forte experiência da montagem das barracas na Praça da Matriz. Assim diz Hortência:

Estávamos juntas conversando com outra colega enquanto se prepara em total sigilo a surpresa! As barracas seriam montadas em frente ao Palácio do Governo cercado pela Brigada Militar num abrir e fechar de olhos! Esta combinação havia sido passada pelo comando geral do CPERS, apenas para poucas pessoas, em geral para aqueles professores mais próximos ao Comando e que pertenciam a alguns comandos de escola. Tinham pessoas muito inteligentes para fazer aquela organização. Estava tudo preparado, a senha seria dita no meio de uma fala do presidente do CPERS, enquanto um grupo distraia os brigadianos que estavam em frente ao Palácio, outro montava as barracas. E foi assim que aconteceu. Em meio a um discurso, Paulo Egon, presidente do CPERS, disse a palavra chave e as barracas foram montadas em segundos! A colega que estava conosco ficou surpresa e disse vocês sabiam e não me contaram! Suas danadas! Nunca vou esquecer aquilo! E o interessante

que era tão segredo que eu e Flora estávamos juntas até aquele momento e nenhuma tinha contado para outra (Entrevista 2015).

Hortência, na entrevista, tinha muitas coisas para dizer que a fizeram *viver novamente* toda aquela agitação das greves e embates políticos. Relembra uma expressão intitulada “Institutices”, que se habituou a ouvir nos corredores do IE, ou seja, “coisas do Instituto”, segundo ela, que “só aconteciam lá”, como sendo peculiaridades daquela escola. Um exemplo dessas peculiaridades é:

Tinha todas as tardes reuniões no Colégio Pio XII, a gente saía e ia para lá para a reunião do Comando, depois tinha janta na Praça. E chegava um papel do Instituto de Educação e eu dizia, que engraçado eu não participei dessa decisão... E aí era um papel elaborado por duas colegas e outras pessoas que pensavam diferentes. Bom, todo mundo já sabia que significava uma parte do Instituto, pois o resto não pensava assim. Então as pessoas olhavam para nós e ficavam rindo porque sabiam que era “um grupo” que fazia aquilo (entrevista Hortência, em2015).

Relatos tão emocionados quanto ímpares, essas professoras saíram da sala de aula e foram para a praça, estádios de futebol ou ginásios, para engajar-se com a categoria, respondendo ao chamado do Centro de Professores, entendendo que aquele era um momento relevante para a educação. Ao ouvir suas experiências, pude conhecer sua visão do movimento grevista, seu entendimento de perdas e ganhos, para além das manchetes dos jornais, das estatísticas econômicas, das avaliações sindicais.

Evocar essas memórias de professoras, que de dentro de uma Escola Normal secular, como o Instituto de Educação Gen. Flores da Cunha de Porto Alegre, é também ouvir esses agentes da transformação social e política de seu tempo. Vale lembrar que aquele também foi um período marcado por grandes greves nacionais de diferentes categorias de trabalhadores e mobilizações de professoras que passariam a denominar-se – *trabalhadoras em educação*.

5.3.3 “Acho que muita coisa valeu à pena, mas outras não sei se valeram”.⁶⁴

Mais de vinte anos de participação em lutas defendendo a educação pública. Entre 1979 e 1997, foram 10 greves, quase uma a cada dois anos, algumas mais curtas, outras emblemáticas. Nas memórias dos sujeitos dessa pesquisa, emergiram com força a greve de 1979, por

⁶⁴ Expressão usada pela narradora Flora.

representar a deflagrada histórica e a de 1987, aquela em que as professoras resistiram por mais de noventa dias, acampando na Praça da Matriz, em frente ao Palácio do Governo, em Porto Alegre.

Neste momento, chegando quase ao fim da dissertação, analisam-se as narrativas, no sentido de buscar compreender como avaliam aquele tempo, em relação aos possíveis ganhos e perdas por enfrentarem o governo e a sociedade, colocando-se no lugar de trabalhadoras da educação em greve. Cumpre dizer que essa é uma tarefa árdua, pois as dualidades entre conquistas e derrotas se misturam e se confundem nas palavras dessas mulheres, marcadas, muitas vezes, por contradições em relação à essa avaliação.

Neste sentido, sentimentos díspares foram trazidos por Flora (2015) ao considerar o passado. Inicia dizendo que estar em greve era como “quem vai para guerra salvar o mundo, acreditando, idealizando”. Entretanto, em seguida muda de opinião, afirmando que “a gente não pode ser idealista e isso dá um gosto meio amargo”. Difícil entender tamanha contradição entre o significado de lutar por um ideal e, no presente, pensar de modo diferente. Teria tudo valido à pena? Flora busca em suas memórias o passado com os olhos do presente, um presente difícil para as professoras, especialmente aquelas aposentadas.

Flora complementa “eu não ponho as greves como a melhor coisa que fiz, não ponho porque questiono se a gente não contribuiu para enterrar mais a escola pública?” (entrevista em 2015). Isso faz pensar no que aconteceu com a educação pública estadual. Desvalorização da profissão docente, precariedade dos prédios escolares, salários muito baixos, pouca procura pelos cursos de licenciatura, carga horária excessiva de trabalho, deficiência do Instituto de Previdência do Estado (IPERGS). Também importa reconhecer a partidarização do CPERS, na década de 1990, que culminou com a desfiliação de lideranças importantes, seguido de uma certa desilusão por parte das professoras, muitas delas, especialmente as mais velhas, que viveram as greves do passado, também acabaram se desfiliando. Das oito entrevistadas, atualmente apenas uma, Hortência, ainda continua associada ao Centro de Professores. Estariam esses fatos articulados na fala de Flora?

Ao avaliarem as perdas, foi possível observar muitas expressões que traziam memórias carregadas de sentimentos. De acordo com Amado (1995) sempre há um pouco de ficção, uma fabulação em maior ou menor escala em cada narrativa. Lilian tem um sentimento e o manifesta da seguinte maneira:

Havia nas primeiras greves uma razão, elas tinham um porquê. Com o tempo, esse sentimento foi sendo perdido, com cumprimento dos acordos por parte dos governos e crescido disto o movimento foi tendo

outras repercussões quando lideranças concorrem a cargos políticos. [...] No início do movimento, era tudo muito organizado. A direção do CPERS motivava o movimento, mas a decepção veio quando algumas lideranças usavam o sindicato como trampolim político (entrevista em 2015).

É possível que esta decepção trazida por Lilian esteja ligada ao fato de alguns representantes do CPERS terem concorrido a cargos políticos, vereadores, deputados estaduais e mesmo federais, distanciando-se do magistério, mas chegando à carreira pública muito por conta dos votos da categoria que defendia. Lilian também se decepcionou me parece, com as greves que se tornaram repetitivas e sempre numa tentativa de não perder ao invés de obter novas conquistas. Talvez por essa razão ela fale em ideais perdidos.

Muitas narrativas reafirmaram o sentimento de compromisso com o momento democrático que crescia no país. É preciso destacar que o rememorar faz emergir sob a forma de lembrança o que foi vivido em outros tempos. As entrevistadas se questionaram sobre o sentido das greves, qual teria sido sua validade? Elas indagam se as greves teriam se transformado em uma espécie de jogo político partidário que mais teria prejudicado do que contribuído para o futuro da escola pública. Nas palavras de Flora:

[...] a política é uma engrenagem, é uma disputa de poder e comecei a me desgostar e me achar manipulada [...] eu não via mais as coisas que estava desejando serem atendidas e muitas vezes uma certa dificuldade de entendimento com o CEPERS, começou o famoso tudo ou nada que criava uma expectativa muito grande na categoria e fazia com que as pessoas se sentissem cada vez pior, porque era certo que o que estava se pedindo nunca se ganha, mas a forma como era levada a coisa fez com que se perdesse o norte das reivindicações (entrevista com Flora, 2015).

Flora representa a fala de muitas que manifestaram uma decepção com o movimento. Dália (2015) afirma “não levou a nada” e prossegue “desmoronou tudo”. Por outro lado, Hortência (2015), diferente da maioria, entende que “houve um ganho democrático” naquelas greves. Por que será que Hortência nesse ponto se coloca como uma voz dissonante? Além de ser a única associada ao CPERS, permanece em atividade no Sindicato, por exemplo, como representante das aposentadas.

Ao serem questionadas acerca de possíveis punições por assumirem a condição de grevistas, também se percebem posições divergentes. Dália (2015) argumenta que “nunca se sentiu penalizada, pois era funcionária pública e tinha que cumprir seu dever.” Entretanto, Hortência e Margarida não tiveram a mesma reação da colega, falaram sobre o quanto se sentiram penalizadas por tantas consequências, como o prejuízo das férias ocupadas com recuperações. Importa dizer que Flora e Dália valorizaram a qualidade da

recuperação das aulas no IE. Pode-se pensar que para elas seja importante hoje deixar como registro a seriedade docente na reposição das aulas. Nesse sentido, Flora continua:

Mas uma coisa que me lembro é de nunca ter sido cobrada por aluno por estar fazendo greve, tipo um ressentimento. Mas a gente se desculpava depois, uma coisa que ajudava muito é que, ao menos no Instituto, talvez pelas pessoas que coordenavam a gente, sempre se levou muito a sério a recuperação, e talvez por isso a comunidade se sentisse menos atingida, pois tinham mais ou menos a certeza da recuperação. (2015)

De outro modo Hortência (2015) diz “eu me sentia muito incomodada com as recuperações. Qual categoria é obrigada a recuperar? A perder suas férias? Trabalhar nos sábados? Isso sim era uma punição!” Assim, também acredita que o QPE de 1988 foi uma retaliação contra as professoras e o CPERS foi desmobilizado, afirma ela: “o CPERS cresceu muito por isso veio o QPE para desmontar a resistência! Mas acredito que os professores cresceram em maturidade nesse período” (entrevista com Hortência em 2015).

Camélia ao dar sua impressão sobre este assunto, diz:

Não me lembro de penalidades sofridas pelos professores. E que nós sempre recuperávamos as aulas. Sempre tivemos conquistas, mas nunca o que pedíamos, ficava a sensação de perda. Nunca atingíamos nossos objetivos” (Camélia, entrevista em 2015).

Para esta professora, não houve punições significativas, diferente de Hortência, dando a entender que as consequências das greves fazem parte perdas e ganhos, como corte de salários ou do ponto. Mas, ao tratar do tema em questão, ela trouxe o problema dos filhos e como isso era difícil de lidar, em suas palavras, “difícil conciliar a greve e os filhos que estudavam na escola pública. Eles estudavam na escola e não tinham onde ficar durante as greves” (2015). Talvez para ela esta fosse a maior punição.

As penalidades sofridas pelas professoras tiveram diferentes matizes para cada uma delas. Não há um discurso comum, mas sim dissonâncias. Embora o discurso da punição seja bem presente no contexto da greve, percebi que nem todas se sentiram atingidas da mesma forma e reagiram de maneiras diferentes.

Insegurança foi outro tema que ecoou nas narrativas. Margarida reflete sobre essa questão, afirmando que a insegurança inicial se transformou em aprendizado construído no decorrer das sucessivas greves. Ela diz:

Quais os riscos de fazer greve? Como aprender a fazer greve? Saber o que é correr riscos. Vou ser punida? Vou ficar sem receber? Então a gente assinava o ponto em listas paralelas como se aquilo

valesse alguma coisa! Mas a gente precisava assinar alguma coisa para dizer que estava presente... Era uma forma de se proteger, pois havia possibilidade de retaliações por parte do governo que viriam sobre toda classe (Margarida, entrevista em 2015).

Para aquelas professoras, algumas inseguras em 1979, a continuidade do movimento foi trazendo alguma familiaridade. As paralisações sistemáticas foram situações que passaram a se repetir quase que ano a ano, adquirindo uma certa *normalidade* diante do quase permanente estado de greve. A democracia estava sendo reconstruída em todo Brasil, era o período de final da ditadura, aprendia-se a fazer a democracia, os movimentos sociais voltavam para as ruas e como diz a frase da *canção hino* dos professores, aqueles eram tempos de “ensinar democracia”.

Para Violeta, há um grande ganho dentro daquelas longas greves. Ela se refere às reuniões grevistas que adquiriam um caráter de discussão pedagógica. Momentos que Violeta se lembra da seguinte maneira:

Mas havia algo mais nas primeiras greves, as reuniões acabavam tornando-se reuniões pedagógicas muitas vezes. Discutíamos educação, chegamos a fazer planos pedagógicos para o final da greve, como mudar o currículo do magistério. Isso foi um ganho de greve!⁶⁵

Hortência (2015), em seu depoimento, acredita que ganhou com as greves, tanto como ser humano como profissional. Acredita que condições dignas de trabalho são importantes reivindicações, como o salário e afirma que poucos aderem à greve hoje e que os professores precisam repensar isso.

O acampamento na Praça, segundo ela, é avaliado como outro ganho para a categoria do magistério. Sempre se demonstrou como uma entusiasta das estratégias usadas na greve de 1987:

Aquela experiência mudou a vida de muita gente... Tinha professores que nunca tinham acampado, outros nunca tinham transado, então transavam lá... Nunca tinham tido outra vida se não a de trabalhar, trabalhar... Então, aquele acampamento mudou muito a cabeça das pessoas. Tanto é que depois daquele momento muita gente saiu do magistério, se descobriu, foi fazer outra coisa. Aquele frio de noite, chuva, se caminhava, conversava sobre muitas coisas naquelas noites insones [...] (Entrevista 2015)

Aquela experiência vivida foi bem impactante para Hortência, além de constantemente querer mencionar novas lembranças sobre o acampamento, preocupou-se em destacar a

⁶⁵ Referindo-se as reuniões ocorridas nas greves de 1984, 1985, eram reuniões de planejamento. (entrevista com Violeta em 2015)

convivência entre as pessoas que compartilharam aqueles momentos com ela. Pessoas que não conhecia, mas que passaram a fazer parte de sua vida, das conversas noturnas, dos relatos em noites frias e de chuva. Assim, Violeta (2015) também avalia a importância da camaradagem com as colegas, afirmando que “tinha efeitos como conhecer mais as pessoas, do jeito que elas são, quem é mais solidário, quem pensa no colégio, o que depende de nós”.

Muitas reflexões são feitas, perguntas como “teria sido assim? Poderia ter sido diferente?” Este é um trabalho da memória. Talvez uma idealização daqueles tempos de greve. São muitos sentimentos comuns das professoras, que visto do presente suscitam dúvidas.

Outro aspecto que emergiu nas narrativas, como uma perda, foi o afastamento da classe média da rede pública estadual. Flora reflete sobre esse afastamento:

Acho que o que afastou a classe média da escola pública foram as greves. A classe média tem essa visão de que o estudo vai preparar o filho para uma vida melhor e ela exige um nível melhor de trabalho. A clientela do Instituto tinha essa expectativa... Se o professor não faz um bom trabalho, ela cobra. Descontentes com as greves, os pais que trabalhavam e os filhos sem aulas até dois meses e eles sem saber o que fazer, começaram a tirar os filhos da escola por uma educação melhor... Eu não sei se a gente sem querer não ajudou a destruir mais, porque a gente tirou alguém que poderia ajudar, essa classe média se afastou da escola. (Entrevista, 2015)

Esta é a maneira como Flora avalia o afastamento da classe média da escola pública, principalmente a partir de meados da década de 1980. Mas, talvez não seja esta uma opinião reforçada por alguns membros do magistério. Há opiniões divergentes, de que foram as atitudes dos sucessivos governos que, não priorizando a educação, dando continuidade a uma política de achatamento salarial de décadas anteriores, não investindo na qualificação das professoras permitiu este afastamento. Haja vista o tratamento que permaneceu sendo dado à escola, às professoras, aos alunos e à educação de maneira geral. Apesar das sucessivas greves, das pressões do magistério, nas praticamente duas décadas de lutas, houve ganhos, mas as perdas foram significativas.

A questão salarial também foi enfocada quando as professoras avaliaram o sentido das greves. Flora argumentou a importância da dignidade salarial. A perda dessa dignidade acrescida da partidarização do CPERS fez com que se afastasse das greves. Entretanto, reconhece que “não tem outra maneira, outra forma de lutar” (2015).

A democracia é uma palavra recorrente nos discursos das professoras. De maneira geral, trazem à memória aquele momento de conquistas democráticas. Tanto Hortência quanto Violeta, Flora, Dália e Jasmim enfatizam em algum momento de suas falas a importância

do período político em que viviam, assim como do idealismo. Violeta (2015), mais ligada ao Curso Normal, relata algumas peculiaridades do curso: “as alunas do Normal eram muito politizadas, muito ativas, não só as militantes de esquerda, mas boa parte delas por todo o processo democrático que viviam”.

Dália se aposentou antes das últimas greves da década de 1990. Conta que não participou das últimas paralisações. Rememorando desde a primeira greve, explica que hoje o CPERS não a representa mais:

Acho que o CPERS tinha outra representatividade, hoje já me desfiliei e não o vejo com representatividade. A Tereza Noronha, a Glaci Rolim, o Hermes Zaneti, a Zilah Totta era gente de outro componente, o cimento deles era de outra qualidade. As três primeiras greves foram autênticas. Mas na medida em que foram se tornando mais frequentes, elas caíram no jogo político e na manipulação. Quando falávamos em melhorar a educação, a gente não pensava só nos salários, mas nos banheiros das escolas! Vão fazer isto, fazer aquilo... Era uma coisa meio idealista, até romântica (entrevista 2015).

Ao concluir este eixo, ficam as muitas reminiscências daquele tempo das greves, trazidas pelas professoras que viveram uma infinidade de situações tornadas *vivas* pela memória. A maioria delas relatadas de maneira entusiasmada, repletas de sentimentos. A cada fala um reviver, um refazer da memória, a partir do presente e pleno das experiências atuais. Lembranças chamam lembranças que são permanentemente reconstruídas a cada evocador: sons, cheiros, sabores, músicas, a *sineta* que toca, a Praça que ainda está lá. São estas algumas memórias individuais e coletivas, parte da vida de oito professoras representativas de uma escola em tempos de greve.

Conclusão

A lembrança que ficou em nós

Nossas lembranças permanecem coletivas, elas nos são lembranças pelos outros... É porque, em realidade, nunca estamos sós... Porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem... A primeira vez que fui a Londres, diante de Saint-Paul ou nos arredores, muitas impressões lembravam-me os romances de Dickens lidos na minha infância: eu passeava com Dickens. Em todos esses momentos, em todas essas circunstâncias, não posso dizer que estava só, que refletia sozinho, já que em pensamento eu me deslocava de um tal grupo para outro ... Outros homens tiveram essas lembranças em comum comigo. Muito mais, eles me ajudam a lembrá-las: para melhor me recordar, eu me volto para eles (Halbwachs, 2004, p.30,31)

Revisitar minhas memórias foi um exercício constante nessa escrita. Assim como Dickens, passeava junto a Halbwachs em suas lembranças de infância, nós também, ao lembrarmos determinados episódios de nossas vidas, estamos juntos a alguém, lugares, pessoas que estiveram conosco em dado momento.

O objeto desta pesquisa, as memórias de professoras do Instituto de Educação em tempos de greve, esteve presente em minhas memórias. Compartilhamos episódios e situações comuns. Compartilhamos memórias. Mas, neste estudo, preoquepei-me em escutar o que elas tinham a dizer, e procurei interferir o mínimo em suas falas durante as entrevistas. Todavia, este foi um grande desafio, uma vez que estive todo tempo implicada em suas memórias. Da mesma forma, foi um importante momento de escuta de mim mesma por meio de lembranças que emergiam evocadas pelas memórias das professoras, minhas colegas no Instituto de Educação Flores da Cunha.

Este é um estudo sobre memórias e ela nos prega peças, principalmente quando se refere a pessoas, a memória é *movediça*, não linear, traz surpresas e, às vezes, *se apaga*. Antoniete Errante (2000) nos estimula a estabelecer vínculos – a “ponte interpessoal” - entre quem fala e quem escuta. O que para mim se constituiu em algo bem real, uma vez que as entrevistadas haviam estado comigo, como colegas de trabalho durante as décadas de greve. Havia entre nós uma ligação muito grande, mas cada uma delas, a partir dos lugares de sujeito que ocupou

no passado e ocupa no presente, contou a história de um jeito próprio. Assim, para algumas, determinados episódios estavam *vivos*, em outras, as lembranças pareciam ter se esvanecido. Cada uma apresentou peculiaridades, narrou histórias aparentemente banais, demonstrando uma vivência própria e, muito possivelmente, aquilo que nossa memória nos permite - o lembrar e o esquecer. Em um dado momento, lembramos, noutro esquecemos e ainda podemos reinventar aspectos do nosso passado (Errante 2000). Nossas memórias individuais e coletivas procuram validar aquilo que se tornou importante no nosso presente ao mesmo tempo em que se esquece e pode modificar estas reminiscências.

Na pesquisa, narrativas de memórias de professoras do Instituto General Flores da Cunha foram tramadas, considerando-se sua participação nos movimentos grevistas, entre os anos de 1979 e 1997. Foram sujeitos oito mulheres Violeta, Margarida, Jasmim, Hortência, Flora, Dália, Camélia e Lilian, que representam nomes de professoras que tiveram algum destaque tanto na escola como no movimento sindical entre os anos 1960 a 1980. Além das narrativas de memórias, também foi usado como fonte o álbum de uma aluna de escola pública na época das greves, filha de uma professora grevista. Também procurei me cercar de documentos fornecidos pelo Centro de Professores do Rio Grande do Sul, além de textos de publicações sobre o tema.

Houve, em algum momento, dissonância entre as narrativas das professoras, mas muitos relatos vieram a se completar, num associar de memórias, numa certa afirmação de que tinham aqueles momentos bem presentes e ali encontravam uma interlocução. Também fez parte das entrevistas o balanço, a avaliação ou o quanto foi importante participar do movimento grevista e do incômodo sentimento de se sentir um pouco manipulada pelas circunstâncias do jogo político. Mas creio que a maioria delas pode revisitar lembranças e talvez *reviver*, com os olhos do presente, aqueles momentos de intensa participação social e política.

Inserida no campo da História da Educação, o diferencial desta pesquisa é que privilegiou as narrativas de memória de professoras, através dos aportes da História Oral. Procurou-se investigar como entendem, no presente, as vivências de greves de um conjunto do magistério público estadual.

No decorrer da pesquisa, minha preocupação foi trazer as falas das professoras o mais próxima possível das transcrições das entrevistas. Suas reminiscências, aqui analisadas, foram, em muitas ocasiões, rememoradas por mim, numa tessitura de memórias.

Em cada capítulo, a construção de uma parte da investigação, iniciando pela tematização das greves no Instituto de Educação Flores da Cunha, passando por um exercício autobiográfico em que narro minhas memórias das vivências no movimento grevista. Em muitos momentos durante a escrita da dissertação, me senti, por um lado, pesquisadora, por outro, implicada pessoal e afetivamente. Assim, a pesquisa me propiciou rememorar o itinerário daquela jovem professora e seus percursos até chegar ao Instituto de Educação, sem perder de vista a afirmação de Thomson "que compomos nossas memórias para dar sentido à nossa vida passada e presente" (2001, p.86). Pude relembrar, visitar as memórias atualizando o tempo passado, percebendo significados no presente.

No capítulo três, me acompanharam alguns autores no processo de pensar, fazer reflexões e me aproximar da corrente historiográfica da História Cultural, dos estudos sobre Memória e História Oral, em suas interfaces com a História da Educação. Como afirma Zago (2003, p. 308) "não saímos de uma pesquisa do mesmo jeito que entramos porque, como pesquisadores, somos também atores sociais desse processo de elaboração".

Ao escrever o quarto capítulo, encontro novamente o Instituto de Educação, com uma escola que nas palavras de uma das minhas entrevistadas "foi uma escola corajosa", que tinha uma tradição em educação pública e passou por tempos difíceis, tempos de transição social e cultural, em que muitas professoras já não mais se satisfaziam em observar as transformações, mas queriam agora fazer parte delas. As reivindicações salariais e reconhecimentos profissionais também começam a fazer parte do universo de lutas feminino.

É no quinto capítulo que os sujeitos da pesquisa começam efetivamente *a falar*. Busquei, em suas memórias, aqueles aspectos que não ficaram registrados em páginas de jornal, nos textos tornados públicos em livros, ou em outras mídias na época das greves. As entrevistadas tinham muitas coisas a dizer, que estavam *guardadas* em suas memórias. Alguns fragmentos dessas memórias vieram à tona, constituíram-se em lembranças, em meio a muitos esquecimentos e silêncios.

Essa é a riqueza da História Oral, possibilitar as narrativas de vivências, que, produzidas pela memória, emergem quando evocadas de tantas formas. Cada narradora atribuiu sentidos diferentes ao momento lembrado, recheado de emoções, invenções, mas que têm força de verdade. A partir dos contrastes das diferentes falas, pude problematizar situações, promover questionamentos e, por fim, desenvolver a dissertação.

Foi impactante escutar narrativas que explicaram as estratégias de enfrentamento ao governo estadual. Em especial, a emblemática greve em que as professoras ocuparam a Praça

da Matriz por muitos e muitos dias. Ficam os questionamentos: teria sido aquele também um momento de empoderamento de uma categoria que deixava para o passado a imagem da *professorinha* e assumia a condição de trabalhadora em educação? A insegurança em relação aos depoimentos sobre a greve de 1979 cedeu espaço a ações inusitadas para as professoras rio-grandenses que tomaram de assalto a Praça, entoando seu cântico na luta por seus direitos. Teria sido a greve de 1987 uma espécie de culminância do aprendizado de fazer greve? A expressão de uma resistência ao governo que durou noventa e seis dias como um recado explícito de que a *professorinha* já não exista mais?

Seria esta a *nova professora* um ganho da daquela década de greves? A vivência democrática foi resultado da luta por seus direitos e pela educação pública de qualidade?

Narradoras como Flora e Hortência se posicionaram como participantes e ativistas em sucessivas greves. Relataram episódios marcantes em que atuaram como militantes, como a armação das barracas na Praça em frente a um batalhão da Brigada Militar que fazia a guarda do prédio do governo estadual, ou ainda a invasão da Secretaria de Educação. Em suas palavras, “aquilo foi um ato de guerrilha”. Palavras fortes, remorando atos de resistência ocorridos no decorrer dos idos de 1980.

Para além dos ganhos, os sentimentos de perdas. Tristes relatos das punições, que resultaram, para algumas, no desmonte da escola pública e o conseqüente abandono de uma parte da classe média, que, se pode, coloca seus filhos no ensino privado. As professoras chegam a se questionar em que medida o movimento grevista não teria contribuído para isso.

Tantas perguntas que são feitas a partir dos olhos do presente. Isto repercute na própria questão sindical, muitas professoras, atualmente, não são mais filiadas ao sindicato e afirmam que o atual CPERS não as representa mais. Elas que nas décadas de 1980 e 1990 empunharam bandeiras de luta pela educação e salários dignos.

Perguntas e análises que deixam portas abertas para outras pesquisas. Talvez este seja um tema que venha a instigar novos pesquisadores, novas gerações de professoras que pouco ou nada sabem sobre os movimentos grevistas pela educação da segunda metade do século passado e se repetem ainda em nossos dias.

Este trabalho teve por objetivo contribuir para trazer à tona estes personagens invisíveis, que como afirma Foucault (2003) são anônimos e tendem a passar sem deixar rastros. É um tema que pesquisado através das narrativas de memórias das professoras que participaram deste tempo de greves, nos faz perceber a força da História Oral que tem na memória uma fonte privilegiada.

Nesse sentido a História da Educação seguindo os postulados da História Cultural privilegia a memória, pretendendo ouvir esses atores educativos, sujeitos de um passado/presente escolar, social e político.

Nesta perspectiva este tema também poderá ser de grande valor para as abordagens da História da Educação como disciplina nos cursos de formação de professores, no sentido de auxiliar as novas gerações docentes, a conhecer as trajetórias de lutas das professoras pela educação. Nesse sentido, a importância em problematizar e desnaturalizar as questões da educação pública nos níveis municipal, estadual e federal, discutindo o lugar dos docentes em tempos pretéritos e nos dias atuais.

O ano de 2015 viu repercutir inúmeras greves no Brasil. Iniciamos o ano com o magistério público no Paraná em greve e fazendo um sério enfrentamento com o governo daquele Estado. Da mesma forma, as professoras no Rio Grande do Sul necessitaram paralisar suas atividades a fim de receber seus salários ao final do mês, quando se iniciava o segundo semestre do ano. As Universidades Federais passaram boa parte do ano em greve, tanto de funcionários como professores. E, por fim, em São Paulo, o ano se conclui com um grande movimento de paralisação, ocupação de escolas e enfrentamento de alunos e professores das escolas públicas estaduais reivindicando participação e voz quanto à tomada de decisões por parte do governo estadual na educação, decisões que alteraram a rotina das escolas e interfeririam na dinâmica e mobilidade dos alunos para o ano seguinte, sem nenhuma consulta prévia à população envolvida, no dizer dos estudantes, uma arbitrariedade.

Encerramos assim mais um ano letivo, com movimentos de lutas em todo o Brasil no que se refere à educação pública, de resistência pela educação, de reivindicações salariais, por plano de carreira e por fim respeito e valorização pela educação.

Tempos difíceis.

REFERÊNCIAS

ABRAÃO, Maria Helena Menna Barreto. Zilah Mattos Totta: síntese da educação e do educador. Educação, Porto Alegre/RS, ano XXX, n. especial, p. 321-344, out. 2007. (artigo)

ABRAÃO, Maria Helena Menna Barreto - História e Histórias de Vida – Destacados Educadores Fazem a História da Educação Rio-Grandense - Zilá Totta. Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul - Edipucrs. – PUCRS 2004.

ALBERTI, Verena. Ouvir contar: textos em história oral/ Verena Alberti. – Rio de Janeiro : Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. As memórias e a História da Educação: Aproximações Teórico-Metodológicas. ASPHE/UFPEL, Pelotas, v13, n. 27 p. 211-243, Jan/Abril 2009.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. Memórias da rural: narrativas da experiência educativa de uma Escola Normal Rural Pública (1950-1960). Tese de Doutorado, 2007.

AMADO. Janaína. Ferreira. Marieta de Moraes. Usos & abusos da HISTÓRIA ORAL (Org.) Ed. Fundação Getúlio Vargas. 1998.

ÁVILA. Ivani Souza. Instituto de Educação: Memória de Professoras – Tese de Doutorado. Faced, UFRGS, 2005.

BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória : ensaios de psicologia social. São Paulo : Ateliê Editorial, 2003.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade lembranças de Velhos. 3ª edição São Paulo : Companhia das Letras, 1994.

BULHÕES, Maria da Graça. ABREU. Mariza Vazques. A luta dos Professores Gaúchos de 1979 a 1991: o difícil aprendizado da democracia. Porto alegre : L&PM, 1992.

BURKE, Peter. O que é História Cultural? Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CATANI - Denice Carbara (org.) São Paulo: Escrituras Editora, 1997. Docência Memória e Gênero Estudos sobre formação.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. Estudos Avançados 11(5), 1991.

CPERS – sindicato 50 anos Compromisso com a cidadania Plena. Tchê! Editores de Livros Ltda. 1995.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História Oral - memória, tempo, identidades. 2 ed. - Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DEL PRIORI. Mary. (org.) BASSANEZI. Carla. (coord. de textos) 7 . Ed. – São Paulo : Contexto, 2004.

DUQUE, Luis Guilherme. Hei de vencer mesmo sendo professor: O CPERS e o movimento do magistério estadual do Rio Grande do Sul 1972-1979. Dissertação de Mestrado – 1998 UFRGS.

FARGE. Arlette; O Sabor do Arquivo. Tradução Fátima Murad. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

ERRANTE. Antoinette. Mas Afinal, A Memória é de Quem? Histórias Oraís e Modos de Lembrar e Contar. História da Educação. ASPHE/FaE/UFPeL, Pelotas (8): 141 – 174, set. 00

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 314-332.

FISCHER, Beatriz T. Daudt. Professoras: histórias e discursos de um passado presente. Editora Seiva Publicações, Pelotas, 2005.

FOUCAULT, M. (2003) A vida dos homens infames. In _____. Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forence Universitária, p. 203-222.

GIULANE, Paola Cappellin. UNESP - Editora Contexto História das Mulheres no Brasil. Movimentos de Trabalhadores e a Sociedade Brasileira.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi S. e ALMEIDA, Dóris Bittencourt. Romagem do Tempo e Recantos da Memória: reflexões metodológicas sobre História Oral. São Leopoldo: Pikos, 2013.

GUARESCHI, Neuza Maria. Resistência: Uma Categoria em discussão. IN:Trabalho Docente - Formação de identidades. - Álvaro M. Hypólito, Jarbas dos S. Vieira e Maria Manuela a. Garcia (orgs.) - Pelotas: Seiva, 2002.

HALBWACHS, Maurice A Memória Coletiva. - São Paulo: Centauro, 2004.

HUNT, Lynn. A Nova História Cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

IZQUIERDO, IVAN- Entrevista com Ivan Izquierdo: Lembranças e Omissões. Pesquisa Fapesp 99. In. Grupo de Estudos em Educação e Ciências; Instituto de Ciências Básicas da Saúde UFRGS. “Memórias, aprendizagens e constituição das identidades” 2004.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Território Plural: a pesquisa em História da Educação. 1. Ed. – São Paulo: Ática, 2010.

LOURO. Guacira Lopes. História das Mulheres no Brasil/ Mary Del Priore (org.). Editora Contexto, 2000. Mulheres na sala de aula.

LOURO. Guacira Lopes. Prendas e Antiprendas: uma escola de mulheres. Ed. da Universidade, UFRGS, 1978. P13.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e Magistério: Identidade, História, Representação. In: Catani, Denice Barbara ...et al. (org.) Docência Memória e Gênero Estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras Editora, 1997.

LUFT e VERISSIMO. Samrig, Sombras e Luzes Um Olhar Sobre o Século. 1989.

NEVES. Lucilia de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. III Encontro Regional de História Oral, Mariana, maio de 1999.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. São Paulo, 1993.

NÓVOA, António *in*: Stephanou, Maria. Bastos, Maria Helena. Histórias e memórias da Educação no Brasil, vol.III: século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

NÓVOA, António. Carta a um jovem Historiador de Educação. História y memória de La Educacion 1 (2015) : 23-58 Sociedad Española de História de La Educacion.

PESAVENTO, Sandra Jathay. História & história Cultural - Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- _____. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. História da Educação. ASPHE/UFPEL, no14, set. 2003. P33.
- _____. Em busca de uma Outra História: Imaginado o Imaginário. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.15, n.29 pp.9-27.

PINSKY, Carla Bassanezzi. PEDRO, Joana Maria. (org.) Nova História da Mulheres. São Paulo : Contexto, 2012.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, 1989, p.3-15.

RIBEIRO, Renato Janine. Não há pior inimigo do conhecimento do que a terra firme. Tempo Social: Ver. Socil. USP, São Paulo, 11(1) : 189-195, maio de 1999.

RICOUER, Paul. Memória, história, esquecimento. Conferência proferida em 8 de março de 2003. "Memory, history, oblivion".

THOMSON, Alistair. Memórias de Anzac: colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália. Oral History, vol. 18, número 2.p.25-31.

SARMENTO, Manuel Jacinto. O Estudo de caso Etnográfico Em Educação. IN: ZAGO, CARVALHO, VILELA (orgs.) Itinerários de pesquisa: Perspectivas Qualitativas em sociologia da Educação. RJ: DP&A, 2013.

SCHNEIDER, Regina Portella. A Instrução Pública no Rio Grande do Sul – 1770-1889. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS/EST Edições, 1993.

SCHWACZ. Lilia Moritz. STARLING. Heloisa Murgel. Brasil uma biografia – 1ª Ed. – São Paulo : Companhia das Letras, 2015.

VICENTINI, Paula Perin. LUGLI, Rosário Genta. História da profissão docente no Brasil: representações em disputa. Imagens sociais da docência: a multiplicidade dos pontos de vista. São Paulo: Cortez, 2009. - (Biblioteca básica da história da educação brasileira; v.4).

ZAGO, Nadir. De CARVALHO, Marília Pinto. (org.); VILELA, Amélia Teixeira (org.) Itinerários de Pesquisa. Perspectiva Quantitativa Em Sociologia da Educação. Lamparina – 2. Ed. Rio de Janeiro. 2011